



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

ELISSÉLIA KEILA RAMOS LEÃO PAES

**SABERES PROCEDIMENTAIS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
MULTIPLICADORES NA PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NO TURISMO**

Brasília
Maio/2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

ELISSÉLIA KEILA RAMOS LEÃO PAES

**SABERES PROCEDIMENTAIS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE
MULTIPLICADORES NA PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NO TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Orientado pela Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch.

Brasília
Maio/2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1015884.

Paes, Elissélia Keila Ramos Leão.
P126s Saberes procedimentais do Curso de Formação de
Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças
e Adolescentes no Turismo / Elissélia Keila Ramos Leão Paes.
-- 2014.
139 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, Mestrado Profissional
em Turismo, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Marutschka Martini Moesch.

1. Exploração sexual - Prevenção. 2. Crianças.
3. Adolescentes. 4. Turismo sexual. 5. Crime sexual contra
a criança. I. Moesch, Marutschka Martini. II. Título.

CDU 338.482.2:392.65



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Dissertação de autoria de Elissélia Keila Ramos Leão Paes, intitulada Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, em 15/05/2014, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch
Orientadora
CET/ UnB

Prof^a Dr^a. Neuza de Farias Araújo
CET/ UnB

Prof^a Dr^a. Maria Fernanda Farah Cavaton
Faculdade de Educação – FE/ UnB

Brasília, 15 de maio de 2014.

Dedico às pessoas mais importantes da minha
vida - meu marido e filha, por entenderem os
períodos ausentes e pelo seu amor.
Sem o apoio de vocês tudo teria sido mais
difícil, e por vocês faria tudo outra vez.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei minha jornada no mestrado pedi a Deus sabedoria, dedicação, disciplina, força de vontade e entusiasmo. Ele não me proporcionou tudo de uma única vez. Pois, na Sua infinita sabedoria colocaria “pérolas” no meu caminho, que Ele já sabia ser árduo, e nos primeiros momentos, Deus já mostrava seu amor e cuidado por mim me presenteando com pessoas especiais, e não tenho dúvidas, “todas” escolhidas para me apoiar na caminhada. E para vocês presto os mais profundos e sinceros agradecimentos, pois todos citados aqui me auxiliaram de alguma forma nesta conquista.

A Prof^a. Dr.^a Marutschka Martini Moesch, que é um exemplo de sabedoria e entusiasmo no estudo do turismo. Obrigada pelas horas de orientação. Agradeço-lhe por te confiado em mim e por ter me aceito como orientanda.

A minha Mãezinha “Professora” Elisabeth Ramos, meu exemplo maior e fonte de inspiração na arte da educação humanizada. Mulher determinada, forte e que me ensina a cada dia a lutar pela profissão que escolhi para minha vida.

Ao meu pai Emílio Leão Aroeira (*in memoriam*) que está no meu coração eternamente, sinto sua presença em todos os meus momentos. Eras um homem simples que apesar de não ter tido a oportunidade de estudar deixou tantos ensinamentos, a alegria que tinhas pela vida é a minha força para continuar.

Ao meu esposo Carlos Eduardo Paes por tantos anos de companheirismo, e, sobretudo por seres um homem integro e dedicado a nossa família, a você o melhor do meu amor.

A minha princesa Maria Eduarda, filha amada, o agradecimento mais puro do meu coração. És meu tesouro maior, e sem dúvidas o melhor presente de Deus na minha vida. Tão “pequenina”, porém “gigante” no entendimento. A parte mais difícil desta jornada foi ficar ausente de você meu amor MAIOR!

A família Paes por todo apoio e por entenderem minha profissão e cuidarem de minha pequena, em especial a Vó Silvinha que no auge dos seus 89 cuidou de todos enquanto estive ausente.

A família Ramos pelo amor dedicado, em especial meu irmão Elisson e sobrinho Matheus.

A Daniela Rocco por ter me ajudado na etapa inicial do mestrado e por ter acreditado no meu projeto.

Aos amigos de mestrado Elmar, Juliane, Laís, Maria de Jesus, Ronaldo e Thaisa, em especial ao grupo “asneiras” representado por Ângela, Carolina, Carlinha, Geruza, Juzânia, Lely e Thamyris que em todos os momentos estiveram comigo. Agradeço por ter conhecido cada um de vocês. Entre páginas e lágrimas, vencemos!

Aos professores do mestrado pelos ensinamentos, em especial as professoras Neuza de Araújo, Donária Duarte e Maria Fernanda Cavaton pela contribuição valiosa a minha dissertação.

Aos multiplicadores responsáveis por disseminar esta temática a toda sociedade, em especial aos que colaboraram com minha pesquisa.

As amigas Luana Sales e Vina Moreira pelo apoio e a acolhida carinhosa em Brasília.

A amiga Alessandra Santos dos Santos pelo carinho, amizade e apoio fundamental nas horas mais difíceis da minha dissertação, que nossa amizade seja para toda vida.

Aos amigos de toda uma vida de Palmares, Recife, Manaus e Brasília, em especial aos que dedicaram um tempo nesses dois anos com palavras de incentivo e esperança.

Aos amigos do Grupo Semeando que me cobriram de oração durante os dois anos de mestrado.

A todos do Instituto Federal de Brasília que me apoiaram e compreenderam os meus momentos, obrigada por estarem ao meu lado.

Por fim, aos meus alunos de turismo e eventos que me deram tanto carinho, senti o amor de vocês e pude ter forças para vencer os obstáculos. E por acreditar na educação termino esta dissertação e peço forças para os novos desafios que virão.



O exercício do olhar deve ser através da “singularidade do Eu, se esvaziando em função da responsabilidade por outrem, cuja responsabilidade será a bondade. Esse esvaziar-se não significa um desaparecer, mas ser inteiramente para o outro”, sobretudo, quando esse outro é uma criança, revelando um exercício de uma sexualidade violenta, em contraponto à sexualidade como direito, não sendo isso turismo, mas, um crime aos direitos humanos.
(LEVINAS, adaptado pela autora, 2014).

RESUMO

Os Saberes Procedimentais “habilidades de saber pensar e aprender” nos Cursos de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) foi o objeto de pesquisa desta dissertação. Uma investigação de cunho qualitativo que buscou avaliar a metodologia participativa dos cursos de formação e os perfis dos sujeitos participantes “multiplicadores” quanto as suas possibilidades na construção da cidadania na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade. Com o olhar lançado na problemática dos conteúdos e se estes remeteram a uma análise crítica sobre a complexidade do fenômeno do turismo no trato à temática da violência sexual na produção de um saber-fazer que permitisse aos multiplicadores uma reflexão na ação suficiente para transpor em ações cidadãs. O método utilizado para a abordagem do tema foi a Dialética-Histórica-Estrutural. O caminho de reconstrução das evidências foi uma análise de conteúdo do Programa TSI e do Curso de Formação de Multiplicadores acerca da metodologia utilizada nos cursos, adotando como técnica a triangulação, e uso da pesquisa-ação, pois a pesquisadora também foi multiplicadora dos cursos de formação. Evidenciou-se que as dificuldades apresentadas no decorrer do processo de formação de multiplicadores, associadas ao complexo desafio dos processos tidos como “participativos”, não puderam ser superadas por falta de um aporte teórico e metodológico que permitisse uma adequada reflexão teórica em relação aos objetivos pretendidos como transformadores do programa. Só serão “saberes procedimentais” se forem coletivos e continuados. Estes devem estar unidos na questão social da violência sexual, pois a realidade é dinâmica, e a cada dia surgem novos problemas e novos atores nessa trama, assim se a continuidade na política de formação não for possível o processo de transposição do conhecimento não acontecerá.

Palavras-chaves: Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Turismo; Formação de Multiplicadores.

ABSTRACT

Procedural knowledge "skills and learn how to think" in Training Courses Multipliers in Preventing Sexual Exploitation of Children and Adolescents Sustainable Tourism and Childhood Program (TSI) was the subject of research of this dissertation. An investigation of qualitative study that sought to evaluate the participatory methodology of training courses and profiles of the participating subjects "multipliers" as its possibilities in building citizenship on the prevention of sexual exploitation of children and adolescents in tourism beyond institutions. With the look of the content released in the issue and they issued a critical analysis on the complexity of the phenomenon of tourism in addressing the issue of sexual violence and these encompassed the production of know-how that would enable a reflection on multipliers enough action to translate into citizen actions. The method used to approach the topic was the Dialectic-Historical-Structural. The path of reconstruction of the evidence was a content analysis of the IST Programme and the Training Course for Multipliers of the methodology used in the courses, adopting as triangulation technique, and the use of action research because the researcher was also a multiplier of training courses. It was evident that the difficulties presented during the training process of multipliers associated with the complex challenge of procedures considered "participatory", could not be overcome by the lack of a theoretical and methodological approach that would allow a proper theoretical reflection against goals intended as program transformers. Only be "procedural knowledge" if collective and continuous. These should be united in the social issue of sexual violence, because the reality is dynamic, and each day brings new problems and new actors in this network, thus continuity in policy formation is not possible the transposition process of knowledge does not happen.

Key-Words: Prevention of Sexual Exploitation of Children and Adolescents; Tourism; Training Multipliers.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CECRIA	Centro de Referências e Ações
CEDECA-BA	Centro de Defesa Criança e Adolescente da Bahia
CET	Centro de Excelência em Turismo
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CTI/NE	Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
CT-TSI	Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância
DHE	Dialético-Histórica- Estrutural
EAD	Educação À Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	<i>International Wins The World's Largest Humanitarian Prize</i>
ESCCA	<i>Evanston School Children's Clothing Association</i>
FEBEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
FNDCA	Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTur	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial
POMMAR	Programa de Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco
SEDH/PR	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SESI	Serviço Social da Indústria
SC	Sujeito Consumidor
SP	Sujeito Produtor
SR	Sujeito Reprodutor
TSI	Turismo Sustentável e Infância
UnB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
Violes/UnB	Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes/ Universidade de Brasília.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema das Fases do Estudo conforme a Técnica da Triangulação.....	66
Figura 2	Roteiro de Análise dos Documentos/Entrevistas.....	68
Figura 3	Fluxo das Interpretações na Análise dos discursos.....	69
Figura 4	Mapa Estratégico das Fases do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo.....	90
Figura 5	Multiplicadores	98
Figura 6	Curso de Formação de Multiplicadores.....	101
Figura 7	Material de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo.....	102
Figura 8	Imagem que representa o termo “ <i>turismo sexual</i> ”.....	127
Figura 9	Imagem que representa o termo “turismo sexual”	127
Figura 10	Imagem que representa o termo “turismo sexual”.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ações Implementadas na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	51
Quadro 2	Ações Implementadas na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	54
Quadro 3	Interpretação dos Documentos do Curso de Multiplicadores-Planos de Ações.....	75
Quadro 4	Interpretação das Entrevistas com os Multiplicadores.....	78
Quadro 5	Interpretação das Entrevistas com os Coordenadores.....	81
Quadro 6	Cronograma de Realização das Oficinas Pró-Copa.....	90
Quadro 7	Programação das Oficinas Pró-Copa nas 12 Cidades Sede e João Pessoa.....	92
Quadro 8	Calendário dos Cursos de Formação.....	94
Quadro 9	Multiplicadores Formados na Região Nordeste.....	95
Quadro 10	Multiplicadores Formados na Região Norte.....	95
Quadro 11	Multiplicadores Formados na Região Centro-Oeste.....	96
Quadro 12	Multiplicadores Formados na Região Sudeste.....	96
Quadro 13	Multiplicadores Formados na Região Sul	96

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
1 A COMPLEXIDADE DO CAMPO TURISMO VERSUS “TURISMO SEXUAL”.....	21
1.1 Polêmica da Teorização sobre o Termo “Turismo Sexual”.....	24
1.2 Crianças e Adolescentes: da violação aos direitos adquiridos.....	33
1.2.1 <i>As multifaces da violência contra as crianças e adolescentes.....</i>	38
1.2.2 <i>Patriarcado e gênero nas implicações da violência contra crianças e adolescentes.....</i>	43
1.3 A Exploração Sexual de Crianças e Adolescente.....	46
1.3.1 <i>Ações implementadas na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.....</i>	50
1.3.2 <i>Ações de iniciativa do Poder Legislativo.....</i>	54
2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	61
2.1 Abordagem Metodológica.....	61
2.1.1 <i>Categorias analíticas na perspectiva da dialética histórica estrutural.....</i>	72
2.2 Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores: desdobramentos das categorias analíticas.....	84
2.3 Análise do objeto: Programa Turismo Sustentável e Infância – TSI.....	85
2.3.1 <i>Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo.....</i>	87
2.4 Curso de Formação de Multiplicadores.....	94

3	INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS MULTIPLICADORES NO PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA.....	105
3.1	Visão do Sujeito Produtor nos Cursos de Formação de Multiplicadores.....	105
3.2	Visão dos Sujeitos Reprodutores dos Cursos de Formação de Multiplicadores.....	111
3.3	Visão dos Sujeitos Consumidores: os multiplicadores.....	124
4	EVIDÊNCIAS FINAIS.....	135

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

APÊNDICE A: Entrevista: Multiplicadores do Curso de Formação na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo

APÊNDICE B: Entrevista: Coordenadores Técnicos do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Turismo do Programa Turismo Sustentável e Infância

INTRODUÇÃO

O Brasil tem sido palco de diferentes formas de exploração sexual no turismo, tanto com adolescentes quanto com crianças. Mesmo não havendo dados comprováveis da quantidade de vítimas dessa forma de exploração sexual, sabe-se que a mesma é uma realidade a ser combatida e prevenida.

De fato, o turismo está sujeito à ocorrência dessa exploração e busca-se, a partir disso, promover uma prática turística responsável que possibilite uma integração soberana e equitativa das nações e dos povos. Diante dos fluxos cada vez mais globalizados de pessoas nos seus tempos de lazer, as ações passam a ser planejadas objetivando ampliar o olhar sobre a exploração de modo que contemple as demandas específicas de prevenção a favor de crianças e adolescentes, ao passo que reforça o desenvolvimento do turismo na promoção da inclusão social e da sustentabilidade socioeconômicas das comunidades envolvidas.

Mesmo em locais onde não existem problemas evidentes ligados à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, a adoção de medidas preventivas é fundamental, uma vez que o turista que pratica a exploração sexual tende a ser atraído para localidades onde há impunidade. A exploração sexual de crianças e adolescentes, quando aderida ao tecido social local é perniciosa e gera danos a toda a sociedade e à imagem de um destino turístico (MTUR, 2009). A existência de políticas de enfrentamento e prevenção, e a execução de ações pontuais como campanhas de sensibilização e divulgação de canais de denúncias, são, portanto, fundamentais para a inibição desse tipo de exploração.

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) do Ministério do Turismo (MTur) preocupado com essa violação dos direitos das crianças e adolescentes no combate e prevenção à exploração sexual no turismo, estabeleceu uma parceria com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), iniciando em 2010, por meio do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, com os objetivos de promover a mobilização e a articulação do setor na prevenção dessa prática, como o de identificar experiências bem sucedidas, e criar grupos de multiplicadores nos Estados da federação.

O Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo foi lançado em âmbito nacional em 30 de março de 2010¹, e contou com a participação de parceiros, instituições e atores sociais com intuito de ampliar e dar visibilidade na efetivação de ações de mobilização e articulação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Após seu lançamento, foram realizados os cursos de formação de multiplicadores nos meses compreendidos entre dezembro de 2009² a julho de 2010 em todas as regiões do país. O recorte dessa análise teve como base esse período supracitado, por ser o período que ocorreram os cursos para multiplicadores.

Os cursos tinham, como sujeitos participantes, representantes do setor do turismo e da rede de proteção e enfrentamento à violência dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A metodologia participativa do curso de formação de multiplicadores tinha a finalidade de integrar os participantes e favorecer o diálogo na tentativa de despertar olhares para a transformação da realidade social desta prática criminosa.

Ao final de cada curso, que aconteceu em todas as cinco regiões do país, esses multiplicadores retornavam aos seus respectivos estados com a incumbência de repassar o conteúdo e efetivar as ações de prevenção à exploração sexual de menores propostos nos planos de ação.

Em virtude dos resultados apresentados após o curso de formação dos multiplicadores e da descontinuidade do projeto em 2011, com a mudança de diretrizes do governo federal, houve o encerramento do projeto ao final de 2011 pelo CET/UnB. Porém, por entender a importância de aprofundar a teorização sobre o tema que por muitas vezes incorre em tabus sociais, quando não em temores sobre a segurança física dos próprios pesquisadores, a investigação visou analisar o contexto de ocorrência dessa formação que é dominada pelo mundo da criminalidade internacional.

¹ Os cursos iniciaram em dezembro de 2009, em Recife-PE, mas, oficialmente o Projeto foi lançado no dia 30 de março de 2010 em Brasília-DF no auditório central do CET-UnB.

² O curso de formação de multiplicadores da região Nordeste, aconteceu em Recife em dezembro de 2009. A execução desta região ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo de Pernambuco. Os demais cursos foram executados pelo CET/UnB e iniciaram em abril de 2010 até julho de 2010.

Este fenômeno é recorrente, pois existe uma configuração social específica, que abarca as cidades turísticas brasileiras: uma cultura de violação infantil aliada à pobreza e defrontada com o turismo fundado na base erótica, sinônimo do "paraíso perdido", típica dos países tropicais como o Brasil. Há inúmeros exemplos dos atrativos para o "*turismo sexual*" vinculados ao paraíso, e ao pecado capital. No Brasil, a imagem da Amazônia, onde a floresta em si mistura-se as lendas indígenas e a sexualidade, são apenas algumas delas, somada à dificuldade das autoridades para vigiar a dimensão das áreas de circulação dos exploradores, além da miséria das populações ribeirinhas e das regiões portuárias, que facilitam a prostituição e exploração sexual infanto-juvenil.

"Na Amazônia, infelizmente, as mulheres se prostituem desde novas. Já não se questiona, tudo parece natural." (citação de Dom Flávio Giovenale, bispo da Diocese de Santarém, Pará, em entrevista a revista Carta Capital, 16 janeiro de 2013, ano XVIII, nº 731, p. 36).

A investigação prescindiu de uma discussão teórica sobre seu objeto assim a discussão a cerca dos conceitos de "*turismo sexual*"; violência e exploração sexual, cidadania e turismo, difundida por vários autores e pela sociedade brasileira como uma modalidade do turismo foi de suma importância para o entendimento do tema.

A pesquisadora iniciou nesta temática em janeiro de 2010 enquanto atuava como Turismóloga no CET/UnB nos Cursos de Formação de Multiplicadores do Programa TSI. Ao adentrar no trabalho, viu-se envolvida de tal maneira que se tornou, no decorrer dos meses seguintes multiplicadora do projeto. Até o final de 2011, acompanhou o projeto como coordenadora de monitoramento, verificando o andamento de todas as ações que eram previstas. Realizou ainda, a interfase dos sujeitos envolvidos no processo com o Programa TSI, mesmo após o seu encerramento.

Ao término do Projeto ciente da importância em continuar estudando, escolhe o Programa TSI como tema de sua investigação. Suas inquietações como multiplicadora são trazidas ao projeto, pois ao observar que, apesar de resultados expressivos através de campanhas em vários veículos de comunicação, diversas ações dos multiplicadores nos seus estados e aumento de denúncia pela população

dados registrados pelo *disque100* fornecidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos a toda sociedade, o tema perdia expressividade nas instâncias políticas do Governo Federal, cuja comprovação pode ser observada no fato de, apesar do Brasil estar se preparando para grandes eventos como Copa do Mundo de Futebol em 2014, o Programa TSI não retomou os cursos de formação.

Nesse sentido, a questão que norteia esta pesquisa centrou-se sobre se a transposição didática dos conteúdos, realizada nos cursos de formação. Se ocorreu de forma reflexiva na dimensão da complexidade do tema permitindo, de fato, uma reflexão-ação cidadã?

Os conteúdos transpostos foram reducionistas, ou não, ao tratar dos temas turismo, hospitalidade, vulnerabilidade de crianças e adolescentes e das diferentes formas de exploração sexual, sem as devidas relações sistêmicas que os temas requerem ao entender o turismo como fenômeno complexo?

Houve preocupação em dialogar com questões conceituais que refletissem e trouxessem estes saberes procedimentais entendidos como “habilidades na prática de aprender a aprender” em seus diferentes significados da violência sexual.

No tocante as metodologias utilizadas, suas propostas didáticas foram possíveis de transpor o conhecimento formulado como mero exercício didático ou possibilitaram sua sistematização para um engajamento cívico dos multiplicadores formados no programa do TSI? A saber, para que haja engajamento cívico é necessário que todos estejam direcionados ao mesmo ideal, unidos no mesmo propósito para que ações de prevenção a violência sexual sejam revistas.

Diante dessas problematizações, o estudo teve como objetivo avaliar a metodologia dos cursos de formação de multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância quanto as suas possibilidades na construção da cidadania e na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade.

A problemática geradora desta dissertação centra-se sobre qual metodologia deve ser empregada na formação de multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância, que permita a construção de sujeitos orgânicos numa ação

cidadã para além da institucionalidade do programa.

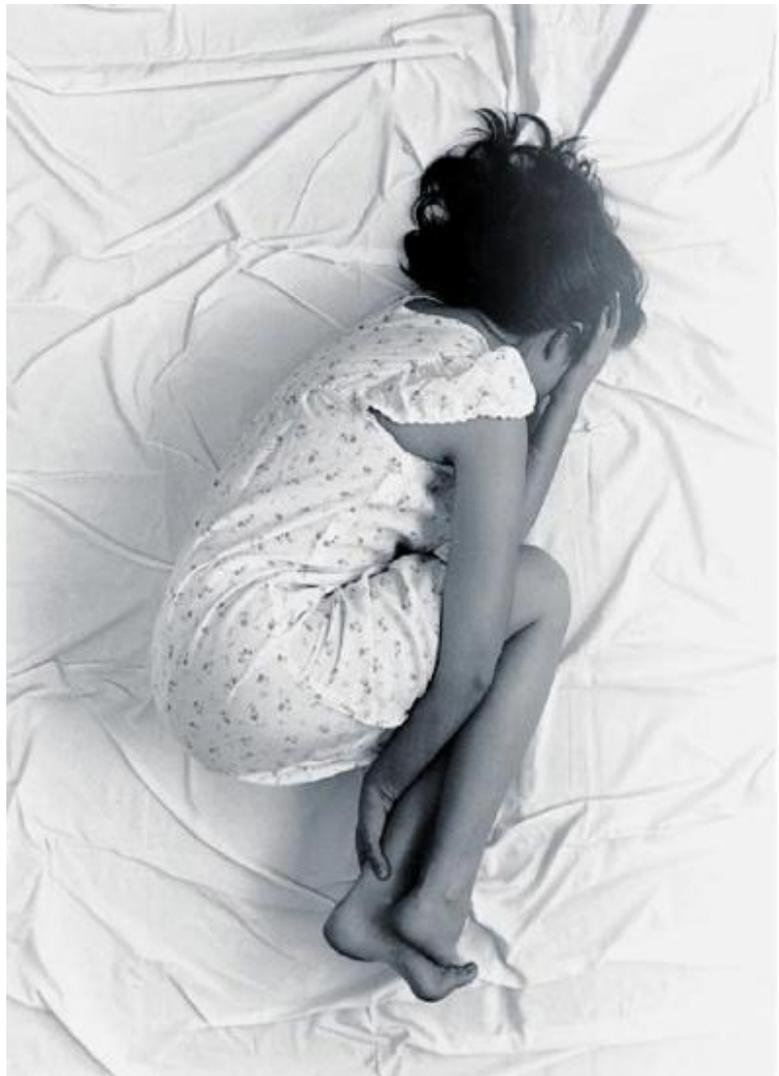
A partir do momento que os processos que envolvem metodologias participativas implicam em contradições de práticas a despeito do comportamento dos sujeitos envolvidos, questiona-se sobre a pertinência dos métodos e dos conteúdos aplicados pelo Programa TSI, os quais foram os mesmos para qualquer localidade, sem levar em consideração a identidade cultural dos multiplicadores que participam dos cursos de formação e sua realidade sociocultural.

A dissertação trata no primeiro capítulo fundamentalmente da discussão teórica acerca do turismo, do termo “*turismo sexual*”, da conceituação de crianças e adolescentes, da violência ao menor com foco na exploração sexual, das questões de patriarcado e gênero e da construção da cidadania. Apresentando uma abordagem em torno dos posicionamentos metodológicos e a possibilidade de repensar as práticas do turismo na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O segundo capítulo aborda o objeto de estudo, pelos caminhos metodológicos da Dialética-Histórico-Estrutural, e em seguida descreve o Programa Turismo Sustentável e Infância, o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e os Cursos de Formação de Multiplicadores.

O terceiro capítulo discute, teoricamente, os desdobramentos do Curso de Formação de Multiplicadores nos aspectos da investigação da metodologia participativa, favorável ou não, a compreensão dessa formação enquanto sujeitos participantes no contexto de modelos de formação participativa. Analisa os resultados obtidos por meio da técnica da triangulação dos dados, tendo como sujeito produtor o Programa Turismo Sustentável e Infância, como sujeitos reprodutores os Coordenadores Técnicos e como sujeitos consumidores os próprios multiplicadores.

E por fim, nas evidências finais verifica-se a relação teórica metodológica empregada nos cursos e o perfil dos multiplicadores, interpretando a validade da dimensão metodológica pelo projeto diante os desafios à frente desta temática para além da institucionalidade do Programa TSI.



*“A viagem é diferente em cada caso, pois, o encontro
permite o encontro do outro”.*

Maffesoli (2001)

1 A COMPLEXIDADE DO CAMPO TURISMO VERSUS “*TURISMO SEXUAL*”

O Turismo é estimulado por motivações do ser humano, sendo motivações em largas medidas, complexas ao entendimento. Não existe uma fórmula que determine a escolha do turista no momento que decide conhecer um destino turístico. A abordagem dada ao segmento “*turismo sexual*”, não pode ser descrita ou comparada, usando-se os mesmos movimentos sistêmicos apropriados nos campos do saber-fazer do turismo.

O Turismo transforma cenários pela sua importância visual, devido àquilo que se é apresentado e pela importância do olhar – aquilo que se é percebido, conforme a concepção de Urry (1996, p.122) “é um jogo que sempre envolveu o espetáculo”. Sendo o Turismo pré figurativamente pós-moderno, devido a sua particular combinação do visual e do estético, despertando o interesse pelo produto final, nesse caso, o termo “*turismo sexual*”.

Para tanto se faz necessário entender a complexidade do turismo, que é contraditória a violência praticada e abordada por diversos autores como “*turismo sexual*”, que diverge da concepção de turismo como fenômeno humano, pois o reduz a uma mercadoria, o recorta a um produto ou a uma segmentação relacionada a uma mera motivação atendida pelo mercado econômico.

Ao tratar da aparência do fenômeno turístico baseado em número de turistas e receitas geradas, reduz-se a totalidade como objeto de práticas sociais, enaltecendo a faceta mercadológica e afastando o entendimento mais humanizado. Para Moesch (2002, p.38), “se o fenômeno turístico movimenta-se em diferentes fronteiras do conhecimento e das ciências, o seu entendimento além das aparências requer aproximação de diversos campos do saber”.

As tentativas de entender a complexidade do turismo, em grande parte geram inadequadas tipologias que no anseio de operacionalizar o fenômeno do turismo, dificultam a clareza do conceito e incentivam o mau uso dos destinos turísticos, além do consumo inconsciente por parte dos turistas. Infelizmente, durante décadas, a

imagem construída do turismo no Brasil por meio da publicidade e da mídia foi permissiva a entrada de “práticas criminosas” como a exploração sexual de menores, segmentada como “*turismo sexual*”.

Segundo Oliveira (2012, p. 24), a forma como se constituiu a política de turismo há algumas décadas, foi “baseada” na sexualidade da mulher brasileira, tem sua dose de responsabilidade. “Nesse processo, a ideia da menina jovem e adolescente ganha à atenção e atração para esse tipo de turismo” (OLIVEIRA, 2012, p.24). Para a autora, a criança torna-se vulnerável “exatamente” nos lugares onde a imagem do turismo foi constituída dessa maneira pelo “olhar exótico” (entrevista de Helena Oliveira, Coordenadora da UNICEF, Carta Capital, 16 janeiro de 2013, ano XVIII, nº 731, p. 36).

Vê-se que a motivação do sujeito que pratica o turismo, em relação ao consumo, não é apenas materialista. Segundo Moesch (2002, p.34) “Eles procuram, sim, vivenciar, naquela realidade, os dramas agradáveis que já vivenciaram em sua imaginação, mesmo que estes jamais sejam perfeitos e conduzam à desilusão e ao anseio por novos produtos”.

Assim, o direcionamento do olhar do turista implica em diferentes formas e padrões sociais, com sensibilidade voltada para elementos que são construídos no exercício das facetas mercadológicas. É esse turismo organizado, que se estabeleceu com o advento do capitalismo, que adentrou na realidade principalmente dos países ocidentais e que tornou realidade no Brasil.

Uma realidade capitalista que dificulta o entendimento da complexidade do objeto turístico. Compreender essa dinâmica frente à expansão do consumo de viagens torna-se fundamental para adentrar na obscuridade da problemática do termo “*turismo sexual*”, pois o turismo, em seu arcabouço conceitual, é um fenômeno social que ultrapassa qualquer prática dita como comercial, é, sobretudo, motivação humana. O real significado do turismo segundo Moesch (2002, p.31):

É um amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão e ideologia são partes de um fenômeno pós-moderno, em que protagonista é o sujeito, seja como consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas esta ocorre historicamente em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo do sujeito biológico, na busca do elo perdido entre prosa e poesia.

A saber, o conceito do turismo ultrapassa ainda relações provenientes do deslocamento temporário do ser humano com retorno ao local de partida, que foram os primeiros esforços para definir o turismo na década de 1930, cujas definições apresentavam poucas variações e um modelo tradicional, limitado ao deslocamento dos turistas que reunia características específicas relativas à duração e a motivação, e o interesse nos serviços de transporte, alojamento e alimentação.

Contudo, essa definição perpassou os dias atuais e apresenta ainda forte apelo comercial na conceituação por parte de vários autores, reduzindo a complexidade do turismo a um mercado de oferta e demanda tão similar quando refletimos o mercado do “*turismo sexual*”, tendo como produto o “corpo sexuado”, concentrado no âmbito econômico e modelado por forças políticas com interesses estratégicos de dominação e poder, cujo produto ofertado é consumido no local de produção.

Na tentativa da desconstrução do termo “*turismo sexual*”, reconhecendo a complexidade do turismo em sua interdisciplinaridade (enquanto objeto) e em sua intersetorialidade sistêmica (como forma), busca-se aprofundar, principalmente, o entendimento do conceito por autores como Krippendorf (1989), Gastal e Moesch (2002) que analisam o turismo como um fenômeno bem mais complexo que suas manifestações aparentes.

Para melhor compreensão do objeto, abordaremos neste capítulo os conceitos da polêmica teorização do termo “*turismo sexual*”, na perspectiva de abordamos um turismo responsável e libertador, fundamentais a compreensão do objeto de estudo. Discutiremos os conceitos de crianças e adolescentes na perspectiva dos direitos adquiridos, adentraremos na violação contra esses

menores, e por fim, discutiremos a exploração sexual dentro da perspectiva da cidadania.

1.1 Polêmica da Teorização sobre o Termo “*Turismo Sexual*”

Ao abordarmos o tema “*turismo sexual*” é comum que venha à mente a atividade vinculada à prostituição, ou seja, ao sexo pago. Também é usual que nossas lembranças sobre o tema nos remetam à exploração de menores. Um relatório apresentado sobre “A Exploração Sexual Comercial de Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe”, publicado em 1992 pelo Centro de Referências e Ações (CECRIA)³, com o apoio do Ministério da Justiça, define que:

O *turismo sexual* é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo por turistas do próprio país, envolvendo cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagens e guias de turismo, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além de tradicional cafetinagem (CECRIA, 1996).

O Relatório também chama a atenção para o fato de que se pode reduzir a exploração sexual ao sexo-turismo, recomendando ser necessário situar o conceito de exploração sexual em diferentes contextos culturais, para não se disseminar a ideia de que todos os turistas são abusadores sexuais.

Segundo a antropóloga Adriana Piscitelli⁴, que passou nove meses em campo com o objetivo de entender o que permeia as relações entre jovens brasileiros e turistas estrangeiros, para a pesquisa realizada em 2006, adotando o cenário a cidade de Fortaleza no Estado do Ceará, concluiu que o tema é complexo envolvendo amor, sonho de casamento e a busca de uma melhor oportunidade de

³ ONG, com sede em Brasília.

⁴ Doutora em Antropologia, Coordenadora de Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) da Universidade estadual de Campinas/UNICAMP, autora de vários livros sobre o tema. A pesquisa mencionada, denominada “Circuitos do Desejo”, foi publicada em 2006.

vida para jovens que se prostituem.

Dessa forma, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base em trabalhos realizados por organizações da sociedade civil, mostrou ser possível observar que agências de viagens, hotéis e outros estabelecimentos do turismo podem fazer parte de redes de exploração sexual, obtendo grandes lucros com essa prática.

Sendo para Leal (2002) um fenômeno que demonstra a banalização da violência, causada por questões econômicas, sociais e culturais, revelando o exercício de uma sexualidade violenta, em contraponto à sexualidade como direito do cidadão.

Roseno (2006) afirma que para a Organização Mundial do Turismo, o “*turismo sexual*” é conceituado como “a realização de viagens organizadas dentro do setor do turismo ou fora deste, porém com uso de suas estruturas e redes, com o propósito primeiro de permitir relações sexuais comerciais do turista com os residentes do local de destino”.

Entretanto, existem outras nuances do termo que podem ser consideradas, quando ele ocorre no encontro entre turistas e comunidades receptoras, sem envolver a forma direta de pagamento em moeda, ou nenhuma retribuição, mas, mesmo assim, ocorre o chamado “*turismo sexual*” em razão do exercício da liberdade sexual nas relações de poder.

Sabe-se que o turismo é realizado por pessoas e para pessoas, e tanto para quem viaja, quanto para quem recebe o turista, as necessidades humanas precisam ser atendidas em sua magnitude e, acima disto, respeitadas.

Visto que o sujeito que pratica o turismo é um sujeito com ligações com o outro, ambos pertencem ao mundo. Segundo Morin (1986, p.35) “o sujeito é o autor de seu processo organizador, por meio de sua singularidade”.

Segundo Fialho (2001, p.41), “O desejo de sentir é anterior à sensação em si”. Nessa perspectiva, o ser humano é exposto a situações do mundo na busca de encontrar respostas a suas ansiedades sentidas em seu âmago.

Nesse aspecto de querer viver as emoções que se constitui uma “centralidade subterrânea”, um irremediável querer viver, que convém analisar (MAFFESOLI, 2001, p.27) ao tratarmos do termo “*turismo sexual*”, fundido como “produto” do turismo.

O produto comercializado no “*turismo sexual*” é o corpo, ou corpo sexuado. Foucault (2011, p.148) apresenta o corpo como superfície e cenário de uma inscrição cultural, inscrita pelos acontecimentos, que transcendem a história, analisado pelo modelo de civilização, como volume em perpétua desintegração.

Para o autor, o corpo é descrito pela linguagem da superfície e da força, enfraquecido pelo modelo de dominação, inscrição e criação que, para Foucault (2011, p.149), é anterior à significação e a forma de poder “à medida que o corpo se torna elemento de poder, ele passa a ser atacado” daí ao adentrar no corpo, ele se encontra exposto no próprio corpo.

O corpo se torna aquilo que está em jogo, numa luta entre a criança e instância de controle. E ainda para Foucault (2011, p.140) “esse corpo deixa de ter forma de controle-repressão e passa para controle – estimulação”, despertando na sociedade capitalista o desejo de possuir.

Porém o corpo antes do surgimento da biologia vitalista no século XIX era compreendido como matéria inerte que nada significava, ou especificamente, significava o vazio profano, a condição decaída: engordo e pecado (FOUCAULT, 2011, p.147). Diferente da visão atual que o corpo é comercializado como mercadoria, onde gira a análise do capitalismo presente na sociedade atual.

O enfoque deve ser em distinguir o que é a alma do turismo, distanciando o espírito cordial e festivo do povo brasileiro dessa exploração sexual da mercantilização das relações humanas (entrevista de Flávio Dino, Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, Carta Capital, 16 janeiro de 2013, ano XVIII, nº 731, p.37).

A desconstrução do termo “*turismo sexual*” por parte do sujeito que pratica o turismo só será iniciada se a identidade construída, dentro dos parâmetros de domínios culturais, deixasse de ser vistas como premissas de um silogismo político, e principalmente se o termo “*turismo sexual*” não fosse mais compreendido como

uma prática derivada do turismo na utilização desse outro, materializado pelo uso do corpo baseada na apropriação do “outro”, ou um conjunto de outros, por meio da exclusão e da dominação.

O apelo publicitário na exploração do corpo promove, no homem que compra a fantasia, a ideia de que aquela criança tão sedutora o tornará mais potente. Para Arim (2005, p.40), essa nudez atua no inconsciente de forma coerente com o processo de elaboração de seus sentimentos.

A busca da satisfação do prazer nasce na expectativa, situada na imaginação, construída por “conjuntos de signos gerados pela propaganda e pela mídia, muitos dos quais dizem respeito claramente a processos complexos de emulação social” (URRY, 1996, p.41). Os modos de consumo refletem uma mutação no Turismo, transformando as suas relações e práticas.

Krippendorf (1989) alerta para a quase inexistente produção de estudos a respeito das comunidades que acolhem os fluxos turísticos, em especial aos relacionados aos custos sociais de adoção de hábitos de consumo e comportamento dos turistas; servilismo, prostituição e criminalidade.

Portanto, para a efetiva compreensão do significado de turismo ir além da apresentação de números, estatísticas e imagem vinculada nos principais meios de comunicação por parte dos órgãos que o regem, é que detalharemos a seguir o uso equivocado do termo “*turismo sexual*”.

Tendo como princípio que não se deve considerar o “*turismo sexual*” um modelo de segmentação de mercado, em especial se consideramos o Brasil, um país empobrecido. Pois, isto pode significar a aceitação dessa tipologia como o reconhecimento e legitimação de uma imagem perigosa, do ponto de vista sócio - antropológica (BARRETO, 2005, p.38).

Barreto (2005, p.12) ainda argumenta que “reconhecer esse tipo de turismo que promove oficialmente a possibilidade de sexo, como *atrativo turístico*, é fazer pouco caso da nossa identidade cultural”.

Além de afetar diretamente a imagem do país como um destino para Arim (2005, p.8) “de destino turístico onde o sexo é elemento de fácil aquisição” apontando claramente à facilidade de se praticar a exploração sexual de menores.

Para Krippendorf (1989, p.71) “O turista em outros destinos se sente enfim livre” e na perspectiva do autor realizam comportamentos diferentes dos habituais, modificando atitudes ao experimentar o novo.

Vários autores como Krippendorf (1989), Gastal (2002) e Moesch (2002) discutem o turismo como uma experiência que deve ser vivida em sua magnitude, com comportamentos responsáveis, numa prática do prazer. E se consideramos a viagem do turismo na busca do prazer, estaremos retomando a busca do outro, que muitas vezes pode ser chamado da construção intersubjetiva da realidade.

Para Maffesoli (2001, p.123) “a viagem é diferente em cada caso, pois, o encontro permite o encontro do outro”. Na tentativa de sair a caminho de algo em que qualquer nominação dada a esta sensação, vai resumir-se sempre a uma procura, cujas formas vão constituir a vida deste indivíduo e de todo conjunto social. No entanto, conhecer este caminho é o desafio quando conceituamos turismo.

Se para Krippendorf (1989) “experimentar o outro é sentir- se livre”, a viagem tornar-se a caminhada para a busca deste prazer, desta sensação. A esse fenômeno recorrente, essa sede de viagem que leva há percorrer o ano o mais possível, ao ritmo de períodos breves, marcando fortemente a partida e a chegada (MAFFESOLI, 2001) diz que a pesquisa torna-se importante ao iniciar, mesmo que ainda sutilmente, a desconstrução do termo “*turismo sexual*”.

O prazer de viver e a errância – são os polos do que hoje chamamos erroneamente de “*turismo sexual*”. Assim é a ação do sair que preocupa este olhar lançado sobre o conceito do turismo.

A pesquisa adotará os princípios do autor Kant (2000), baseados no conceito de turismo fundamentado nas posturas responsáveis, tendo a liberdade como razão prática, não empiricamente conhecida racional, pura e a priori, no sentido que é compreendida como autonomia e não coincide com nenhum ato livre concreto.

Ao adotar essa postura libertadora em ações do turismo responsável, o turista tem total consciência dos atos praticados, e do sentido adequado aos princípios éticos, ou seja, para tanto “o sujeito é responsável quando é capaz de se autodeterminar, isto é, quando tem consciência” (KANT, 2000, p.83).

Portanto o conceito responsabilidade inscreve-se em determinado conceito de liberdade, e mesmo na linguagem comum chamar alguém de responsável é dizer que cada um tem “responsabilidade” por estes atos advindos da liberdade. Para Abbagnano:

A responsabilidade é aquilo que me incumbe de modo exclusivo e que humanamente, não posso rejeitar. Esse peso é a suprema dignidade do único. Eu não intercambiável, sou eu à medida que sou responsável. Posso substituir todos, mas ninguém pode mim substituir. Essa é a minha inalienável identidade de sujeito (DICIONÁRIO DA FILOSOFIA, 2012, p.189).

O grande desafio é pensar nesta responsabilidade quando tratamos de temas controversos e obscuros, como a exploração sexual de menores. Nesse sentido, refletir quais responsabilidades estes multiplicadores tiveram no conhecimento a serviço desta causa social e a serviço da ampliação da consciência política.

Autores como Goodwin (2005) e Krippendorff (1989) já resignificavam a categoria de responsabilidade no turismo partindo de um turista manipulado para um turista informado e experiente, para um turista emancipado e independente, um consumidor crítico não apenas em casa, mas também viajando. Iniciando a discussão no cerne do movimento do Turismo Responsável.

Krippendorff (1989) ainda sugere a viagem como forma de enriquecimento de nossa condição humana, o autor enfatizava a importância de ser um consumidor crítico, conseguindo o encontro de si próprio durante as férias e exercitando um comportamento sensível.

Um turista responsável é um consumidor que demonstra uma atitude crítica não apenas da vida cotidiana, mas também quanto à escolha da viagem. Ele se mostra crítico em relação às diversas ofertas – mas também em relação a si mesmo.[...] Rebelar-se contra a prática do mercantilismo turístico, onde os preços são mais importantes que os países hospedeiros. Medita nas consequências que suas compras e seu comportamento poderiam engendrar e pergunta-se a quem beneficia e a quem prejudica a viagem (KRIPPENDORF, 1989, p. 211- 212).

Buscando da mesma forma a origem do termo “Turismo Responsável”, Joaquim foi o primeiro autor a utilizar e defender o termo como o mais adequado para um turismo alternativo contraposto ao turismo de massa.

Usa recursos que pertencem e/ou são geridos pelas comunidades de acolhimento; traduz-se em empresas de pequena dimensão; privilegia o contato direto entre as populações locais e os visitantes, enfatizando o entendimento mútuo e igualitário entre ambos; privilegia um desenvolvimento amigo do ambiente; caracteriza-se pela autenticidade; se assenta nas potencialidades locais (DAVIDSON *apud* JOAQUIM, 1997, p.86).

Para Goodwin, (2012), Turismo Responsável⁵ diz respeito à tomada de responsabilidade, respondendo e tomando medidas para resolver os problemas de sustentabilidade que surgem nos destinos, relacionadas ao social, econômico e ambiental.

Turismo Responsável tem a ver com fazer algo. Tem a ver com fazer a diferença. É nos destinos que turistas e comunidades locais interagem na natureza local e no ambiente sócio-cultural. É nos destinos que o turismo precisa ser administrado para que minimize os impactos negativos e potencialize os positivos. A administração do turismo nos destinos não pode ser reduzida à agenda ambiental, é também importante considerar os aspectos econômicos e sociais que surgem nos destinos (GOODWIN; FONT; ALDRINIQUE, 2012, p. 399).

⁵ “It is about doing something about it. It is about, making a difference. It is in destinations that tourists and local communities interact in the local natural and socio-cultural environment. It is in destinations that tourism needs to be managed in order to minimise negative impacts and to maximise positive ones. The management of tourism in destinations cannot be reduced to the environmental agenda, it is as important to consider the economic and social issues that arise in destinations” (Texto na Integra).

O autor se preocupa em alertar que as decisões precisam ser tomadas localmente, visto que os destinos do nosso mundo são muito diversificados e os problemas e as questões mudam de local para local. Para ele, o Turismo Responsável celebra a diversidade e reconhece que enquanto os destinos podem aprender com o que foi feito em outros lugares, todas as soluções são locais, o que exige o engajamento de um único conjunto de *stakeholders* (GOODWIN, 2011).

A pesquisa adota o desafio através de cada ator social – governos, comunidades, empresas e viajantes – determinando o que vai fazer e como vai reagir e assumir a responsabilidade de tornar o turismo mais sustentável e solidário (GOODWIN, 2012).

O Turismo Responsável e Turismo Sustentável são distintos, apesar de cada vez mais notarmos as palavras “responsável” e “sustentável” sendo usadas em conjunto, com a descrição da mesma coisa. Esses conceitos estão sim relacionados, porém eles não possuem o mesmo significado.

Turismo Responsável é assumir responsabilidades para alcançar o desenvolvimento sustentável por meio do turismo. “Turismo Responsável não se trata de se criar longas listas de verificações, mas sim de se identificar as questões econômicas, sociais e ambientais as quais sejam importantes localmente e ultrapassá-las” (GOODWIN, 2012, p.08).

A principal diferença entre os dois é que no Turismo Responsável, indivíduos, organizações e empresas são convidados a assumirem a responsabilidade por suas ações e os impactos de suas ações.

Considerar o contexto histórico social no processo de contradições e mediações se torna fundamental nos processos participativos para subsidiar a adequada interpretação das relações de opressão, na tentativa do alcance dos objetivos coletivos de maneira inclusiva.

Desconstruir o termo “*turismo sexual*” nos conteúdos de formação de multiplicadores talvez seja um dos caminhos possíveis para compreensão da problemática na intenção de formar e persuadir os envolvidos nos programas, avançando no sentido de educar visando à libertação via o despertar da

conscientização, fomentando a transformação e visão para enfrentamento a violência de crianças e adolescentes no turismo.

Para o autor Maffesoli (2001, p.126), essa errância favorece a variação da “tal liberdade”, o prazer não deve ser compreendido como algo feio ou prática egoísta consumada, pois acarreta no ser humano elementos constituídos na sua essência do ser e do sentir o gozo místico, na relação com o outro que ele chama de “explodir-se” nesse outro.

Mas, a grande discussão é que cada indivíduo deve possuir o direito a escolha dessa tal liberdade. Categorizar o termo de “*turismo sexual*” é não compreender que o turismo é prática libertadora de cada indivíduo, desde que através de posturas éticas. Pois para o autor Kant (2000, p.34) uma ação só terá valor moral quando praticada por dever e não simplesmente de acordo com o dever.

Classificar um destino como apto ao “*turismo sexual*” é reduzir as motivações humanas, e a autonomia dos visitantes. O autor ainda traz “a autonomia como fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional” (KANT, 2000, p, 37).

O respeito pelo outro deve ser discutido na relação do turista e a comunidade. Todos têm o direito ao prazer. Em nenhum momento este prazer é apresentado como uma prática criminosa como a que estamos acostumados a ouvir sobre “*turismo sexual*”. Todos repudiam esta atividade e não reconhecem o turismo como uma busca pelo prazer em detrimento da violência da exploração do corpo, principalmente de crianças e adolescentes.

Reconhecer a complexidade do Turismo é romper com os pensamentos capitalistas, estabelecendo uma prática mais responsável para uma mudança desejada na produção do conhecimento que transcenda aspectos mercadológicos, sendo fundamental na discussão sobre a polêmica abordagem do termo “*turismo sexual*”.

É indiscutível ainda o fato de que o “*turismo sexual*” constitui uma modalidade de exploração sexual. A discussão, portanto, deve avançar para a compatibilização de linguagens, sem deixar de reconhecer que a prática desse tipo de atividade é

considerada crime, sobretudo quando envolve crianças e adolescentes.

O exercício do olhar deve ser através da “singularidade do Eu, se esvaziando em função da responsabilidade por outrem, cuja responsabilidade será a bondade. Esse esvaziar-se não significa um desaparecer, mas ser inteiramente para o outro” (LEVINAS, 2000, p.282), sobretudo, quando esse outro é uma criança ou um adolescente, revelando um exercício de uma sexualidade violenta, em contraponto à sexualidade como direito, não sendo isso turismo, mas, um crime aos direitos humanos.

1.2 Crianças e Adolescentes: da violação aos direitos adquiridos

O direito da criança e do adolescente teve a sua origem nos Estados Unidos, onde o primeiro Tribunal de Menores do mundo foi criado em 1899, na cidade de Illinois.

Em junho de 1911, foi realizado, em Paris, o primeiro Congresso Internacional de Menores, o qual estimulou a criação dos juizados de menores por toda a Europa e América Latina. No Brasil, o primeiro Tribunal de Menores foi inaugurado em 1923, no município do Rio de Janeiro, seguido de São Paulo, que o implantou no ano seguinte.

Até o início do século passado, o mesmo sistema penal era aplicado para adultos e crianças, sendo a pena para a criança, menor em um terço. O primeiro Código de Menores brasileiro foi sancionado em 1927 (Lei Federal nº 17.943/1927). Neste código, o papel do juiz de menores era similar ao de um bom pai de família, que deveria definir a vida dos seus filhos, levando em conta o princípio da livre convicção.

A Doutrina da Situação Irregular, preconizada nessa lei, funcionava apenas para as crianças sem assistência social, sem família, pobres, miseráveis, abandonados e para os infratores. O termo situação irregular serviu para definir as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade saudável em que se

imaginava viver.

De acordo com essa lógica, os problemas eram focalizados exclusivamente nas pessoas que eram responsáveis pelos desvios e penalizadas. Sendo assim, o Código de Menores dava poderes ao juiz para internar, por um período sempre superior a dois anos, todos aqueles que se enquadrassem na chamada situação irregular, sob a justificativa de que essa era uma medida de proteção. “O menor não era julgado por seu ato, o que se levava em consideração era se esse menor se enquadrava ou não na situação irregular” (COSTA, 2005, p.42).

Foi nesse contexto que surgiu a famosa Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM), lugar em que os menores infratores eram misturados com os que estavam em situação de abandono, mendicância e violência. Aqueles que completavam 18 anos- e os juízes, na ocasião, julgavam que deveriam continuar internados - eram recambiados para uma entidade correcional de adultos e não tinham o direito de defesa.

A criança - em situação regular - era aquela criada no seio da família, que podia ou não frequentar escola e que tinha suas necessidades básicas de saúde, educação e moradia supridas por seus responsáveis.

Não importava a qualidade das relações familiares e se os adultos, que exerciam a função paterna ou materna, excediam-se ao aplicar castigos ou - até mesmo - se cometiam abuso sexual com suas crianças. As atitudes de um pai, padrasto ou responsável não eram questionadas, pelo menos, de maneira explícita. O pai tinha poder absoluto sobre a educação dos filhos e os tribunais não interferiam nas situações familiares. Aos poucos, foram acontecendo mudanças de concepção em relação ao lugar da criança em nossa sociedade e não somente no interior do sistema de justiça.

No final do século XVII a criança deixou de ser considerada adulto em miniatura (ARIÈS, 1981), para ser concebida como ser humano completo, em situação peculiar de desenvolvimento no plano sócio jurídico; passou, portanto, a ser um cidadão.

A promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança⁶ não garantiu mudanças imediatas, pois levou algum tempo para que o sistema de justiça aderisse à nova conjuntura. O segundo Código de Menores brasileiro, de 1979, criado 20 anos depois da promulgação da Declaração da ONU, ainda não abarcava as mudanças apontadas pela nova concepção de infância e adolescência.

O processo de adaptação da sociedade brasileira ao novo modelo proposto pela assembléiada ONU, da qual o Brasil foi e ainda é signatário, é um processo lento, que requer uma mudança de valores por parte da sociedade, no que se refere à concepção e ao tratamento dispensado a crianças e aos adolescentes.

Nesse sentido, a sociedade foi percebendo que as leis vigentes e os pressupostos que as embasavam não eram suficientes para responder por toda a complexidade de demandas oriundas desse mais novo tecido social chamado infância e juventude.

A partir dessa nova conjuntura em âmbito mundial, em contraposição à concepção do direito do menor, surgiu, no Brasil, o paradigma da proteção integral, que parte do pressuposto de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em relação a todas as instâncias da sociedade: família, escola, estado e justiça.

Seguindo essa filosofia, setores progressistas da sociedade brasileira movimentaram-se para alinhar o sistema de justiça à nova concepção da criança como sujeito de direitos, respaldados no Art. 227 da Constituição Federal de 1988, o qual abriu espaço para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (1998, p.48).

⁶ Publicada em 1959 pela Organização das Nações Unidas – ONU.

O panorama internacional continuava influenciando, trazendo novas proposições e recomendações aos países membros. Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral da ONU reuniu-se em Genebra e subscreveu a Convenção sobre o Direito da Criança. Os países signatários se comprometeram em ajustar seu sistema de justiça aos preceitos da Convenção, assumindo a responsabilidade de garantir os direitos das crianças⁷.

A sociedade solicitava um salto qualitativo no entendimento das questões da criança e do adolescente em relação à legislação vigente, visto que todos os estudos apontavam para a criança como sujeito em momento peculiar de desenvolvimento.

O Brasil assumiu um compromisso internacional, no sentido de adotar essa nova filosofia. Nessa época, vivenciava-se a renovação de seu Estado democrático e empenhou-se, por meio dos movimentos sociais, para que a Convenção fosse transformada em lei.

No clima de um país que aproveitava o momento oportuno para modernizar seu sistema de justiça, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e no calor dos movimentos populares que reestruturavam os espaços democráticos da nação, em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, sendo implantado, no Brasil, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o ECA.

Com a promulgação da Lei 8.069/90, o ECA, foi estabelecido um novo (re)ordenamento institucional, uma nova forma de organização nos aspectos legais e estruturais da política de proteção à infância e juventude, atingindo os três níveis de governo e, também, a sociedade civil organizada. Por meio dos conselhos de direitos e tutelares, passou-se a ter instrumentos fundamentais para a proposição e elaboração de políticas públicas e de controle social.

Segundo Costa (2005), a Proteção Integral é prioridade absoluta, e esta

⁷ O artigo 2º do ECA estabelece: “ Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.” Diferente da Convenção de Genebra e do sistema de justiça de outros países que consideram criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade.

doutrina e princípios são alicerçados na Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal, onde se encontram tipificados os crimes, dentre eles, aqueles praticados contra a criança e o adolescente.

O ECA prevê a aplicação de medidas de proteção para crianças e adolescentes, as quais visam a reconstituir o direito ameaçado ou violado, sem deixar de lado as necessidades pedagógicas, psicológicas, sociais e de saúde, oportunizando medidas que fortaleçam os laços familiares e comunitários.

A filosofia geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 5º, estabelece que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2000, p.14).

Dessa forma, a Lei permite intervenções no espaço “sagrado e privado” da família, contribuindo para a identificação e prevenção das situações de violência doméstica e sexual. Prevê, nos artigos 98 e 254 ainda, a responsabilização daqueles que se omitirem em notificar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de violência ou de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

No que se refere aos direitos fundamentais, considera que devem ser garantidos às crianças e aos adolescentes brasileiros: o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Os maus-tratos são considerados violações dos direitos fundamentais de acordo com o Art. 13 do ECA:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2002).

No ECA encontram-se, ainda, artigos referentes à política de atendimento a

crianças, aos adolescentes e às suas famílias e, também, às medidas aplicáveis aos pais e responsáveis, quando esses são os violadores de seus direitos enquanto seres humanos e acima de tudo cidadãos.

1.2.1 As multifaces da violência contra as crianças e adolescentes

Para refletir sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessária uma breve passagem anterior pelo conceito de violência de uma forma geral, para, posteriormente, conceituar as violências contra crianças e adolescentes, desde a doméstica até o abuso e a exploração sexual. Essas conceituações e as diferentes formas de compreensão desse fenômeno variam de acordo com as diferentes áreas de conhecimento. As diferentes visões serão abordadas nesta pesquisa e nos posicionaremos sobre com qual dessas o trabalho será desenvolvido.

A palavra violência é de origem latina, “**violentia**”, e significa:

[...] violência, caráter violento ou cruel, força. O verbo violare significa tratar com violência, profanar, transgredir. Esses termos devem ser relacionados a **vis**... Mais profundamente, a palavra **vis** significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força, e, portanto a potência, o valor, a força vital (MICHAUD, 1986, p. 25).

Para Minayo (2002), a violência é um fenômeno sócio-histórico, com múltiplos sentidos, formado por uma realidade plural, a qual deve ser pensada em rede, considerando os aspectos particulares e singulares de cada contexto, e a multidisciplinaridade.

A Organização Mundial da Saúde, em seu *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde* (2002), traz a seguinte definição:

Violência é o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2002. p. 15).

Segundo Gomes (1993), a violência é concebida como algo que faz parte das relações institucionais e interpessoais, sendo classificada a partir dos seguintes níveis: Violência estrutural – referente às desigualdades sociais, engendradas pelo sistema social, incluindo as discriminações de classe, gênero, raça, sexo e idade; Violência revolucionária ou de resistência – relacionada ao pretexto de forma organizada, daqueles que são discriminados; Violência da delinqüência – caracterizada pelas transgressões sociais.

A presente pesquisa restringir-se-á abordar um tipo particular de violência, que é a exploração *sexual*, quando esta ocorre contra *crianças e adolescentes*, sendo ela uma das expressões da violência, relacionada ao que a nossa cultura não aceita, mas pratica, ou seja, aquilo que reprovamos socialmente. Nesse sentido, a violência é um ato de transgressão de uma norma social, que coloca o sujeito em uma posição ambígua, pois quem a pratica sabe que seu ato é proibido, mas algo o impele a praticá-lo.

Essa forma de violência é definida como um fenômeno complexo, de âmbito mundial, presente em todas as classes sociais. Faleiros (2000) refere que, nas deliberações do I Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a violência sexual foi contextualizada em função da cultura, do padrão ético legal, do trabalho e do mercado. Foi, portanto, concebida como uma questão de cidadania e direitos humanos e sua violação considerada um crime contra a humanidade.

No referido Congresso, houve uma tentativa de consenso, para a utilização do termo violência sexual e de suas subdivisões. Porém, essa tentativa não foi plenamente instaurada na prática e, até hoje, encontram-se diferentes formas de se referir à violência doméstica e sexual.

Para Landini (2005), a violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema que vem sendo debatido e discutido. Porém, os grupos que participam deste debate vêm imprimindo um tom específico, que explicita mudanças na percepção da violência sexual em si e no entendimento do papel da mulher na sociedade, na valorização de determinado tipo de organização familiar e na função do Estado em relação à violência. Entretanto, para Leal (2002), o fenômeno da violência doméstica e sexual vem passando por avanços.

Para Faleiros (2000), o abuso sexual é o elemento constitutivo conceitual e, portanto, explicativo da natureza de todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente. Ela defende que esse termo extrapola o *locus* da violência intrafamiliar, abrangendo toda e qualquer situação em que ocorram relações permeadas pelo uso excessivo de poder, com fins sexuais, incluindo, as de caráter comercial. Até em uma mesma equipe de trabalho, às vezes, a forma de abordar e compreender o fenômeno são diferentes. Isso ocasiona tensões que se refletem no atendimento direto, em especial, no norteamento da proposta de intervenção. Essas tensões motivam um posicionamento crítico sobre esses conceitos, os quais - muitas vezes - trazem conotações políticas e ideológicas.

Na visão de Faleiros (2000, p.34), conceituar a violência sexual contra crianças e adolescentes implica em compreender a natureza do processo que seu *caráter sexual* confere à mesma, ou seja, que:

Deturpa as relações sócio afetivas e culturais entre adultos, crianças e adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; Confunde, nas crianças e nos adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; Inverte a natureza das relações adulto, criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; dependentes em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; Confunde os limites intergeracionais.

Nesse sentido, é possível concordar e reforçar a posição de Faleiros (2000) de que a violência sexual representa uma ultrapassagem de limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social. Assim, esse tipo de invasão da sexualidade humana não se restringe à penetração, mas abarca diversos atos transgressivos: pode ser um toque, um olhar, um jogo de sedução, entre outros, atos de erotização precoce da criança. Qualquer que seja o tipo de violência sexual perpetrada, o outro é colocado no lugar de um objeto, não sendo visto como sujeito.

Cromberg (2004) conceitua a violência sexual como circunscrita a uma relação a dois, consistindo na violação do corpo e do espaço corporal, sendo esse o cerne dessa questão. Pressupõe, ainda, que não há um consentimento consciente, para que tal fato ocorra, caracterizando-o em um quadro de vitimização, com um agressor e uma vítima definidos. Assim, ressalta que um evento de violência sexual, geralmente, possibilita o estabelecimento de uma situação traumática, provocando sofrimento psíquico e a produção de fantasias sexuais inconscientes.

Portanto, a violência não deve ser concebida como uma qualidade natural, inata do ser humano, mas como algo que se produz nas relações intersubjetivas. Contudo, a relação violenta entre um agressor e um agredido é concebida em um contexto de múltiplas variáveis.

Observa-se, também, que há concordância entre os teóricos deste campo, no compartilhamento da ideia de que o adulto é sempre o responsável pelo ato abusivo, mesmo que a criança ou adolescente tenha um comportamento erotizado, não compatível com a sua idade. Em outras palavras, o limite na relação com a criança e o adolescente cabe ao adulto.

Os limites desta relação, também, devem ser analisados ao observarem-se as dimensões que cercam a violência intra e extrafamiliar e, através disto, refletir nas consequências geradas por ambas.

A violência intrafamiliar é um fenômeno que perpassa todas as classes sociais, o espaço que ela é praticada é o espaço tido como sagrado, o lar, lugar de referência na construção de uma identidade. Chamado intrafamiliar ou incestuoso,

pois ocorre dentro da família, e esta relação decorre de vínculo parental.

A violência sexual intra e extrafamiliar devem ser tratadas como algo “sem a permissão” de uma das partes, pois ainda que a criança tenha noção do ato abusivo, ela ainda não está em condições de amadurecimento para decidir por este ato não tendo ainda condições emocionais e físicas para permitir esta prática. Sendo o adulto responsável por esses limites.

A violência extrafamiliar, enquadra-se na exploração sexual de crianças e adolescentes para fins comerciais, embora os fatores analisados sejam de abusos cometidos no universo intrafamiliar.

Para Brandão (1984), nas famílias de classes trabalhadoras urbanas, a violência física é predominantemente masculina e o enfrentamento dessa questão pelas mulheres, isto é, a resolução do conflito no âmbito familiar se dá via notificação no juizado, a partir do pedido de ajuda à polícia. Entretanto, somente uma minoria manifesta concordância com a possibilidade de prisão do acusado.

A denúncia do parceiro à polícia parece significar para as vítimas, um certo rompimento, de sua parte, com a reciprocidade familiar. Quando as mulheres procuram ajuda da polícia não buscam uma proteção específica àquele delito denunciado, mas a restauração de toda uma ordem que confere sentido, não só naquela relação, mas à sua existência social. No entanto, quando os vitimados são crianças e adolescentes a denúncia retarda, pois existe um laço afetivo.

Para Leal (2002, p.35):

Em função da desordem familiar provocada pela violência masculina, emerge-se na família um conjunto de práticas violentas com novos atores, isto é, o pai/padrasto, que desencadeou o processo, agora não é o único a cometer atos de violência, mas outros elementos da família, exemplo: mãe, filhos e outros, criando-se um clima de violência.

A repercussão dos conflitos conjugais, “ganha relevo nas narrativas femininas: a reprodução doméstica ameaçada, filhos traumatizados, revoltados ou

com dificuldades no desempenho escolar, dificuldades no exercício das atividades profissionais ou na obtenção de empregos” (BRANDÃO 1997, p. 52).

Baseado nessa análise, a violência intrafamiliar constitui-se historicamente em fator desencadeador de outros tipos de violência, tais como: física, psicológica, sexual e etc., a qual tem sido corroborada por estudos apresentados na literatura médica, pela pediatria e psicanálise, quando identificavam o abuso sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes na família.

Do ponto de vista clínico/comportamental, quando a criança abusada sexualmente rompe o silêncio e transforma sua fala íntima em fala social/médica/jurídica, muitas vezes sua fala é vista como uma fantasia ou mentira.

Por outro lado, quando ela é ouvida, o processo de intervenção é dificultado, em função das relações adultocêntricas, questões burocráticas, cultura conservadora das instituições, e de suas práticas preconceituosas, discriminatórias e de controle em relação à sexualidade, gênero, facilitando a retratação da figura materna, em relação à denúncia feita contra o agente violador.

A retratação é fortalecida dentro e fora da família, por tratar-se de uma questão de foro íntimo e privado, prevalece a mentalidade conservadora na qual a criança é punida duplamente (LEAL, 2002).

Desvelar a violência intra e extrafamiliar acarreta, não apenas, contar o número de vítimas e encaminhar vitimados, numa circulação “pingue-pongue” de um lugar para outro, de um profissional para outro, mas uma mudança de paradigma na construção da integração estratégica de atores mobilizados a agirem na implementação da garantia da cidadania.

1.2.2 Patriarcado e gênero nas implicações da violência contra crianças e adolescentes.

A epistemologia de gênero e de patriarcado se tornam essenciais para a compreensão da violência sexual sofrida pelas crianças e adolescentes na pesquisa.

Patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social. Iniciemos pela conceituação clássica weberiana: “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 1964, p.184).

No entanto, trata-se para Weber de um conceito típico-ideal que deve permitir ao pesquisador referir-se a diversas formas históricas de organização social, onde e sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica.

A autoridade familiar e doméstica é que funda o patriarcado e implica uma determinada divisão sexual que Weber denominava “normal”, e a uma autoridade doméstica fundada na “piedade”, referindo-se às “antiquíssimas situações naturais” (WEBER, 1964, p.753). Podendo-se dizer que, por ser ela percebida como uma “situação natural” e “normal”, daí advinha a “crença” e assim, sua legitimação.

Segundo Weber, a referência é sempre histórica. O patriarcado é só um sentido “a- histórico” porque não está limitado a um só momento histórico, isto é, porque pode e deve ser referido a qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação típico-ideal. Entendo que este conceito ainda que seja e possa ter sido utilizado em configurações teóricas marxistas e não tanto weberianas, sendo denominada uma forma de “dominação e exploração” (SAFFIOTTI, 1995), ou “sistema de opressão da mulher” (DELPHY, 1981) ou “relações sociais de reprodução organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo”, aponta obrigatoriamente para a circunscrição de momentos históricos onde esta forma de dominação (ou de dominação-exploração, ou de ideologia ou de opressão) tenha lugar.

Sobre a não univocidade do termo “patriarcado”, muito já foi debatido. O “estado das artes” feito por Saffioti (1995) é valioso. Apontamos, no entanto, dois pontos que não me parecem controversos. Este conceito tem sido utilizado pelas intelectuais feministas, de forma a superar qualquer idéia de “naturalidade” das relações patriarcais. O objetivo é exatamente o contrário: é desnaturalizá-lo,

mostrando seu engendramento social e cultural como um “sistema” ou como uma forma de “dominação”. O outro ponto é o de que sempre o tenham entendido como um conceito historicamente referido. São estes dois pontos que permitem o uso simultâneo para muitos autores dos termos “patriarcado” e “gênero”.

A epistemologia da palavra gênero não implica o deixar de lado patriarcado. Ela abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” que parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido, já “tudo” explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade.

A conceituação de “relações de gênero” não veio substituir o de “patriarcado”, mas sim, o de “condições sociais da diferença sexual”, o de “relações sociais de sexo”, e o de “relações entre homens e mulheres”, pois o processo de formação da sociedade brasileira revela forte componente de desigualdade, em diferentes níveis, circunstância que favorece uma cultura machista, sexista e adultocêntrica.

Para Leal (2002, p.14) “por via de consequência o uso do poder pelo adulto cria espaços que só reforçam a submissão/dominação, bases explicativas para o uso do poder/força sobre as crianças e adolescentes”. Modelo que até hoje serve para naturalizar essas relações, sendo comum a ocorrência de casos que dão conta da “aceitação ou conveniência familiar”, sobretudo, quando ocorre para complementação de renda. Patriarcado, questões de gênero, pobreza, desigualdade social são contextos que vulnerabilizam as vítimas, impondo quase sempre uma inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado do sexo.

Por outro lado, tem sido cada vez mais comum o discurso da culpabilização das famílias ou que “as meninas são culpadas porque consentiram em ser sexualmente exploradas” (LEAL 2002, p.23).

A história social da infância no Brasil registra que o tratamento dispensado aos menores, especialmente quando se refere ao gênero feminino, sempre teve um

forte peso discriminatório de não reconhecimento de seus direitos, sendo essa construção equivocada construída com base em preconceitos a partir de uma visão patriarcada.

Entendeu-se que estas expressões permaneciam aprisionadas nas narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, dificultando o desenvolvimento das análises que pretendiam chegar à radical ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais neste caso a compreensão da relação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No entanto, meninos e meninas têm sido duplamente punidos: pelo agressor/explorador/traficante e ainda por uma rede de hipocrisia e de falsa proteção que, por medo ou conivência, não tem conseguido romper com esse perverso ciclo de violências múltiplas e impunidades.

1.3 A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

A exploração sexual de crianças e adolescentes, embora muitas vezes apresente relação com situações de violência domésticas – sexual ou não – vividas pela criança ou pelo adolescente, enquadra-se nas formas de violência sexual extrafamiliares.

Com base na classificação do Instituto Interamericano Del Nino (OEA, 1998, *apud* Leal; Leal, 2003), a violência sexual contra crianças e adolescentes foi subdividida em dois grupos: o abuso sexual e a exploração sexual comercial. Do primeiro grupo, fazem parte os atos abusivos intra e extrafamiliares, perpetrados sem a intermediação do dinheiro, enquanto que, do segundo grupo, fazem parte aqueles atos em que, de certa forma, há a troca do sexo por uma remuneração.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, segundo Leal, está relacionada a:

Aspectos históricos, econômicos e ao sistema de valores arbitrados nas relações sociais, especialmente o patriarcalismo, o racismo e a apartação social, os quais se opõem a idéia de emancipação das liberdades econômicas, culturais e da sexualidade humana (LEAL, 2001, p.8).

Na avaliação dos aspectos desencadeantes e mantenedores deste fenômeno, Leal (2001) destacou três categorias complexas e distintas: o mercado, a sexualidade e a violência.

Essas mesmas categorias foram analisadas por Libório (2003) que elegeu mais duas categorias para se pensar nos fatores que dão sustentação ao fenômeno, são eles: além da violência e a sexualidade na adolescência e os riscos, danos e a vulnerabilidade, como aspectos psicológicos que interferem na construção da identidade do adolescente.

Dessa forma, ambas associam a violência estrutural, social e interpessoal à violência sexual, sendo esta causadora de danos e riscos nos níveis pessoal e coletivo. Nessa lógica, o abuso sexual se relaciona à violência intra e extrafamiliar e a exploração sexual comercial, além dos fatores intrafamiliares, tem o mercado como base de sustentação. Assim, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é definida como:

O uso da criança com propósitos sexuais na troca por dinheiro ou favores entre a criança, o consumidor, intermediário ou agente e outros. Dessa forma, considera-se que as três formas de exploração sexual comercial – prostituição infantil, tráfico e venda de crianças entre países, ou dentro dele, com propósitos sexuais e a pornografia infantil. O tráfico com propósitos sexuais implica, como consequência, na prostituição e estas são frequentemente combinadas com a produção de fotos, vídeos e outras formas de material sexual explícito envolvendo crianças (ECPAT, 2002, p.10)

As diferentes formas de expressão da exploração sexual comercial ainda estão associadas a fatores, tais como (LEAL, 2001):

- desestruturação da família empurrando os jovens para as redes de

exploração e ou de tráfico de drogas;

- naturalização e incentivo da prostituição;
- relação estreita entre exploração sexual e narcotráfico;
- impunidade dos agressores e agenciadores;
- políticas ineficientes;
- cárcere privado associado à exploração sexual.

Leal (2001) categorizou os indicadores macro-sociais e culturais que favorecem a exploração sexual comercial, associando-os ao consumo, tais como: a globalização da economia, as redes de exploração sexual no mercado transnacional e local, a exploração do trabalho como gerador de pobreza e de desemprego; a desigualdade social, de gênero, raça e etnia; a desigualdade geossocial rural e urbana; a migração legal e ilegal; a desestruturação familiar e o consumo..

Essas categorias explicativas da exploração sexual - associadas aos indicadores macrosociais - são formas interessantes de dimensionamento deste fenômeno contemporâneo, complexo e polêmico. No entanto, é importante não limitar, unicamente, o dimensionamento e as causas da exploração sexual comercial, a essas categorias e indicadores, uma vez que existem aspectos relativos à subjetividade dos sujeitos, intrínsecos à história pessoal de cada indivíduo que, associados a fatores macrosociais, contribuem para a inserção de adolescentes no mercado do sexo.

Dessa forma, percebe-se que a exploração sexual é um problema sério e danoso para crianças e adolescentes, vitimando um número significativo de meninas e meninos. Rebouças (2004), em sua pesquisa sobre o legado da prostituição e a violência familiar na constituição da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Santos, ressaltou que a exploração sexual comercial infantojuvenil é um fenômeno cuja aparência não coincide com a sua verdadeira estrutura.

A incidência, tal como se apresenta, é superficial, o que exige do pesquisador desvendar e tentar descobrir as suas determinações e seus atributos, para a constituição dos fatos concretos. Ele tentou, com isso, compreender os elementos

que conduzem as crianças e os adolescentes para essa situação de risco, observando os seguintes elementos:

- 1 - a negligência dos familiares em relação a suas crianças e aos seus adolescentes que sofreram violências de ordem psicológica, física e sexual;
- 2 - a transmissão geracional da cultura e dos valores do exercício da prostituição por mães ou responsáveis que foram ou que são trabalhadores do sexo repassam para as suas filhas na convivência familiar (REBOUÇAS, 2004, p.15).

Assim, o autor conclui que as consequências dessas violências vulnerabilizam crianças e adolescentes, favorecendo o ingresso no mercado do sexo. Pauta-se na convicção de que esse legado e essa violência, articulados e integrados com outros fatores, são desencadeadores de um processo que vitimiza crianças e adolescentes que ingressam precocemente e ilegalmente no mercado do sexo (REBOUÇAS, 2004, p.33).

Outra pesquisa desenvolvida por Gomes (1994), sobre a violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas - teve como objetivo analisar a configuração dos programas voltados para o atendimento de meninas que vivem nas ruas, da exploração sexual infantil feminina e do processo saúde-doença vinculado à sexualidade. O autor procura articular a prostituição feminina com o processo saúde-doença ligada à sexualidade e à violência estrutural, perpassada pela questão da pobreza.

Numa análise geral, essa pesquisa visou à configuração da exploração sexual entre meninas que vivem nas ruas, articulando os aspectos micro e macrossociais, na identificação do significado da prostituição para essas jovens.

A pesquisa citada concluiu que as violências cometidas contra as meninas que vivem nas ruas, de um modo geral, revelam atos violentos ligados ao sexo, existindo, ainda, uma faceta da violência estrutural que assume um grau significativo no conjunto dos atos violentos cometidos contra a mulher.

As marcas decorrentes dessas situações aparecem em relatos, com agravos

no campo da saúde mental⁸, evidenciados por profundos comprometimentos emocionais, inseguranças, medos e baixa autoestima, que podem ser caracterizados como comportamentos paralisantes num processo de recuperação da cidadania das meninas.

Mas, o importante é que o tema “violência sexual” foi definitivamente incluído na agenda da sociedade civil e do poder público e em todas as pautas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

1.3.1 Ações implementadas na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes

A pesquisa realizada pela equipe de consultores do Centro de Excelência em Turismo da UnB no período de dezembro de 2009 a junho de 2010 mostra as ações apoiadas nessa área nas últimas décadas. Relevantes iniciativas, em diferentes níveis, tem sido implementadas para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes, sobretudo, vinculadas às atividades turísticas, destacando-se três grupos de ações, conforme adiante discriminado.

As primeiras ações que serão apresentadas foram desenvolvidas no âmbito governamental, em estreita parceria com organizações da sociedade civil e iniciativa do Poder Legislativo, além de ações desenvolvidas na área do turismo. No quadro 1 (p.51) a seguir apresentam-se as ações do turismo:

⁸ Um número significativo das adolescentes entrevistada por Gomes, apresentavam doenças mentais, decorrentes das situações de violência que foram submetidas.

Quadro 1: Ações implementadas na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, adaptado pela pesquisadora

Ano	Ação do Turismo
1994	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da 1ª Conferência Metropolitana sobre a Prostituição Infanto-juvenil Feminina e Políticas Públicas, em Salvador, numa iniciativa pioneira do CEDECA-BA (Centro. de Defesa Criança e Adolescente da Bahia). • I Encontro das Metrôpoles do Nordeste, em Salvador, promovido pelo CEDECA-BA e Pommar/USAID (Programa de Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).
1995	<ul style="list-style-type: none"> • I Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes das Metrôpoles do Nordeste, em Salvador, promovido pelo CEDECA-BA. • Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil, em Brasília, coordenado pelo Cecria, em Brasília.
1996	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro das Américas, em Brasília, coordenado pelo Cecria, que resultou na Carta de Brasília, com recomendações para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; esse documento também constituiu uma orientação para a participação brasileira no I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, coordenado pelo ECPAT - Internacional.
1997	<ul style="list-style-type: none"> • I Encontro para a Formulação do Plano Nacional que atendesse à diversidade cultural do Brasil, em Salvador, promovido pelo Cedeca-BA. • Lançamento do Disque Denúncia Nacional / Disque 0800990500, atualmente Disque 100.
1998	<ul style="list-style-type: none"> • II Encontro do ECPAT - Brasil, coordenado pelo Cedeca-BA, cuja sistematização possibilitou a identificação dos diversos atores sociais e parcerias que desenvolvam ações no Brasil nas linhas de prevenção, atendimento, defesa-responsabilização, articulação-mobilização e protagonismo juvenil.

Continuação

Ano	Ação do Turismo
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção de recursos no orçamento público federal para o desenvolvimento de programas e ações voltados para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (Plano Plurianual 2000/2003).
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças, pelo Governo Federal, resultando na criação do Programa Sentinela, vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). • Aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto juvenil, pelo CONANDA. • Criação do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto juvenil, instância de monitoramento e avaliação das ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto juvenil.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Mesa redonda para discutir o rastreamento da pedofilia na internet, atividades do “Sistema de Informação na Internet sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Ação Justiça”, em Salvador, coordenada pelo CEDECA-BA. • Participação de representantes no II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em Yokohama.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF), em âmbito nacional, coordenada pela UnB/Grupo Violes. • Lançamento de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (Pair), pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio da ONG <i>Partners of the Americas</i>.

Continuação

Ano	Ação do Turismo
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas principais rodovias federais, realizado pela Polícia Rodoviária Federal, com apoio da OIT, atualizado em 2006. • Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas principais rodovias federais brasileiras, realizado pela Polícia Rodoviária Federal, com apoio da OIT, atualizado em 2006. • I Seminário Nacional sobre Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovido pelo Ministério da Justiça.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente. • Divulgação de uma Matriz Intersetorial implementadas pelo Governo Federal, que identificou 932 municípios com exploração sexual comercial infantojuvenil, elaborada em parceria pelo UNICEF, SEDH/PR e Violes/SER/UnB.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Início do Programa Turismo Sustentável e Infância. • Implementação do Programa de Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico, para Fins de Exploração Sexual, iniciativa da ONG <i>Partners of the Americas</i>, com apoio da Usaid.
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, iniciativa do Ministério da Justiça.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, iniciativa do Ministério da Justiça. • III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado no Brasil.

Fonte: Relatório do CET/UnB (2009)

1.3.2. Ações de iniciativa do Poder Legislativo

As primeiras ações que serão apresentadas foram desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo, no combate à exploração sexual de crianças. Destaque das ações no quadro a seguir:

Quadro 2: Ações implementadas na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, adaptado pela pesquisadora

Ano	Ação do Poder Legislativo
1990	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/1990.
1991	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Extermínio de Crianças e Adolescentes, em Brasília.
1992	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da CPI da Violência contra a Mulher, em Brasília.
1993	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da CPI da Prostituição Infantojuvenil (considerada referencial, por dar visibilidade ao tema; proceder a investigações em várias regiões do país; contribuir para uma nova compreensão sobre o tema; e dar início à discussão sobre impunidade dos agressores/exploradores). Essa iniciativa contou com a articulação de: Casa Renascer (Natal/RN), FNDCA – Forum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
1995	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da CPI da Prostituição Infantil, no Norte de Minas Gerais; e da CPI da Prostituição Infantojuvenil, em Natal.
1996	<ul style="list-style-type: none">• Instalação da CPI da Exploração Sexual, Prostituição, Abuso Sexual e Maus-Tratos de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal (Câmara Legislativa), em Brasília.

Continuação

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação da Frente Parlamentar pelo Fim da Violência e Exploração de Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes (Câmara Federal), em Brasília.
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de uma Comissão Especial de Inquérito sobre a Prostituição Infantojuvenil, em Goiânia; e da CPI da Prostituição Infantil, no Paraná.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição do Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual (18 de maio), pela Lei nº 9970/2000
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de uma CPI sobre Turismo Sexual no Município de Fortaleza.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de dimensionar o fenômeno, na modalidade da exploração sexual comercial, e propor recomendações, em Brasília. • Instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de dimensionar o fenômeno, na modalidade da exploração sexual comercial, e propor recomendações, em Brasília.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de mudança no Código Penal, objeto da Lei nº 11.106/2005, mediante alteração do art. 231 e acréscimo do art. 231-A. O crime “tráfico de mulheres” passou a ser “tráfico de pessoas”, e foi inserido o tipo penal “tráfico interno”, em Brasília.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Lei nº 12.015, de 07/08/2009, introduzindo mudanças substanciais e acrescentando artigos no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente relativos aos crimes de natureza sexual, em Brasília.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação da CPI da Pedofilia, no Senado Federal, em Brasília. Muitos desafios vêm sendo colocados desde quando essa questão ganhou maior visibilidade pública no Brasil.

Fonte: Relatório do CET/UnB (2009)

Outra importante iniciativa nessa área foi à criação do Conselho Nacional de Turismo (CNT), em 29 de abril de 2003. Trata-se de colegiado com a atribuição de

assessorar o ministro do Turismo na formulação e a aplicação da Política Nacional de Turismo e seus planos, programas, projetos e atividades. O CNT reúne representantes do Governo Federal e dos diversos segmentos do turismo.

Atualmente possui 67 membros, representantes de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional.

Em 17 de setembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.771, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Um dos objetivos ali definidos (inciso X) traz o enunciado transcrito a seguir:

X – prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

Além, da Política Nacional do Turismo, há dois códigos específicos que são referenciais para a atuação do MTur nesse contexto: o Código Ético Mundial para o Turismo, da OMT; e o Código de Conduta para a Proteção de Crianças e Adolescentes contra a Exploração Sexual em Viagens e Turismo (*The Code*).

O primeiro foi aprovado na 13ª Assembleia Geral da OMT, realizada em Santiago, no período de 27/09 a 01/10/1999. Trata-se de importante instrumento das Nações Unidas para estimular empresas a aderir a uma plataforma ética de ação.

O Código Ético defende o turismo como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo (Art. 2º); como fator de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, ao lado de um crescimento econômico que seja capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras (Art. 3º); como fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade (Art. 4º); e como benefício para as populações e comunidades locais, ao garantir uma participação equitativa nas vantagens econômicas e culturais (Art. 5º)

A exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente

sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, e em conformidade com o direito internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos.

O Código de Conduta (*The Code*)⁹ foi criado em 1998, pela rede mundial denominada *End Child Prostitution, Child Pornography and Child Trafficking for Sexual Purposes* (ECPAT¹⁰), em estreita parceria com a OMT.

Instrumento de sensibilização para o enfrentamento do problema, indicando como as empresas de turismo podem atuar nesse contexto, assumindo sua responsabilidade como agente social. (Turismo Sustentável e Infância – Cartilha de Orientação – CTI/NE)

O *The Code* prevê a implementação de seis ações nessa área, a saber:

1. Estabelecer uma política ética da empresa contra a exploração sexual infantojuvenil;
2. Capacitar seus funcionários e os das suas empresas nos países de origem e destino em que operam;
3. Inserir cláusula específica nos contratos com fornecedores, declarando repúdio de ambas as partes a toda e qualquer exploração sexual infantojuvenil;
4. Informar os turistas, através de catálogos, folhetos, vídeos de bordo, cartazes, bilhetes de passagens, portais na internet, ou quaisquer outros meios informativos que lhes parecerem oportunos;
5. Fornecer informação aos atores-chaves locais em cada um dos destinos operados;
6. Apresentar um relatório anual sobre a realização e a aplicação dessas diretrizes.

⁹ O Código dispõe de uma organização própria, sediada em Nova Iorque, financiada por diversas instituições, especialmente o UNICEF.

¹⁰ Sediado em Bangkok, o ECPAT tem por missão combater todas as formas de exploração sexual contra crianças e adolescentes. A entidade tem representações em mais de 50 países, incluindo o Brasil.

Os dois códigos ora destacados são importantes e complementares, enquanto oferecem possibilidades nos campos da ética e/ou das práticas para as empresas do setor¹¹.

Esses instrumentos internacionais contribuem, de forma indiscutível, para uma nova visão do turismo no Brasil. Durante muito tempo, o “turismo sexual” foi encarado como uma forma de atrair potenciais turistas. Não havia uma reflexão sobre os impactos negativos que essa estratégia de divulgação do turismo poderia acarretar para o país.

Essa atitude, de caráter predatório, impossibilitava uma compreensão da necessidade de proteção integral de crianças e adolescentes, sobretudo devido à constatação de que boa parte deles eram vítimas desse equívoco.

Por outro lado, o conceito de responsabilidade social corporativa ainda não era objeto de discussão por parte de diferentes segmentos vinculados à área do turismo. Nessa perspectiva, discutiu-se a questão da cidadania e suas relações sociais dentro de uma temática que deve ser interesse de todos.

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de livre escolha. A decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças. Convidar as pessoas para aderir a uma causa significa propor que assumam discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo pré-definido.

Para tanto, deve-se expressar esse objetivo de forma clara, de modo que possamos reunir pessoas e grupos em torno dele. O que dá força e estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em minha organização, empresa ou instituição, está sendo feito e decidido também por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentido.

Para construir uma mobilização em torno da prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo, teremos que envolver mentes, corações e vontades para esse propósito comum.

¹¹ Relatório CET/UnB/2009 (p. 11).

Nessa perspectiva, os próximos capítulos analisarão a metodologia que foi utilizada nos Cursos de Formação de Multiplicadores do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, que fez parte do Programa Turismo Sustentável e Infância do MTur.

A análise desta pesquisa verificou se o processo formou cidadãos capazes ou não de enfrentar as discontinuidades do programa de governo dentro das instituições que coordenavam as ações de prevenção à temática.



“Esse processo de transformação, são opostos. Mas não pode existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui.”

Triviños (2012)

2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

As categorias sobre cidadania, responsabilidade, violência sexual e práticas reflexivas nos processos de metodologia participativa, discutidas no capítulo 1, apontam as possibilidades no tratamento do objeto de conhecimento, alvo dessa dissertação: Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo. Logo as categorias a posteriori pertinentes a teoria do objeto de estudo são: Cidadania, Violência Sexual, Responsabilidade e Práticas Reflexivas em Processos de Metodologia Participativa, oriundas da teoria objeto violência sexual contra crianças e adolescentes na prática do turismo discutidas no capítulo I.

Nesse sentido, para a compreensão e apropriação da abordagem metodológica dialética, o estudo teórico-metodológico recorre as categorias de abordagem que possibilitam a reconstrução do conhecimento o qual é o objeto da problematização deste estudo. Na sequência descreve-se o Programa TSI, o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Curso de Formação de Multiplicadores.

Desconstruir essas categorias, bem como investigar novas faces desse fenômeno, requer uma concepção interdisciplinar no campo do conhecimento. Nesse sentido, essa pesquisa foi desenvolvida numa abordagem dialética, analisando a pertinência das categorias propostas, por meio do método e das teorias.

2.1 Abordagem Metodológica

O tema estudado, de natureza exploratória e de cunho qualitativo, adotou como estratégia de metodologia o quadro de referência dialético e a pesquisa-ação como método. Os procedimentos adotados foram norteados pela técnica da triangulação de dados. Utilizou-se de três momentos de análise: o levantamento de informações

em diagnóstico, pesquisas dos registros e documentos dos cursos, em especial os planos de ação gerados pelos 27 Estados brasileiros e, como meio de informação complementar, a aplicação de questionários com os multiplicadores e coordenadores técnicos do Programa TSI.

O recorte espacial desta dissertação se caracteriza pelo Curso de Formação de Multiplicadores, do projeto financiado pelo Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo e executado pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília com a intenção de formar multiplicadores em todo o Brasil para minimizar e conscientizar os profissionais do turismo no que tange a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no universo do Turismo, no período de dezembro de 2009 ao final de 2011.

As questões de pesquisa norteadora, orientadoras desta investigação e que contribuíram para o alcance do objetivo deste trabalho, foram:

- 1) Até que ponto a teoria utilizada no Programa Turismo Sustentável e Infância no Curso de Formação de Multiplicadores divergiu da prática sob a perspectiva dos multiplicadores, gerando métodos e cenários diferentes em suas didáticas no projeto?
- 2) Qual o perfil dos multiplicadores que deu continuidade ao programa mesmo sem sua institucionalidade?
- 3) E, por fim, quais foram as metodologias de investigação-ação mais adequadas na formação de sujeito cidadãos vieram a influenciar nos resultados das ações para o turismo?

Na tentativa de responder as questões de pesquisa levantadas, a pesquisadora perpassou por caminhos metodológicos, tendo como objetivo geral avaliar a metodologia dos cursos de formação dos multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância quanto as suas possibilidades na construção da cidadania na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade.

E como objetivos específicos:

- Analisar o perfil dos multiplicadores enquanto sujeitos cidadãos;
- Desvelar quais métodos e conteúdos foram significativos no processo de aprendizagem da formação de multiplicadores, que permitam a construção dos sujeitos cidadãos nos temas referentes à proposta do curso de formação;
- Analisar a consequência da metodologia abstrato-formal utilizada pelo curso de formação de multiplicadores como proposta didática na formação de multiplicadores em diferentes realidades socioculturais.

Esta pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, foi de natureza aplicada, pois objetivou gerar conhecimentos dirigidos a resolução de um problema específico, anteriormente citado. Já quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa foi definida como pesquisa qualitativa, pois considerou que existiu uma relação entre o sujeito e o universo real, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

O curso de formação de multiplicadores, por se tratar de um projeto de cunho participativo no campo da epistemologia do turismo, implicou em envolvimento de atores ou grupos representativos de todas as regiões do país, exigindo em seu escopo metodológico um envolvimento ativo desses atores no equacionamento dos problemas existentes quanto à exploração sexual de menores no turismo, além do acompanhamento das ações propostas nos planos de ação e, por fim, no monitoramento da metodologia empregada.

A relação da pesquisa de cunho qualitativo com o tema estudado se revela pela natureza de seus saberes procedimentais, pela necessidade de compreensão da participação destes multiplicadores, entendendo o fenômeno do turismo enquanto orgânico para além da compreensão trivial, rotineira no que tange o conhecimento desta área, cuja apreensão possibilita a análise do engajamento cívico, do turismo responsável, da violência sexual conforme seus aspectos e vulnerabilidade e do enfoque reflexivo na prática pedagógica empregado em curso de metodologias participativas.

A pesquisa qualitativa foi fundamentalmente interpretativa e permitiu a observação dos fenômenos sociais de maneira a intensificar a participação do universo onde ocorreu o fenômeno. Esse tipo de pesquisa para Triviños (2012, p.53) tem caráter exploratório sobre algum objeto, lida com aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes. Logo a pesquisa explicativa se justificou nesse trabalho pelo fato do objetivo geral ser uma análise dos fatores que determinam ou contribuem para a alteração ou não de práticas de planejamento isoladas no turismo em cada localidade e do processo de indução na construção de redes de cooperação.

Essas características relacionam-se também com o objeto de estudo do presente trabalho, configurando-se como a abordagem mais apropriada. Além disso, ela pode ser usada para identificar inconsistências entre o que a teoria prevê e o que o resultado da pesquisa registra, ou entre a teoria e as práticas cotidianas.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa apresentou-se como a mais adequada para a pesquisa proposta no sentido que foi feita uma análise bibliográfica e documental buscando as propostas e ações almejadas a partir da implementação do Programa Turismo Sustentável e Infância do MTur, na busca pela apreensão das dificuldades na proposta dos Cursos de Formação de Multiplicadores do Projeto de Prevenção do MTur em parceria com o CET/UnB.

Segundo o objeto do trabalho, a pesquisa qualitativa foi a que melhor se adequou para seu desenvolvimento, tendo em vista que seu enfoque central, segundo Minayo (1997), está nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e representações sociais, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na pesquisa qualitativa, segundo Triviños (2012), a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, ou seja, a abordagem qualitativa aprofunda-se

nas ações e relações humanas, um lado perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, como na natureza da pesquisa quantitativa.

A partir dos objetivos dos estudos, classificou-se a pesquisa como exploratória/explicativa, pois, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários para levantamentos de dados para análise. Assim, como da observação participante (MINAYO, 1997), uma vez que teve por objetivo descrever características e fatores principais de uma determinada parcela da realidade das metodologias utilizadas no curso de formação do TSI, além de determinar a natureza das relações entre métodos e conhecimento.

Logo após a aplicação dos questionários, aplicou-se a análise de conteúdo, escolhida como instrumento de investigação por ser a mais adequada “para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais [...] que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza” (TRIVIÑOS, 2012, p.160). Trata-se de um conjunto de técnicas, que permite estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens, possibilitando inferência de conhecimentos relativos à mensagem analisada, seu conteúdo, seu contexto e seu sujeito produtor.

Esta pesquisa possui três momentos: primeiramente foi feita uma revisão da literatura em torno do tema, por meio de conceitos como turismo, termo “*turismo sexual*”, crianças e adolescentes, violência sexual, exploração sexual de menores e cidadania. Após, foi realizada análise nos documentos dos 27 Planos de Ação do Curso de Formação de Multiplicadores. Em função da metodologia participativa utilizada nos cursos, foram aplicados questionários aos Coordenadores de Monitoramento, ao Coordenador Técnico, a Coordenadora Executiva, a Consultora de Metodologia e a própria pesquisadora que na época dos cursos era Coordenadora de Monitoramento e, por fim aplicou-se, questionários com os multiplicadores da área do turismo acerca de sua percepção quanto à metodologia.

A escolha da técnica da triangulação parte da necessidade de verificar as fases que compõem o estudo, a saber: a análise do Sujeito Produtor - O Programa Turismo Sustentável e Infância, a análise dos Sujeitos Reprodutores da metodologia

- os Coordenadores Técnicos e a Consultora de Metodologia e, por fim, os Sujeitos Consumidores - os multiplicadores (figura 1, p.67).

O estudo se dá por meio da pesquisa-ação, em virtude de adotar uma postura de observação crítica dos saberes procedimentais dos sujeitos participantes “multiplicadores” e dos processos de transformação “métodos e conteúdos” destes grupos, que viveram este processo em sua magnitude. Em outras palavras, Para Brandão (1984, p. 27) “ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles acontecem, a finalidade da pesquisa-ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica”.

Nesse sentido, o pesquisador se dispõe a ser aceito pelos participantes, como alguém que deseja que o estudo seja útil para todos, contribuindo para uma problematização e clarificação da prática vivida, permitindo um recuo para uma reflexão crítica a cerca do que vivenciaram nos anos que os cursos aconteceram.

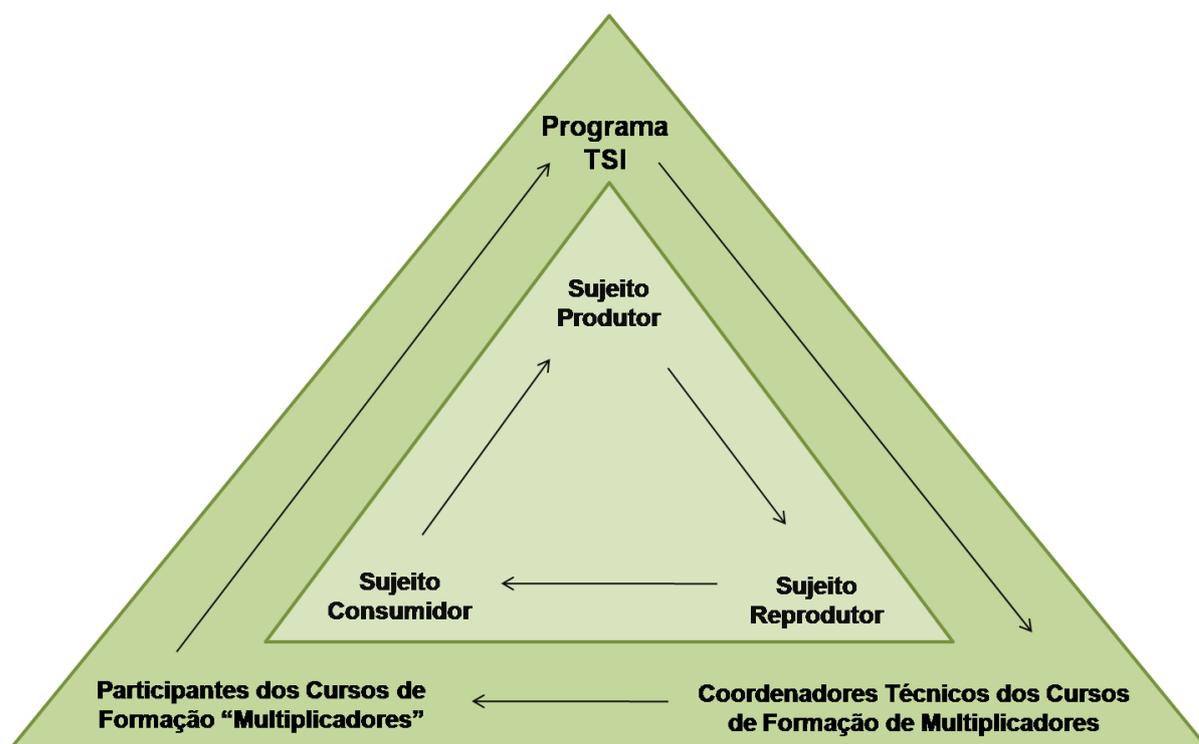


Figura 1: Esquema das fases do estudo conforme a técnica da triangulação

Fonte: A autora (2014)

A construção da pesquisa se deu por dois momentos: a construção pelo pesquisador, por meio do problema apresentado, observando diferentes aspectos; e a verificação da validade destes questionamentos a partir das perguntas aplicadas com os protagonistas desta experiência (BRANDÃO, 1984).

Como metodologia de evidenciação empírica foi aplicada ao tema a técnica da triangulação, que consiste em um dispositivo onde o pesquisador, “do posto da sua competência específica, apela, na construção do seu instrumental analítico, para diversos meios, diferentes abordagens e fontes para compreender e explicitar um dado fenômeno” (MACEDO, 2000, p. 10).

Essa técnica, para Triviños (2012), tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, partindo de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

Segundo a técnica de triangulação, e supondo que estamos estudando sujeitos determinados, o interesse dirigiu-se aos processos e produtos centrados no sujeito consumidor (Multiplicadores). Em seguida, aos elementos produzidos pelo meio em que está inserido o sujeito e que tem a incumbência em seu desempenho na prevenção à exploração sexual de menores (Cursos de Formação de Multiplicadores) e, por último, aos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro organismo social no qual está inserido o sujeito (Coordenadores Técnicos).

Contando com a existência dos questionários aplicados, o método de levantamento também foi utilizado nesta pesquisa, onde foram solicitadas informações a um grupo significativo de informantes acerca do problema estudado, neste caso, as práticas de formação de multiplicadores do curso e, mediante o que foi analisado, o problema de pesquisa.

Os atores pesquisados foram os coordenadores técnicos do projeto no total de 80 multiplicadores da área do turismo, permitindo uma amostra representativa do universo de 163 multiplicadores formados nos cursos, que eram distribuídos tanto na

área do turismo como na área social à proteção das crianças e adolescentes. Os questionários foram aplicados durante o período de 2013-2014.

Refletindo sobre condução da pesquisa-ação, a dialética tornou-se ainda mais adequada para a proposta ao permitir a reconstrução do que está sendo colocado nos cursos de formação. Nesse processo de reconstrução, foi possível evidenciar à luz da dialética os itens de um roteiro de análise dos documentos/entrevistas, conforme a figura 2 a seguir:

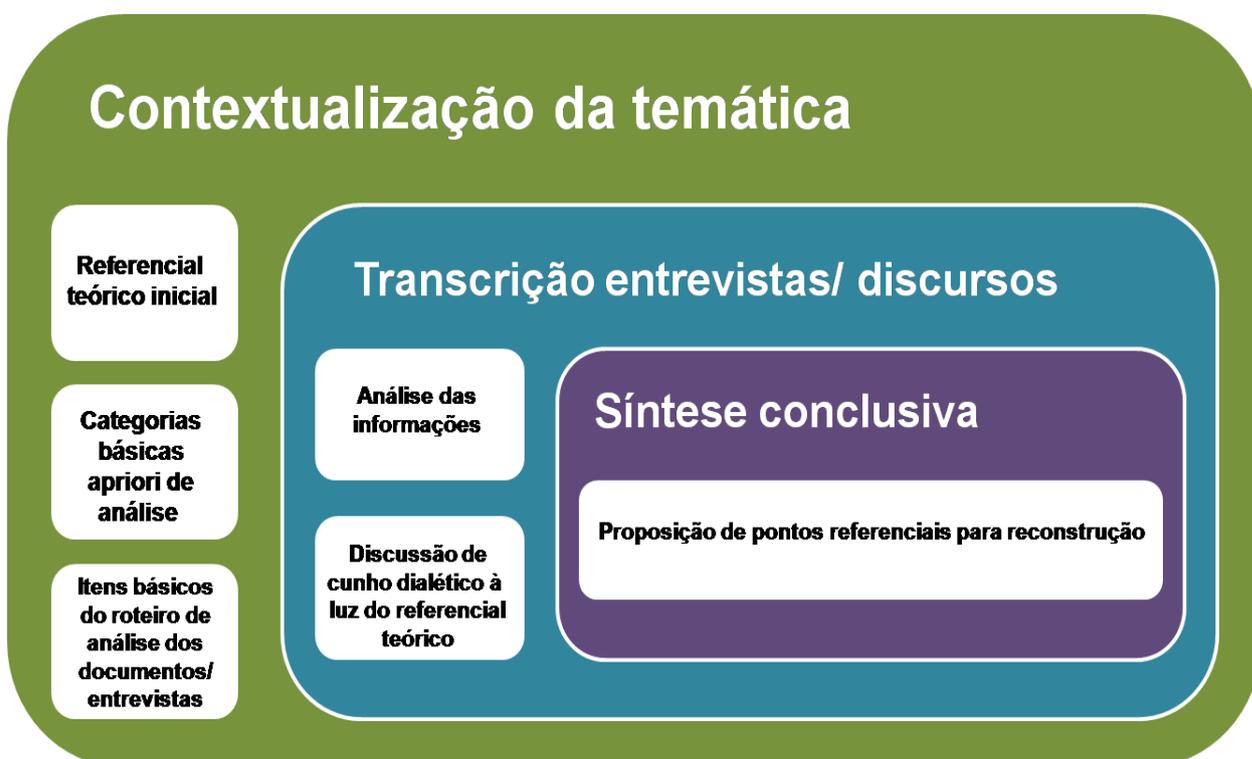


Figura 2: Roteiro de análise dos documentos/entrevistas

Fonte: Moesch (2010)

A interpretação desta figura na análise dos documentos compreendeu um processo de leituras intensivas para interpretação do todo, veiculada na análise dos questionários, classificando a leitura em rubricas e sub-rubricas na tentativa da compreensão dos discursos dos multiplicadores, utilizando-se as próprias intencionalidades destes sujeitos.

Nos parágrafos deste capítulo usaremos as falas ilustrativas desses atores envolvidos para evidenciar a totalidade no processo de contradições e mediações, utilizando a problemática do tema abordado para reconstruir as categorias de cidadania, responsabilidade, violência sexual e práticas reflexivas em processos participativos.

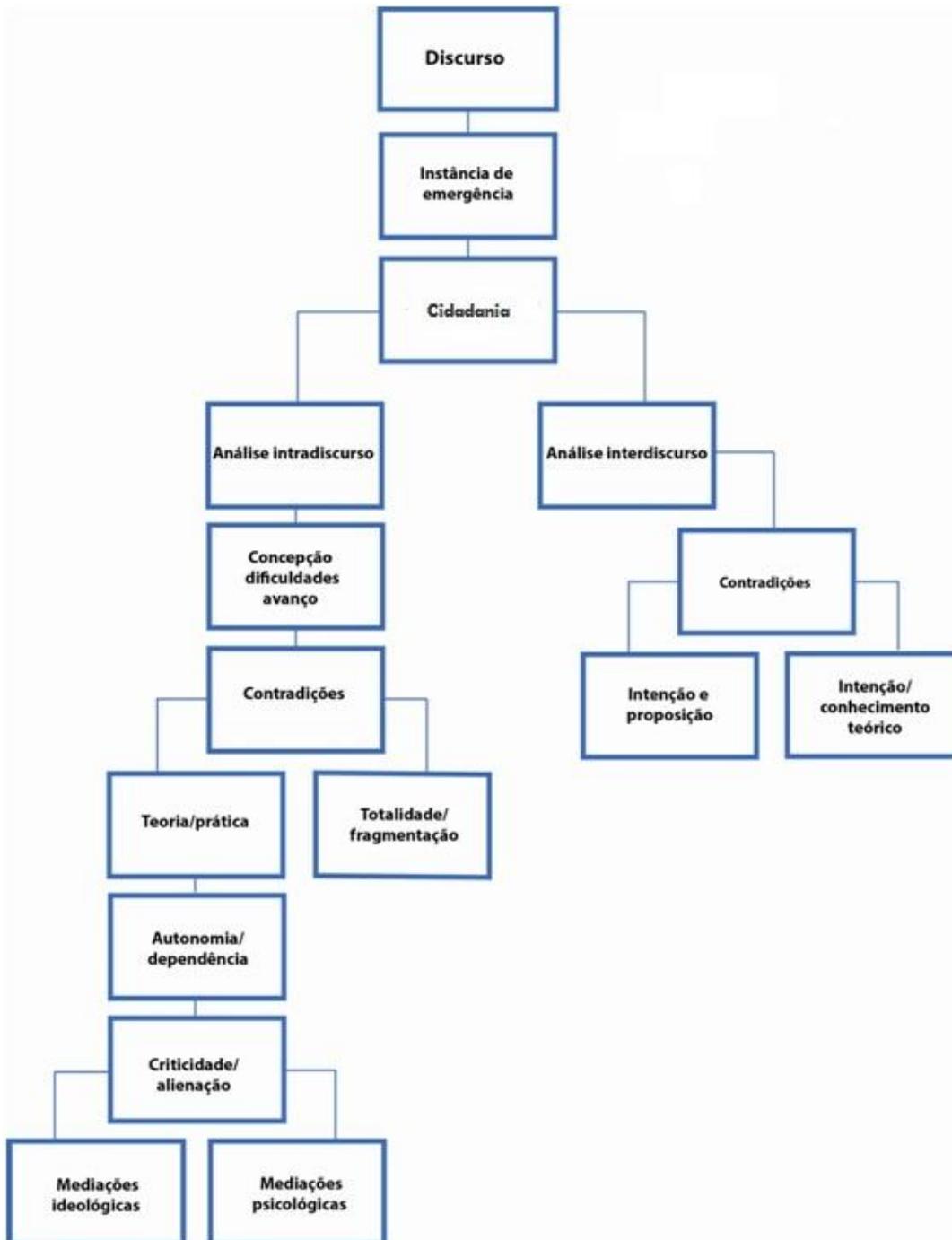


Figura 3: Fluxo das interpretações na análise dos discursos

Fonte: Moesch adaptado (2012)

Analisar este fluxo permitiu a elaboração do pensamento dos multiplicadores do curso de formação, extraindo os elementos das categorias de análise. Sendo que o principal foi à análise das contradições e mediações do Curso de Formação de Multiplicadores.

Logo as questões de pesquisa que possibilitaram a construção metodológica Dialético-Histórica-Estrutural (DHE) são:

a) A análise de conteúdo em documentos/questionários, realizado nessa pesquisa, que se fez necessária, principalmente, para uma revisão da teoria/prática. A prática (caracterizada na fala dos atores entrevistados), apresentada nesse trabalho como atores sociais envolvidos nos cursos de formação de multiplicadores do Programa TSI, é necessária à transformação social concreta, histórica; enquanto que a teoria (disponível nos documentos do Programa TSI, por meio dos planos de ação) deve ser retomada para a crítica da prática.

b) A abordagem da DHE aplicada à práxis da participação no modo desses multiplicadores, estabelecido entre os conteúdos dos cursos de formação, avançou sobre a relação objetividade/subjetividade dos sujeitos formados “multiplicadores”, onde foi possível verificar, dentro das condições objetivas, a capacidade de transformação e reconstrução dos sujeitos enquanto cidadãos.

c) A análise da participação dos multiplicadores no processo dos cursos de formação e na construção do entendimento da metodologia participativa, com o entendimento que a contradição e a polarização da relevância da problemática da violência sexual exige, para o alcance das metas, da prevenção à temática, partindo do interesse dos contrários.

d) A análise das dimensões, sociais, culturais e político-institucionais da metodologia do Programa TSI, por meio da análise dos cursos de formação com o intuito de verificar a relação teoria/prática, a partir do entendimento que a prática é uma das possibilidades da teoria, pois uma mesma teoria pode ser o embasamento de diversas práticas.

As concepções e ideias apresentadas nas figuras elaboradas possibilitaram uma análise dos documentos pesquisados (27 planos de ação), dos cursos de

formação e da aplicação dos questionários na primeira fase da investigação, que foram os 68 multiplicadores da área do turismo no universo de 80 pesquisados e na segunda fase com os Coordenadores Técnicos do Projeto, responsáveis por reproduzir a metodologia nos cursos.

Nesse sentido, foram avaliados as concepções, dificuldades, avanços, contradições e mediações por meio das categorias da totalidade, teoria e prática, autonomia e dependência e criticidade e alienação.

As análises partiram das concepções teóricas da pesquisadora, na tentativa de uma melhor compreensão. Divididos em temas conforme entendimento retirado dos documentos e das entrevistas, identificados em rubricas, conforme segue:

- 1) Cidadania - “a cidadania é, antes de tudo, a construção da cidadania”. Já que a cidadania não é algo dado, mas algo a ser construído, então deve ser uma condição a ser alcançada pelos indivíduos que vivem comunitariamente, assim somos cidadãos de fato apenas quando conquistamos e construímos coletivamente as condições de liberdade e respeito.
- 2) Responsabilidade - Compreensão dos atos praticados, e do sentido adequado aos princípios éticos, ou seja, para tanto “o sujeito é responsável quando é capaz de se autodeterminar, isto é, quando tem consciência”;
- 3) Violência Sexual - violência que ultrapassa os limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social, por meio da violação do corpo e do espaço corporal.
- 4) Práticas Reflexivas - Processo de transformação do sujeito que toma a experiência e examina criticamente, conectando com outras experiências e reexaminando à luz de suas próprias experiências e das dos demais, gerando assim uma nova construção em que passado, presente e futuro estão inter-relacionados.

Nesses documentos e questionários foi verificado o discurso abordado no decorrer do Curso de Formação de Multiplicadores do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo do Programa TSI por parte dos Multiplicadores, selecionados como sujeitos, verificando as contradições explícitas e implícitas dos discursos e as mediações para compor a construção das categorias analíticas da Dialética Histórica Estrutural.

2.1.1 Categorias analíticas na perspectiva da dialética-histórico-estrutural

Ao observar o objeto analisado, justificou-se o uso do método da dialética histórico-estrutural ao permitir uma análise além do que vinha sendo discutido, que segundo Demo (1984, p.12) “é a que cabe à pesquisa-ação por que assume o contexto histórico, privilegia a apreensão e o tratamento dos conflitos sociais, propugna a transição histórica e acredita no fator humano como capaz de interferir em condições objetivas dadas”.

A DHE considera a história movida por formas necessárias e independentes da vontade humana que, ao mesmo tempo, fundam as transformações, permitindo dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção constante de conteúdos novos, dentro de formas invariantes, capta os mais diversos discursos no esforço de compreender uma realidade complexa, tentando formalizar, de maneira mais flexível, na expectativa de que o ordenamento menos rígido é mais justo com a realidade, ainda que seja bem mais difícil conviver com a incerteza.

A dialética sabe também que a mente humana, em sua emoção e racionalidade, complexa por natureza, não consegue dar conta de toda realidade, porque também sequer consegue dar conta de si mesma. Por isso, a dialética-histórico-estrutural aposta na questionabilidade, inclusive como corretivo permanente de seus desacertos nas aproximações sucessivas, acreditando menos em dicotomias estanques, do que na convivência de contrários, tanto na realidade quanto na mente humana.

O pesquisador que segue a linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos que são possíveis de conhecer (TRIVIÑOS, 2012). Para o autor “esse processo de transformação, são opostos. Mas não pode existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui.” Os opostos estão em interação permanente Triviños (2012, p. 69).

Por meio desse quadro interpretativo, estabeleceu-se uma relação entre a teoria (Curso de Formação de Multiplicadores) e a prática (implementação dessa metodologia na participação dos atores), analisando os fatos sociais dentro do seu contexto social, político e cultural de forma dinâmica e totalizante. Além disso, a reconstrução histórica, interpretando o presente com base no passado, possibilita uma revisão de posicionamentos referente ao Programa TSI, desvelando as contradições e as ideologias.

Como categorias, *a priori*, foram trabalhadas: totalidade/fragmentação, teoria/prática, criticidade/alienação, subjetividade/objetividade, contradição/mediações. Por fim, buscaremos, a partir das fontes investigadas, elementos recorrentes ou não presentes nestes campos investigativos.

Todos os multiplicadores trazem nas falas as interpretações das evidências empíricas e apresentam nas rubricas as concepções, dificuldades e avanços e nas subrubricas a totalidade/fragmentação, a teoria/prática, a autonomia/dependência e a criticidade/alienação, que foram analisadas por meio da dialética, através das contradições e mediações conforme os objetivos deste estudo.

A totalidade é a compreensão da realidade como incompleta, aproximada, imprecisa, pois ela é feita de dinâmicas contrárias, convergências e divergências que forma e estabiliza o todo, evidenciando que as mudanças provêm de dentro das coisas e por fragmentação, a maneira de formalizar a dinâmica a preço sempre de alguma deturpação da complexidade como algo apenas aparente, de ordem simples e tanto mais explicativa, ou, como se fosse a simples soma das partes.

Na teoria, a crítica é permanente às histórias concretas que nunca esgotam a riqueza visualizada na teoria com pretensões universalizantes e interdependente da prática; e como prática, o meio de realização teórica localizada, onde ao mesmo tempo em que diminui a teoria, necessita dela para renovar-se, pois prática que jamais volta à teoria desanda em ativismo cego.

A autonomia é compreendida pela condição emancipada de interferência do sujeito na história, mesmo que seja impossível fazer a história toda. Ela não é um fenômeno que acontece a total revelia humana, pois o sujeito tem capacidade criativa, sensível e alternativa de conduzir a história, deixando de ser massa de manobra ao organizar sua proposta própria de vida. Ao contrário, por dependência, tem-se uma concepção de que a história é determinante e suas estruturas se impõem, independente da vontade do sujeito, não colocando em xeque a realidade, acarretando na manutenção recorrente da ordem dominadora.

A criticidade significa a tomada de consciência por parte do sujeito acerca de sua força transformadora, que passa a reivindicar com maior firmeza as coisas que lhe convém, ou seja, passam a reconhecer a existência de uma alternativa e que a organização da produção pode ser diferente.

Por alienação, compreende-se a dificuldade humana em pensar os seus próprios problemas e para encará-los de um ângulo mais amplamente universal, deixando-se influenciar pelo ponto de vista dos exploradores do trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de se realizar, pertence à outra pessoa que não o trabalhador, por isso, ao invés de realizar-se o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; e, em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões.

Esse movimento analítico dialético encontra-se exemplificado na reprodução dos quadros 3, 4 e 5 abaixo, que representa a análise da concepção dos multiplicadores e da metodologia empregada e assimilada nos cursos de formação para um saber-fazer na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Todas as análises basearam-se na mesma rubrica e subrubricas, conforme os quadros apresentados:

Quadro 3 : Interpretação dos Documentos do Curso de Multiplicadores – Plano de Ação

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
Cidadania	<p>“a cidadania é, antes de tudo, a construção da cidadania”. Já que a cidadania não é algo dado, mas algo a ser construído, então deve ser uma condição alcançada pelos indivíduos que vivem comunitariamente, assim somos cidadãos de fato apenas quando conquistamos e construímos coletivamente as condições de liberdade e respeito.</p>	<p>Criar ou fortalecer uma comunidade em redes de relacionamentos, visando à qualificação em uma linguagem voltada ao jovem para inserção desse público no mercado de trabalho.</p>	<p>Realização de seminários regionais de sensibilização envolvendo representantes de diversos setores, tais: postos de combustíveis, <i>lanhouses</i>, instituições religiosas, feiras livres.</p>	<p>Atingir a toda comunidade com informações, principalmente ao segmento não-formal tais: ambulantes, guardadores de carro e cambistas.</p>			

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
Responsabilidade	Compreensão dos atos praticados, e do sentido adequado aos princípios éticos, ou seja, para tanto “o sujeito é responsável quando é capaz de se autodeterminar, isto é, quando tem consciência”.	Qualificar profissionais atuantes ante a responsabilidade do turismo: código de conduta, código de ética, legislação, procedimentos de denúncia;					
Violência Sexual	Violência que ultrapassa os limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social, por meio da violação do corpo e do espaço corporal.	Capacitar os alunos de projetos sociais, vítimas da ESCCA para serem futuros multiplicadores da temática.	Atuação na prevenção e intervenção da violência/exploração sexual nua perspectiva da violação do direito.				

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
Práticas Reflexivas	Processo de transformação do sujeito que toma a experiência e examina criticamente, conectando com outras experiências e reexaminando à luz de suas próprias experiências e das dos demais, gerando assim uma nova construção em que passado, presente e futuro estão inter-relacionados.	Qualificar através de cursos diversos profissionais, no segmento do turismo para prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, inclusive na modalidade EAD.			Elaboração de material didático, como cartilhas educativas, gibis, manuais para o turismo, escolas e turistas.		

Fonte: A pesquisadora (2014)

Quadro 4 : Interpretação das Entrevistas com os Multiplicadores

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
<p>Cidadania</p>	<p>“a cidadania é, antes de tudo, a construção da cidadania”. Já que a cidadania não é algo dado, mas algo a ser construído, então deve ser uma condição alcançada pelos indivíduos que vivem comunitariamente, assim somos cidadãos de fato apenas quando conquistamos e construímos coletivamente as condições de liberdade e respeito.</p>		<p>Envolvimento de todos os atores, conforme cada localidade, não sendo uma técnica verticaliza, pois cada estado sente e observa o mundo sobre várias óticas, apontando um cenário que permita mudanças mais humanizadas, respeitando a individualidade dos envolvidos no processo.</p>	<p>Atuação conforme cada localidade e diversidade dos estados brasileiros.</p>		<p>Avanço em desenvolver ações independentes das instituições que realizaram os cursos.</p>	

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
Responsabilidade	Compreensão dos atos praticados, e do sentido adequado aos princípios éticos, ou seja, para tanto “o sujeito é responsável quando é capaz de se autodeterminar, isto é, quando tem consciência”.	A maioria dos multiplicadores define o turismo como indústria, poucos analisam como fenômeno humano que ultrapassa o entendimento econômico.			Entendem a importância em avançar na compreensão da epistemologia do turismo além da compreensão econômica.		
Violência Sexual	Violência que ultrapassa os limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social, por meio da violação do corpo e do espaço corporal.	Os sujeitos envolvidos nos cursos deixam de atuar efetivamente na violência contra os menores em seus estados, limitando suas ações de prevenção, talvez mais preocupados com a imagem da localidade e receitas oriundas do consumo da indústria do turismo do que com a vida					A problemática da violência é vista como algo distante da realidade dos entrevistados.

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
		destas crianças e adolescentes que sofrem violência.					
Práticas Reflexivas	Processo de transformação do sujeito que toma a experiência e examina criticamente, conectando com outras experiências e reexaminando à luz de suas próprias experiências e das dos demais, gerando assim uma nova construção em que passado, presente e futuro estão inter-relacionados.		Um dos conteúdos apontados como relevante para novos cursos é a compreensão do que é Turismo através de boas práticas, utilizando como exemplos os atores da área. É recomendável que se inclua conceitos do Turismo como prática social, hospitalidade, impactos sociais e culturais e de sustentabilidade.				

Fonte: A pesquisadora (2014)

Quadro 5 : Interpretação das Entrevistas com os Coordenadores

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
Cidadania	<p>“a cidadania é, antes de tudo, a construção da cidadania”. Já que a cidadania não é algo dado, mas algo a ser construído, então deve ser uma condição alcançada pelos indivíduos que vivem comunitariamente, assim somos cidadãos de fato apenas quando conquistamos e construímos coletivamente as condições de liberdade e respeito.</p>	<p>Diversidade de Perfis;</p>		<p>Planos foram diversos e seria necessário debruçar em cada um para poder testar a consistência.</p>			
Responsabilidade	<p>Compreensão dos atos praticados, e do sentido adequado aos princípios éticos, ou seja, para tanto “o sujeito é</p>	<p>Dificuldade na definição de papéis das representações do setor de turismo e do sistema de garantias</p>					

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
	responsável quando é capaz de se autodeterminar, isto é, quando tem consciência”.						
Violência Sexual	Violência que ultrapassa os limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social, por meio da violação do corpo e do espaço corporal.						
Práticas Reflexivas	Processo de transformação do sujeito que toma a experiência e examina criticamente, conectando com outras experiências e reexaminando à luz de suas	Volume de conteúdo dos cursos; Tempo Insuficiente; Desnível de conhecimento/entendimento sobre a temática.	O próprio curso é fator importante uma vez que inicia a discussão sobre a temática.				

TEMAS	CONCEPÇÕES	DIFICULDADES	AVANÇOS	TOTALIDADE	TEORIA E PRÁTICA	AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	CRITICIDADE E ALIENAÇÃO
	próprias experiências e das dos demais, gerando assim uma nova construção em que passado, presente e futuro estão inter-relacionados.						

.Fonte: A pesquisadora (2014)

Em termos sintéticos, foram apontadas as categorias a *posteriori* da cidadania, da responsabilidade, da violência sexual e das práticas reflexivas em processos participativos que foram ressignificadas, e foram reconstruídas, buscando refletir a complexidade do curso de formação desses multiplicadores.

Para ampliação dessa investigação foram realizadas questionários abertos e estruturados no período de abril de 2013 a março de 2014 para os multiplicadores, conforme anteriormente mencionado.

A pesquisa serviu como um importante instrumento de organização dos dados exploratórios levantados da arte do processo de formação dos sujeitos consumidores, onde foram analisadas expressões representativas e incidentes nas diferentes respostas, levando em conta, para sua interpretação, as categorias a *posteriori* desse estudo.

2.2 Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores: desdobramentos das categorias analíticas

As categorias de análise surgem como modo de refletir nas experiências vividas por esses multiplicadores no curso de formação, examinando os interesses, sobretudo, as dinâmicas das relações construídas entre esses sujeitos com a prevenção à exploração sexual de menores no turismo, mais que os conteúdos manifestos nos cursos pelo Programa TSI.

Nas categorias de cidadania, responsabilidade, violência sexual e práticas da pedagogia reflexiva nos processos em redes, cujos ensinamentos foram vistos como meio de encarar os problemas da violência contra as crianças e adolescentes no turismo, os ensinamentos foram materializados em ações após os cursos de formação.

As categorias da responsabilidade foram ressignificadas a partir de: Krippendorf (1989), Kant (1995) e Goodwin (2011); violência por Foucault (2011), Cromberg, Faleiros (2006), Landini (2005) e Minayo (1997); cidadania por Gastal (2007), Moraes (2000), e Moesch (2002). Quanto à categoria das práticas reflexivas,

será por Brandão (1984), Brose (2010), Demo (2009), Freire (2011) e Moraes (2000). Todas refletindo nos vínculos que foram estabelecidos no decorrer destes cursos e ao longo das experiências locais.

Por isso, não interessa tanto o que foi proposto nos 27 Planos de Ação pesquisados, nos conteúdos dos cursos, nos questionários aplicados aos 80 multiplicadores e com os Coordenadores do Projeto, mas antes, “como” o dizem, o que “contradizem” e o que “não dizem”, pois nesse processo estão ocultos esses conjuntos de “nós” e “eles”, de relações e vínculos, não só racionais como também afetivos (VILLASANTE, 2002, p. 87).

2.3 Análise do objeto: Programa Turismo Sustentável e Infância – TSI

A ideia do turismo sustentável começa a ser veiculada na perspectiva de algo muito mais amplo do que a simples preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico. Essa visão se amplia também como proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Uma nova perspectiva se constrói no sentido de constituir destinos turísticos sustentáveis que não acolham visitantes indesejáveis ou que não respeitam os direitos das crianças e dos adolescentes.

Ações governamentais e não governamentais passam com o MTur a ser promovidas visando conscientizar a população em geral, e o turismo em particular, sobre o tema. Nessa linha de ação surge o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), vinculado ao MTur, que se insere no conjunto das ações prioritárias definidas pelo Governo Federal, buscando a integração de vários ministérios, com o objetivo de fortalecer as ações voltadas para o enfrentamento da exploração sexual no turismo.

A criação do TSI ocorreu em dezembro de 2004, por ocasião do lançamento da Campanha Nacional de Enfrentamento e Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, durante o I Fórum Mundial do Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Salvador.

Nos anos seguintes, o TSI continuou desenvolvendo ações de prevenção no intuito de mobilizar o setor do turismo no tocante a violência das crianças e adolescentes. Já no ano de 2005, o Programa continuou, em parceria com o governo e altas autoridades do turismo da América do Sul, a realizar cursos para formar gestores de políticas públicas.

A expressividade desta temática ganha força com a implementação de seminários em todo o território brasileiro, sensibilizando cerca de 40 mil pessoas a agirem em situações concretas de exploração sexual (MANUAL DOS MULTIPLICADORES, 2013, p.9).

O TSI tem por objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, e tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescente (MANUAL DOS MULTIPLICADORES, 2013, p.9).

São seus parceiros estratégicos o Conselho Nacional de Turismo, as Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, a sua Câmara Temática representada pelas associações de classe do turismo, pelas empresas privadas do setor turístico, pelas universidades e pela sociedade civil.

Dentre as ações e estratégias do TSI, destacam-se o desenvolvimento de campanhas publicitárias, a realização dos seminários de sensibilização, a capacitação de multiplicadores e o apoio a projetos de inclusão social.

Para o aprimoramento dessas ações, foi criada a Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância (CT-TSI), com o objetivo de:

Prevenir e evitar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por meio das diretrizes do programa Turismo Sustentável e Infância nas práticas e ações do setor turístico, além de instituir-se em espaço colaborativo dos diversos segmentos sociais interessados na expansão do turismo sustentável (BRASIL, 2003).

O TSI, desde sua criação, vem promovendo e apoiando, de forma sistemática, campanhas publicitárias focadas na exploração sexual de crianças e adolescentes;

capacitações com o propósito de implementar uma cultura de respeito à infância e à juventude no setor turístico; formação de agentes multiplicadores; e financiamento de projetos de inclusão social, mediante capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social¹².

Com a Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Equador em 2009, o trabalho do Ministério do Turismo ousou em suas ações e a partir do conhecimento adquirido sobre marco conceitual e legal, experiências de outros países e formas de multiplicar, voltam ao Brasil e iniciam os cursos de Formação de Multiplicadores em dezembro de 2009 no Nordeste Brasileiro, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo de Pernambuco (SETUR-PE).

Além das ações elencadas no Programa Turismo Sustentável e Infância na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, a pesquisa abordou o Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, realizada pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

A parceria com a Universidade de Brasília abordou, dentro do seu Projeto, os Cursos de Formação de Multiplicadores nos anos de 2010 a 2011 e, portanto, nosso objeto de pesquisa.

2.3.1 Projeto de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

O projeto foi uma iniciativa do CET/UnB atendendo a uma demanda do MTur em reunir especialistas do Turismo e dos Direitos Humanos e assim criar um curso de formação de atores para prevenção a violência contra as crianças e adolescentes

¹² Destaque para os Projetos de Inclusão Social com Capacitação Profissional implementados pelos municípios de Fortaleza, em parceria com a Secretaria de Turismo de Fortaleza, a ABIH Nacional e o SENAC; e em Guarujá e Santos (SP), em parceria com o Projeto Meninos da Enseada e o SENAC/SP. O registro e a sistematização dessas experiências foram publicados em 2009. Informações disponíveis no portal www.turismo.gov.br.

em todo país. O projeto foi concebido atendendo ao que preconiza o Ministério do Turismo no Programa TSI (CET/UnB, 2010):

- À promoção de ações articuladas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos;
- Ao desenvolvimento sustentável, à responsabilidade social corporativa e aos Direitos das crianças e adolescentes como princípios fundamentais;
- À realização de campanhas publicitárias focadas na temática;
- À promoção de seminários de sensibilização e mobilização da cadeia produtiva do turismo para a adoção de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico;
- À formação de agentes multiplicadores.

O objetivo geral do projeto era promover ações articuladas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Apresentando como objetivos específicos, segundo CET/UnB (2010):

1. Identificar experiências bem sucedidas que corroborem para ações de prevenção da sexual de crianças e adolescentes no turismo;
2. Conceber e desenvolver um plano de marketing e comunicação para prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
3. Sensibilizar e mobilizar o público alvo para a criação dos grupos de multiplicadores nos Estados envolvidos;
4. Aprofundar reflexão sobre o Código de Conduta (*The Code*) junto ao público-alvo dos Estados;
5. Firmar Carta de Compromisso de ações de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em cada Estado;
6. Realizar cursos de capacitação dos grupos de multiplicadores nos Estados;

7. Mobilizar representantes para criação dos grupos de trabalhos nos destinos direta e indiretamente relacionados com a Copa do Mundo de Futebol de 2014;

8. Promover a elaboração de Planos de Ação para prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo nos destinos direta e indiretamente relacionados com Copa do Mundo de Futebol de 2014;

9. Divulgar e sensibilizar a população dos destinos sede da Copa 2014 com relação à prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

O projeto envolvia outras ações em seu escopo inicial, além dos cursos de formação que seriam realizadas no decorrer de um ano. Sua concepção estava estruturada em três focos de ações (CET/UnB, 2010):

- 1) Formação de Multiplicadores nos Estados;
- 2) Elaboração do Plano de Ação para prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes nos destinos sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 e em João Pessoa;
- 3) Campanha Nacional de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes nos destinos sede da Copa do Mundo de Futebol 2014.

A figura (p. 90) a seguir apresenta o mapa estratégico das fases e principais metas inseridas na execução do Projeto Turismo e Prevenção a Exploração Sexual de Crianças.

Cada fase do projeto correspondia a ações específicas de mobilização no tocante a violência sexual do menor no universo do turismo. A fase 2 (dois), correspondeu aos Cursos de Formação de Multiplicadores, objeto de análise da pesquisa.

A fase 1 (um), chamada preparatória, envolvia a integração do projeto com os possíveis parceiros em vistas a mobilizar e fortalecer os representantes do governo federal, da sociedade civil organizada e dos organismos internacionais. Sendo a fase de planejamento para a construção dos documentos que iam nortear os cursos

de formação de multiplicadores, as oficinas preparatórias para a Copa do Mundo do Brasil 2014 e a organização de uma grande Campanha que aconteceria em todas as cidades sede da Copa no mesmo dia e horário.



Figura 4: Mapa Estratégico do Projeto

Fonte: CET/UnB (2010)

A fase de Planejamento do Projeto foi considerada importante, pois, além de lançar o projeto nacionalmente, consolidaria as equipes de trabalho de todo o projeto.

A fase 2 (dois) corresponde a formação dos multiplicadores que foi o objeto de estudo e estará detalhada a seguir.

Na fase 3 (três) ocorreram as oficinas preparatórias para construção de um plano de ação, envolveu todas as cidades sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e mais a cidade de João Pessoa-PB.

As oficinas tiveram como objetivo criar um espaço de reflexão sobre a responsabilidade social e renovar os compromissos do setor turístico para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O cronograma de realização das Oficinas Pró-Copa teve o acompanhamento da equipe de mediação e relatoria, dos coordenadores do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e da Coordenação Geral do Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo (Quadro 6).

Quadro 6: Cronograma de realização das Oficinas Pró-Copa

Cidade	Data
Brasília	25 e 26/10/10
Cidade	Data
Salvador	03 e 04/11/10
Fortaleza	09 e 10/11/10
Manaus	09 e 10/11/10
Recife	10 e 11/11/10
Rio de Janeiro	17 e 18/11/10
João Pessoa	17 e 18/11/10
Natal	24 e 25/11/10
São Paulo	24 e 25/11/10
Porto Alegre	24 e 25/11/10
Cuiabá	01 e 02/11/10
Curitiba	01 e 02/11/10
Belo Horizonte	01 e 02/11/10

Fonte: CET/UnB (2010)

A programação prevista e aplicada em cada uma das cidades acima indicadas está descrita no quadro 7 e aponta a estrutura utilizada para aplicação da metodologia.

Quadro 7: Programação das Oficinas Pró-Copa nas 12 Cidades Sede e João Pessoa

1º Tempo		2º Tempo	
09:30 – 10:00	Credenciamento	10:00 – 10:10	Regras do “Jogo das Responsabilidades”
10:00 – 11:00	Abertura	10:10 – 10:50	“Jogo das Responsabilidades” 1ª rodada (40min)
11:00 – 11:30	Integração	10:50 – 11:30	“Jogo das Responsabilidades” 2ª rodada (40min)
11:30 – 12:30	Espaço Aberto	11:30 – 12:00	“Jogo das Responsabilidades” 3ª rodada (30min)
12:30 – 13:30	Almoço	12:00 – 12:30	“Jogo das Responsabilidades” 4ª rodada (30min)
13:30 – 13:40	Reflexão sobre Responsabilidade	12:30 – 13:30	Almoço
13:40 – 14:10	Rodada das Responsabilidades 1ª rodada	13:30 – 14:00	Socialização dos resultados do “Jogo das Responsabilidades”
14:10 – 14:40	Rodada das Responsabilidades 2ª rodada	14:00 – 14:30	Mapeamento
14:40 – 15:10	Rodada das Responsabilidades 3ª rodada	14:30 – 15:30	Momento Campanha
15:10 – 15:40	Rodada das Responsabilidades 4ª rodada	15:30 – 15:40	Encaminhamentos finais e Avaliação da Oficina
15:40 – 15:50	Priorização das Responsabilidades	15:40 – 16:00	Encerramento
15:50 – 16:00	Encaminhamentos do dia		

Fonte: CET/UnB (2010)

As oficinas em todo Brasil contabilizaram 443 participantes e o apoio dos multiplicadores formados foi essencial nessa na fase das oficinas.

As Campanhas que corresponderam à fase 4(quatro) do projeto aconteceram, concomitantemente, no dia 09 de dezembro de 2010 em todas as cidades sede. Os pilares para esta ação nacional foram:

1. Redes sociais - criação de perfis e inserção de conteúdo nas principais redes;
2. Assessoria de imprensa, com foco nas editorias de turismo e esportes das treze cidades envolvidas.

Os locais escolhidos para a Campanha foram os pontos turísticos e aeroportos, a intenção era mobilizar a população da importância de prevenir esta violência no turismo.

Conforme dados extraídos do *site* do projeto, os resultados da campanha foram bem expressivos no que tange as estratégias digitais.

- Criação de 11 vídeos no *youtube*;
- Criação de 2 *hotsites*;
- 2500 usuários no *facebook*;
- 8000 mil seguidores no *twitter*;
- 47.322 e-mails enviados. (Fonte: CET-UnB, 2010).

E, por fim, a fase 5 (cinco), chamada de monitoramento, que envolveria a continuidade de todas as fases e que concentrariam em uma plataforma *online* todas as informações, através de um sistema de monitoramento, ferramenta que foi criada pela equipe do CET/UnB, mas não foi concretizada em sua magnitude prevista em razão da descontinuidade do projeto por parte do Programa Turismo Sustentável e Infância do MTur.

2.4 Curso de Formação de Multiplicadores

Diante da necessidade de qualificar os profissionais que atuam na extensa e complexa rede do setor de turismo e hospitalidade, foram estruturados e ministrados Cursos de Formação de Multiplicadores na área da prevenção e enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes na atividade turística, que abrangeram as cinco regiões do país.

Esses cursos aconteceram em todas as regiões do país, na Região Nordeste, em Recife-PE, no mês de dezembro de 2009; na Região Norte, em Belém-PA no mês de abril de 2010; na Região Sul, em Florianópolis-SC, no mês de julho de 2010; na Região Centro-Oeste, em Goiânia-GO, no final de julho de 2010, e a formação para os Estados do Sudeste aconteceu em Vitória-ES, todos em julho de 2010, cujo cronograma observa-se no quadro 8.

Quadro 8: Calendário dos Cursos de Formação

CIDADES	ESTADOS	PERÍODOS/DIAS
BELÉM – PA	AC, AM, PA, RO e RR	06 07,08 E 09 DE ABRIL
GOIÂNIA – GO	DF, GO, MS, MT e TO	13 14,15 e 16 DE JULHO
FLORIANÓPOLIS- SC	RS, SC e PR	20 21,22 e 23 DE JULHO
VITÓRIA – ES	ES, MG, RG e SP	27 28,29 e 30 DE JULHO

Fonte: CET/UnB (2010)

Para os estados da Região Nordeste o Curso de Formação de Multiplicadores foi realizado em Recife (PE) pela Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR-PE).

A Contabilidade final referente à quantidade de multiplicadores formados nesta etapa do projeto é descrita nos quadros 9, 10, 11, 12 e 13 que apresentam os dados por região e estados participantes, formando um total de 163 multiplicadores em todo país,

Quadro 9: Multiplicadores formados na Região Nordeste

NORDESTE	
ESTADOS	Quantidade de Multiplicadores formados
Bahia – BA	05
Pernambuco – PE	09
Ceará – CE	06
Maranhão – MA	05
Paraíba – PB	04
Alagoas – AL	05
Piauí – PI	05
Rio Grande do Norte – RN	04
Sergipe – SE	05
Total	48

Fonte: CET/UnB (2010)

Quadro 10: Multiplicadores formados na Região Norte

NORTE	
ESTADOS	Quantidade de Multiplicadores formados
Acre – AC	05
Amapá – AP	06
Amazonas – AM	05
Pará – PA	09
Rondônia – RO	05
Roraima – RR	06
Total	36

Fonte: CET/UnB, (2010)

Quadro 11: Multiplicadores formados na Região Centro-Oeste

CENTRO-OESTE	
ESTADOS	Quantidade de Multiplicadores formados
Distrito Federal – DF	05
Goiás – GO	09
Tocantins – TO	05
Mato Grosso – MT	09
Mato Grosso do Sul – MS	04
Total	32

Fonte: CET/UnB, (2010)

Quadro 12: Multiplicadores formados na Região Sudeste

SUDESTE	
ESTADOS	Quantidade de Multiplicadores formados
Espírito Santo – ES	11
Minas Gerais – MG	06
São Paulo – SP	06
Rio de Janeiro – RJ	04
Total	27

Fonte: CET/UnB, (2010)

Quadro 13: Multiplicadores formados na Região Sul

SUL	
ESTADOS	Quantidade de Multiplicadores formados
Paraná – PR	07
Rio Grande do Sul – RS	04
Santa Catarina – SC	09
Total	20

Fonte: CET/UnB, (2010)

Todos os cursos apresentavam a mesma estrutura metodológica e duração. Os locais escolhidos para a realização destes eram em hotéis conveniados com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis). A carga horária do curso era de 40 horas/semanais.

A programação dos cursos tinha duração de cinco dias, os quais nos três primeiros dias os participantes recebiam um nivelamento sobre turismo, além do marco legal e conceitual sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na própria atividade turística. Nos dois dias restantes, os participantes, denominados “multiplicadores”¹³ constituídos pelos atores sociais do setor do turismo, pelas organizações não governamentais, universidades públicas e privadas e organizações de enfrentamento à violência, construía um plano de ação orientado para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para seus estados, levando em consideração a realidade de cada localidade.

Todos os palestrantes eram *especialistas* no tema abordado, e receberam *capacitação* em março de 2010 no Centro de Excelência em Turismo, da UnB. A capacitação dos palestrantes perpassava pelo tempo ideal de cada tema, informações sobre o perfil dos participantes, além de quais atividades pedagógicas e dinâmicas seriam trabalhadas nos cursos.

O conteúdo criado por cada palestrante era repassado ao CET/UnB, e compunha, junto com materiais pedagógicos tais como cartilhas e manuais de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, o material distribuído no momento da recepção e chegada dos participantes.

O principal objetivo do curso era fazer com que os participantes entendessem seu papel como multiplicadores ao retornar para seus estados de origem, na tentativa de despertar para importância de não se calarem diante da violência contra as crianças e adolescentes nos equipamentos e atrativos turísticos.

O escopo dos cursos baseava-se no anseio de encorajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de Código de Conduta por meio da adesão e implementação, por exemplo, do Código de Conduta para a Proteção de Crianças

¹³ O perfil dos multiplicadores foi escolhido pelo Programa TSI em parceria com o CET/UnB, com participação do setor do turismo e entidades de enfrentamento à violência. A maior quantidade de vagas era destinada ao turismo.

contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo, encorajando o uso de serviços na adoção de estratégias apropriadas de responsabilidade social corporativa, focadas na proteção da criança; e/ou propiciando incentivos aos participantes (CET/UnB, 2000).Assegurar que todos os atores envolvidos atentassem especificamente ao turismo não regulamentado, para impedir que turistas nacionais e internacionais explorem sexualmente o menor, sensibilizando esses atores na denúncia e na investigação quando possuírem provas suficientes desta prática criminosa.

O curso pretendia que houvesse por parte dos participantes, monitoração dos destinos turísticos novos e emergentes na criação de medidas proativas, incluindo o uso de estratégias sociais e ambientais que promovessem um desenvolvimento equitativo (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013).



Figura 5: Multiplicadores

Fonte: CET/UnB (2010)

O curso informava ainda aos participantes as penalidades dos sujeitos coniventes com esta brutal violência, apresentando dados atualizados da pesquisa do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, o

disque 100¹⁴ da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os primeiros três dias dos cursos os multiplicadores nivelam seus conceitos e trocavam informações da temática referente a cada Estado.

Os dois últimos dias eram destinados à criação de um plano de ação de prevenção à violência sexual de menores para cada estado, na tentativa deste plano ser um instrumento norteador para os participantes apresentarem no retorno aos seus estados e, com isso, iniciarem efetivamente ações previamente discutidas e planejadas neste plano para cada destino, contendo prazos e responsáveis.

O plano metodológico elaborado para os cursos e oficinas se deu a partir de um fio lógico baseado em um processo de construção participativa¹⁵. Os participantes – representantes do Fórum de Turismo, Setor Privado do Turismo, Rede Estadual de Combate ao Abuso, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, das Universidades e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – interagiram durante o curso para que os objetivos fossem alinhados aos pensamentos e ações na construção de um plano de ação por Estado, além da formalização de uma carta de compromisso, onde todos seriam multiplicadores da temática.

O objetivo inicial do curso de formação foi agilizar ações que pudessem determinar a prevenção e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. A meta inicial de formar 94 multiplicadores foi superada e ao final do processo foram formados 163 multiplicadores originários dos Estados do Brasil.

Os momentos de cada curso foram divididos entre embasamento teórico e debates, além de trabalhos em grupo, onde houve momentos de interatividade e trocas de experiências entre os participantes. Os temas dos cursos de Formação de Multiplicadores foram: contextualização; desafios e avanços do setor turístico; marco histórico e conceitual nacional e internacional da violência sexual contra crianças e adolescentes; boas práticas na proteção de crianças e adolescentes – cases; marco legal nacional e internacional; pressupostos básicos para a prevenção da exploração sexual no turismo, com ênfase no código de conduta e seus desafios.

¹⁴ Os relatórios do Disque 100 são disponibilizados pela SEDH a cada bimestre e suas informações são de domínio público.

¹⁵ Os processos participativos permitem uma interação interdisciplinar e multissetorial, facilitando o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade.

Com relação aos passos adotados para o processo metodológico nos cursos, destacaram-se os momentos de cochicho sobre alguns dos temas propostos antes de dar início à palavra dos palestrantes e debatedores, garantindo direito de fala aos participantes e promovendo maior integração do grupo de multiplicadores, trazendo elementos para elaboração do plano de ação.

Outro momento dos cursos foi a construção de um painel interativo que estimulou a reflexão e levantou subsídios para construção dos Planos de Ação Estaduais. Essa atividade permitiu ao grupo acompanhar o avanço dos diálogos, enfocarem as questões centrais e ter uma visão geral das estratégias de ação elaboradas para cada Estado.

Momentos Interativos entre os representantes dos estados, de troca de experiências durante a construção do plano de ação possibilitaram ao grupo a percepção da realidade vivida pelos outros participantes, além da troca de experiências e ideias para ações locais, no que diz respeito à prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

O Plano de Ação Estadual foi elaborado e dividido em três eixos propositivos, a saber: Eixo I - Qualificação – Formar profissionais capazes de identificar, prevenir e denunciar a exploração sexual, por meio de cursos, oficinas, palestras e seminários, entre outros; Eixo II - Responsabilidade Social e Inclusão - Promover e realizar projetos de responsabilidade social com foco na inclusão socioeconômica das comunidades turísticas; Eixo III - Mobilização e articulação - Sensibilizar e mobilizar empresários e trabalhadores do setor de turismo, do setor público e ONGs na promoção de ações cooperadas para a prevenção a exploração.

Suas etapas de elaboração foram divididas em: (i) Desafios - O que queremos alcançar?; (ii) Ações - Como podemos alcançar esse desafio?; (iii) Atividades - Quais são as atividades pontuais a serem realizadas; (iv) Metas - Onde quero chegar e com quem quero trabalhar; (v) Responsáveis- Quem realiza?; (vi) Parceiros - Quem apoia?; (vii) Prazos - Quando a atividade tem início? Qual sua duração.

A partir destas orientações, cada subgrupo (organizado por Estado), pôde dialogar e fazer suas proposições, que foram, então, compartilhadas no grupo maior (plenária). Posteriormente, cada grupo apresentou o plano de ação aos demais

grupos e, após esta fase, cada subgrupo pôde voltar ao trabalho para reeditar o material final, à luz de todas as contribuições.

Ao final do curso foi apresentada a proposta de uma carta de compromisso a ser apropriada e validada pelo grupo em suas Regiões, com relação à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, a qual incluiu as contribuições e foi validada pelos presentes. A carta foi acrescida com as especificidades decididas pelo grupo e, então, assinada pelos participantes.



Figura 6: Curso de Formação de Multiplicadores

Fonte: CET/UnB (2010)

Todavia, as ações nos estados não apresentaram os mesmos resultados após os cursos e no decorrer dos anos perderam expressividade, mesmo com a proximidade de grandes eventos no Brasil, tais como: Copa das Confederações, Copado Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016 e com a relevância do tema para a sociedade.



Figura 7: Material de Prevenção do TSI

Fonte: CET/UnB, (2010)

O contexto atual motivou o questionamento sobre a efetividade desta ação e os motivos que levaram às divergências nos demais estados. Cidades como Curitiba¹⁶, Florianópolis¹⁷, Manaus¹⁸ e Belém¹⁹ apresentaram maiores números de ações concretizadas na temática, mesmo tendo recebido os mesmos conteúdos, e tendo o mesmo perfil de participantes.

O Ministério do Turismo disponibilizaria no ano final de 2010 uma plataforma *online* de monitoramento das ações de prevenção para os estados. O Sistema de monitoramento favoreceria o acompanhamento destas ações no intuito de ajudar os

¹⁶ Curitiba criou ações nos estádios de futebol, nos postos de gasolinas, além de criação de *gibis* que foram distribuídos gratuitamente nas escolas públicas e já está na sua terceira edição.

¹⁷ Florianópolis realiza todos os anos passeata nas principais avenidas, panfletagem nos táxis da cidade e campanhas com artistas globais.

¹⁸ Manaus aproveitou o cenário turístico do Teatro Amazonas e reproduziu uma peça teatral para milhares de pessoas. Essa peça foi patrocinada pelo estado e vêm percorrendo todos os municípios do Amazonas.

¹⁹ Belém em parceria com a ABIH colocou em todos os hotéis cartazes que retratam o lema de portas fechadas a exploração sexual de menores.

estados na elaboração de projetos para viabilizar recursos, ajudando esses Estados na concretização das atividades e metas propostas, respeitando as diferentes localidades.

Com a mudança do Governo Federal em 2011 e por falta de recursos, o curso de formação de multiplicadores do TSI foi finalizado pela equipe de especialistas do CET/UnB em janeiro de 2012 e o Sistema de Monitoramento não teve continuidade, visto que a manutenção dessa plataforma *online* necessitava de especialistas e recursos financeiros para que o sistema permanecesse em funcionamento.

A descrição da metodologia dos cursos de formação apresentada acima serviu como objeto para análise e conteúdo aos questionamentos que serão analisados no terceiro capítulo.



“Não tem como dissociar este olhar do exercício da cidadania, buscar transformação de temas complexos e obscuros como a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes é aprender a comunicar-se, a cuidar de si, a cuidar do outro, entendendo que propostas de metodologias participativas são eficazes quando a transposição é realizada para o outro e com esse outro”.

A autora (2014).

3 INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS MULTIPLICADORES NO PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA

Ao abordarmos os cursos de formação de multiplicadores durante toda investigação-ação refletimos sobre os processos de participação possíveis quanto ao saberes procedimentais, ou seja, habilidades de saber pensar e aprender a aprender.

A teoria dos cursos de multiplicadores precisa da prática para ser real. A prática precisa da teoria para efetivar ações de prevenção à exploração sexual de crianças no turismo. Assim, para Demo (1997, p. 28) “toda teoria é recomendada pela prática, quando não rejeitada; toda prática é revista, por vezes, refeita a teoria”, ambas não podem ser esgotadas, pois saber pensar e aprender a aprender correspondem ao compromisso de sair da mera cópia, para postar-se como capaz de construir conhecimento.

Neste capítulo analisamos os achados dos sujeitos participantes dos cursos, averiguando sua visão durante o processo de formação de multiplicadores do Programa TSI.

Com o olhar lançado para a problemática dos conteúdos dos cursos, remeteu-se a uma análise crítica sobre o complexo fenômeno do turismo no trato à temática da violência sexual, abarcando-se na produção de um saber-fazer, que permitisse aos multiplicadores uma reflexão-ação suficiente para transpor em ações cidadãs. Nesse sentido, a crítica que norteou a análise dos achados, centrou-se sobre a transposição didática dos conteúdos dos cursos de formação, verificando se estes ocorreram de forma reflexiva na dimensão da complexidade do tema permitindo, de fato, uma reflexão-ação cidadã por parte dos elaboradores do programa e dos seus multiplicadores. Também, investigou-se se os conteúdos permitiam aos envolvidos uma reflexão que levassem a multiplicar ações éticas e se o processo de formação continha metodologia participativa de fato transformadora.

A pesquisa se propôs ainda a destrinchar os documentos, reforçando a importância da responsabilidade que respeita a individualidade de cada participante e, sobretudo, enxerga que cada sujeito traz consigo um olhar sobre a violência

sexual, sobre a própria responsabilidade e sobre o que vem a ser cidadania.

3.1 Visão do Sujeito Produtor nos Cursos de Formação de Multiplicadores

A pesquisa acerca dos limites e possibilidades da participação dos multiplicadores do Programa TSI, encontra na análise de conteúdo o tratamento adequado, ao aprofundar um movimento de reflexão da realidade crítica dos cursos de formação de multiplicadores, apresentada no contexto da metodologia participativa por meio da investigação dos planos de ação dos Estados brasileiros.

O sujeito produtor (SP) - Programa TSI, tinha como pressuposto, o objetivo da prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, e como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescente (PROJETO CET/UnB, 2009, p.7).

Entendemos, o objetivo como algo a ser alcançado por meio de uma ação organizada. Todavia, o objetivo do Programa TSI foi amplo e sem foco, não contribuindo para que os multiplicadores tivesse clareza sobre a metodologia do Programa. Os achados desta pesquisa apresentam um distanciamento entre a teoria e a reflexão na prática, pois não cabia aos profissionais do turismo o ato do enfrentamento.

É perceptível o exercício teoria-prática-teoria, proposto na concepção do Programa TSI. O sujeito produtor tinha, dentre suas ações e estratégias, o desenvolvimento de campanhas publicitárias, a realização dos seminários de sensibilização, a capacitação de multiplicadores e o apoio a projetos de inclusão social. (PROJETO CET/UnB, 2009, p.7), o que, em nosso entender, acabou por fragilizar as ações por não assumir o compromisso de monitoramento junto a estes multiplicadores, que seria a coerência proposta em sua metodologia no escopo do Programa.

A prática adquire conotação fundamental de questionamentos sistemáticos, o que induz a sua reelaboração constante e por ser exercício histórico concreto, se gasta rapidamente. Para recuperar a capacidade inovadora, precisa voltar à teoria, ou, mas precisamente, ao compromisso de questionamento.

Passados três anos, nos questionamos se a relação reflexão-ação, proposta pelo SP por ser um exercício histórico completo, ainda mantém um compromisso de questionamento. Neste caso, as chamadas evidências permitiram analisar os discursos contraditórios do SP.

O principal objetivo do curso era fazer com que os participantes entendessem seu papel como multiplicadores ao retornar para seus Estados de origem, na tentativa de despertar para importância de não se calarem diante da violência contra as crianças e adolescentes nos equipamentos e atrativos turísticos (RELATÓRIO CET/UnB, 2010).

O curso pretendia que houvesse, por parte dos participantes, monitorações dos destinos turísticos novos e emergentes na criação de medidas proativas, incluindo o uso de estratégias sociais e ambientais que promovessem um desenvolvimento equitativo (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013, p. 9).

Não se encontra nos achados do SP a concepção do que vem a ser o entendimento de “multiplicador”, demonstrando a contradição do discurso do SP quanto à responsabilização que este dá aos multiplicadores em todo o processo dos cursos de formação, pois cabe ao SP a responsabilidade, não somente de compreender a complexidade do tema na sociedade brasileira, na lógica do tráfico internacional, mas também do abuso sexual sob a ótica da teoria do patriarcado nas relações com o mercado do turismo que coloca em muitos casos o fenômeno enquanto “valor agregado do destino”.

Na concepção do projeto era previsto a monitoração das ações de prevenção à exploração sexual nos destinos turísticos, porém, o programa teve uma quebra na continuidade e somente voltou a falar sobre o ato de multiplicar informações, no

lançamento do Manual do Multiplicador, que apenas foi efetivado em outubro de 2013.

O SP enfatizava em seu objetivo a importância da responsabilidade social sob a formação do multiplicador nas práticas de prevenção a exploração sexual conforme os planos de ação. Ao multiplicador era dada a responsabilidade de agir sobre a realidade da localidade onde estava inserido, porém, observa-se que há descolamento entre as teorias ensinadas nos cursos com a efetividade das ações práticas.

Deve-se reconhecer que a prática é algo curricular desde o primeiro momento da ensinagem, permitindo testar teorias e voltar a elas como fonte de questionamento sistemático, numa relação dialógica onde teoria é um questionamento sistemático de práticas, que para Demo significa:

Saber pensar e aprender a aprender supõem um tipo de formação ao mesmo tempo propedêutica e capaz de intervir. De um lado, está a habilidade construtiva de conhecimento, de outro, a capacidade de fazer história tomando o conhecimento como fator primordial de intervenção (1997, p.28).

Os processos de metodologia participativa são entendidos pelo sujeito como “uma interação interdisciplinar e multissetorial, que facilita o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade” (RELATÓRIO CET/UnB, 2010, p.3). Entendendo-se a interdisciplinaridade como uma atitude, questiona-se a qualidade teórica dos conteúdos trabalhados bem como a organização curricular apresentada.

No geral, a raiz das dificuldades entre a “Teoria” e a “Reflexão na Prática” dessa política do Programa TSI estaria, na falta de visão estrutural e transversal do próprio programa em formar multiplicadores, pois se necessitava de uma visão abrangente do processo, envolvendo não somente os resultados almejados, mas o conhecimento de ações intersetoriais dos diversos atores para que as ações planejadas fossem efetivadas. Ou seja, uma cultura de conhecimento prévio sobre o assunto, muito além da visão extraída do anseio do Programa TSI, em reconhecimento as diversas realidades ali apresentadas, que reproduzia nas falas a

fragilidade de uma política construída para favorecer uma participação e identificar lideranças. Conforme Demo:

A par disso, deve-se ressaltar a importância do cuidado metodológico, também distintivo da qualidade do trabalho científico. Embora a questão metodológica seja tipicamente instrumental, o descuido implica inevitavelmente mediocridade, seja porque não se investe na precisão conceitual e teórica, não se manifesta competência no tratamento dos dados e da realidade como tal, e, sobretudo porque não aparece maturidade metodológica no sentido de saber definir ciência e postar-se diante do desafio como sujeito competente (1996, p.31).

Nesse sentido, o SP deveria ter proporcionado transformação social, à medida que os multiplicadores, imbuídos de autonomia, fossem protagonistas em seus Estados, compreendendo a vulnerabilidade do tema, que é a própria violência ao menor desprotegido e as contradições por trás de cada discurso e prática no universo do turismo.

Em recomendação a prática da participação, evidencia-se que a esperança da transformação social não pode abdicar de seu poder de tomada de decisões, pois, “a sociedade cujo centro de decisão não se encontra em seu ser, mas no ser de outra, se comporta em relação a esta como um “ser para outro” (FREIRE, p.73, 1997). Ao descartar as imposições dos programas de governo, ou de grupos de interesses, os atores tornam-se protagonistas da sua libertação, que favorece o avanço nos processos de participação. Portanto:

O desenvolvimento humano depende de nossa capacidade de reflexão, do aprimoramento das habilidades de pensar e saber, o que significa saber que se sabe. É aquele ser que pensa que sabe o que quer e que escolhe e decide a sua experiência diante das possibilidades que se apresentam. É o que constrói a sua própria identidade, com base em sua liberdade e em sua autonomia para tornar-se sujeito (MORAES, 2000, p. 212).

Ao refletirmos sobre as práticas reflexivas em processos de formação de

multiplicadores assumimos uma tomada de consciência do nosso próprio pensamento, em vistas a uma ação livre, cada vez mais adaptada com base em seu saber e em seu fazer, chegando assim à ação.

Da mesma forma, Freire (1997) reconhece a hominização baseada na ação-reflexão, solidárias entre si, que não se faz no silêncio, mas no puro fazer, no que fazer, no diálogo do homem no mundo. Morin (1995) comunga desse mesmo ideário ao compreender que o pleno desenvolvimento do espírito depende de sua capacidade reflexiva, ou seja, da consciência, sendo este produto e produtor da reflexão.

É a flexibilidade do espírito que produz, segundo Morin (1995, p. 36) “a consciência de si, a consciência dos objetivos do seu conhecimento, a consciência do seu pensamento, enfim, a consciência de sua consciência”. Assim, Brandão(1984), Freire (2007), Moraes (2000) e Morin (1995) afirmam que o conhecimento humano é, na sua origem e nos seus desenvolvimentos, inseparável da ação.

Para os autores, os processos participativos - cursos de formação de multiplicadores - que envolvem reflexão, são movimentos recursivos de reflexão na ação e de reflexão sobre a ação. De maneira geral, não se evidencia nos achados esse movimento de compreensão do objetivo dos cursos.

Requer-se então uma reflexão crítica sobre a *práxis* histórica. Para Freire (1997) o essencial em todo processo de transformação é a capacidade reflexiva do sujeito que toma a experiência e a examina criticamente, conectando-a com outras experiências e examinando-as e reexaminando-as à luz de suas próprias experiências e das dos demais, gerando assim uma nova construção em que passado, presente e futuro estão inter- relacionados.

Contudo é preciso romper resistências à participação que se propõem a formação de multiplicadores, por meio dos conteúdos e métodos, favorecendo a reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação, com base no diálogo do pensamento com a problemática do tema, dando condições dos sujeitos participantes de construir ações consistentes no saber-fazer, ultrapassando o saber automatizado e

verticalizado desses programas para a compreensão do como fazer “ação”, ajudando no processo de pensamento.

3.2 Visão dos Sujeitos Reprodutores dos Cursos de Formação de Multiplicadores

Os sujeitos reprodutores pesquisados envolvidos no processo de formação do Programa TSI foram identificados como coordenadores e permitiram analisar os discursos por meio de suas falas, e de seu envolvimento por estes terem sido responsáveis pela elaboração teórica e metodológica dos cursos.

Nesse contexto, os sujeitos reprodutores selecionados foram identificados a partir do trabalho desenvolvido enquanto Coordenador Técnico (sujeito reprodutor 1); Coordenadora Executiva (sujeito reprodutor 2); Coordenadores de Monitoramento (sujeitos reprodutor 3, 4 e 5 respectivamente) e a Consultora de Metodologia (sujeito reprodutor 6). Identificados no texto como SR.

Dessa maneira, a prática dos SR envolvia um grau de conhecimento teórico-metodológico sobre o tema e a predisposição para o envolvimento nas discussões e construções dos planos de ações dos cursos, revelado nas falas quando da importância da transmissão de conteúdos sobre a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes na formação de multiplicadores no turismo.

Ao entrevistar os SR identificou-se sua intencionalidade no campo teórico-metodológico de compromisso com o tema de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, mas ao longo das análises dos planos propostos por estes mesmos sujeitos identificou-se um distanciamento desta intencionalidade teórico-metodológico visto que, o formato proposto foi de um modelo abstrato-formal aplicável para as diferentes regiões e grupos de multiplicadores desconhecendo assim necessidades, realidades e dinâmicas do processo ensino aprendizagem emancipador o qual estava esboçado nos objetivos do Programa do TSI.

As evidências extraídas das entrevistas trazem consigo a visão de cada SR, sendo fonte de análise para induzir dialeticamente teoria e prática. Os discursos construídos pelos SR no decorrer de todos os cursos de formação de multiplicadores foram analisados partindo de questões chave: conteúdo e metodologia, evidenciando as dificuldades e avanços adotados em torno das concepções dos temas ensinados nos módulos como: Contextualização; *Desafios e Avanços do Setor Turístico*; *Marco Histórico e Conceitual Nacional e Internacional da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*; *Boas Práticas na Proteção de Crianças e Adolescentes – cases*; *Marco legal nacional e internacional*; *Pressupostos Básicos para a Prevenção da Exploração Sexual no Turismo*, bem como as contradições e mediações presentes entre seu discurso e sua prática pelos sujeitos consumidores. Apresentando conteúdos pensados de forma interdisciplinar, mas organizados de forma disciplinar tornando distantes e superficiais para o processo de ensinagem.

As temáticas dos cursos de formação conforme mencionado anteriormente, eram divididas por abordagem disciplinares, ministradas por especialistas em cada módulo. Demonstrando a dicotomia entre a teoria e a prática na concepção e elaboração do projeto curricular dos cursos. De um lado a concepção teórica apresenta a intencionalidade de uma atitude interdisciplinar em sua abordagem, mas, na prática, permanece a estrutura curricular tradicional de transmissão dos saberes procedimentais disciplinares por especialistas, cabendo aos “multiplicadores”, relacionar e tecer a construção para compreender e inovar diante da complexidade da realidade exigida.

A interdisciplinaridade é uma atitude científica, que para Demo (1997), deve partir dos conteúdos específicos de cada ciência, mas com o critério de sua importância social. A interdisciplinaridade é a junção das partes disciplinares, mas não numa totalidade que seja o resultado da soma igual das partes, e sim a conjunção, a interdependência, o diálogo entre o disciplinar teórico e o complexo do real. Devemos criar vasos comunicantes entre a prática e a teoria turística, numa concepção não simplificada de modelos reprodutores.

Entretanto, não basta identificar o seu fazer e fazê-lo de forma competente, é preciso combinar o simples e o complexo, conforme Morin (1999). A educação para que o turismo seja uma prática social sustentável tem que estar banhado de “ALMA”,

pois segundo Arantes (1990) a alma é a palavra que marca os limites de um mundo proibido e esquecido, o mundo que se banha na luz do desejo.

A interdisciplinaridade propriamente dita é algo diferente que reuni estudos complementares de diversos especialistas em um contexto de âmbito mais coletivo. Em uma vontade compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual cada uma das disciplinas em contato é por sua vez, modificada e passam a depender uma das outras. Diferentemente nos cursos que os temas dos módulos eram ministrados de forma isolada, cada palestrante apresentava seu estudo, e na sequência, muitos retornavam aos seus estados de origem, sem participar das trocas de experiências e debates entre os participantes no momento da construção dos planos de ação.

O curso de formação necessitava de um melhor aproveitamento e direcionamento dos momentos de debates que seriam fundamentais para a consolidação da compreensão do tema pelos multiplicadores, mas que foram desconsideradas em sua profundidade pelos sujeitos.

O discurso reproduzido por estes SR, em relação aos conteúdos curriculares, e consumido pelos multiplicadores gerou fragmentação em seu conceito, pois, reduziu a complexidade da compreensão da temática a uma atividade metodológica, limitando a reflexão da prática no momento da construção dos 27 planos de ação.

A questão refletida é a relação do conhecimento com a prática humana, daí a importância de estabelecer vínculo pedagógico com a prática educacional, cujo caráter interdisciplinar tem a ver com essa condição. Ora, a função do conhecimento é substantivamente internacionalizar a prática, por isso há contradição nos cursos, onde não existiu a relação de pura inteligibilidade do sujeito sobre o objeto que revelasse na efetivação técnica dos planos de ação.

Existe uma incoerência da responsabilidade, em razão da temática não possuir registro da concepção da estrutura curricular a ser proposta, assim como sua respectiva didática, que se reproduziu no processo de elaboração, em virtude da ausência desta última.

Deveria ter sido estabelecido uma interação entre duas ou mais disciplinas o que resultaria em intercomunicação e enriquecimento recíproco e,

consequentemente, em uma transformação de suas metodologias de pesquisa, além de uma modificação de conceitos.

A proposição de uma dinâmica na organização dos cursos participativos não garantiu a efetiva relação na gestão do processo dos SR como revelou os achados. A proposta tinha intenção de ter um espaço de discussões a cerca do tema, transformando a realidade dos saberes procedimentais na tentativa de estimular a disseminação dos conhecimentos, porém não previu a descontinuidade da participação dos sujeitos consumidores e reprodutores envolvidos, nem o baixo envolvimento dos sujeitos consumidores nas ações subseqüentes propostas pelo Programa TSI, conforme visto no objetivo do curso (p. 112).

Baseado nas categorias de cidadania, responsabilidade, violência sexual e práticas reflexivas, analisamos o movimento dialético entre teoria e prática nos processos participativos dos cursos, e verificamos diferentes formas de gestão por pelos SR.

O Programa TSI compreendia “teoria” e “participação” como algo homogêneo, entretando, percebemos os conflitos existentes entre o discurso relativos a estes conteúdos. Pois, nos discursos dos SR analisados, contrariamente, são bastante heterogêneos, enaltecendo muito mais as dificuldades encontradas aos processos de participação do que o esperado pela metodologia proposta. Assim, em sua gestão entendiam que bastava sua presença pontual em determinados momentos do processo, e de forma “estrelar”²⁰, em forma de palestras, para garantir o sentimento de estar com os multiplicadores.

O conteúdo criado por cada palestrante era repassado ao CET/UnB, e compunha, junto com materiais pedagógicos tais como cartilhas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, distribuído no momento da recepção e chegada dos participantes para auxílio e compreensão dos assuntos abordados pelos palestrantes durante os cursos.

A participação como metodologia e concepção de trabalho representa uma alternativa as consequências da adoção massiva de modelos reprodutivistas

²⁰ A maioria dos palestrantes não interagiu durante o processo, apenas, ministravam seus módulos e retornavam aos seus respectivos estados. Ocasionalmente um distanciamento teórico-metodológico.

abstrato-formais que geraram o afastamento dos sujeitos cognoscentes em seu contexto cultural, e o afastamento do objeto a ser conhecido. Nesse contexto, é que surge a preocupação por desenvolver metodologias que permitam compreender as situações complexas e diversas em que operam os multiplicadores do Programa TSI. Os achados extraídos das entrevistas dos SR demonstra uma visão de prática didática estanque e tradicional no tratamento da construção dos conhecimentos, de forma alguma expressa a interdisciplinaridade exigida sob a complexidade dos conteúdos.

No tema "articulação entre teoria e planejamento das ações refletidas na prática de prevenção" a partir da colocação dos SR 1, 3 e 4 estes afirmam que: *“alguns fatores que podem ter contribuído com uma ineficiente articulação foram a abrangência das diversas representações de participantes, resultante de diferentes perfis, que conseqüentemente levou a planos de ações mais genéricos e pouco focados em problemas mais específicos dos estados e localidades”*. Nessa afirmação, existe uma linha muito tênue da concepção de cada participante sobre o que deveria ser essa "prática" e a realidade em que os mesmos estavam inseridos, o que dificultou as possibilidades de trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar e intersetorial, entendendo aqui a interdisciplinaridade antes de tudo como uma atitude.

O escopo dos cursos baseava-se no desejo de encorajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de Código de Conduta por meio da adesão e implementação, por exemplo, do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo, encorajando o uso de serviços na adoção de estratégias apropriadas de responsabilidade social corporativa, focadas na proteção da criança; e/ou propiciando incentivos aos participantes (CET/UnB, 2000).

Para o SR 2 a teoria era apenas para ser provocativa: *“iniciar discussões e ideias sobre a temática e por meio das discussões e temas, os multiplicadores teriam condições de propor algumas ações conforme cada localidade”*. O que nos remete a percebermos a fragilidade de abordagens mais relacionais de teoria e prática quanto ao desenvolvimento dos planos de ação para cada Estado, com vistas a engajar estes sujeitos consumidores na transposição do saber-fazer que

garantisse ações refletidas a partir das teorias ministradas nos primeiros dias de curso.

Na fala do SR 6 dizer: *“que os dois primeiros dias de curso promoveriam a reflexão na prática é no mínimo uma falta de cautela, pois para este a formação que esses multiplicadores recebiam era importante para que houvesse diálogos conceituais que conseguiriam reforçar algumas ações desenhadas nos planos de ação.”*

Cabe Lembrar que o SR 6 é o consultor metodológico dos cursos “ o uso acríptico ou interessado” das metodologias participativas. Segundo:

Quando orientadas pelo paradigma racionalista-empirista, às vezes significa apenas “um pouco mais do mesmo”, como a manutenção de interesses poderosos de instituições não menos poderosas, por exemplo. Nesse caso, ainda que o discurso possa ser mudado, incorporando novos conceitos, a concepção teórica clássica, da pesquisa e do desenvolvimento de “fora para dentro” permanece, não contrinuindo para o estabelecimento de relações de cooperação, de reconhecimento mútuo, enfim, para a vigência de novos valores e uma nova ética Brose (2010, p. 289).

Ainda referente à pergunta 1 todos os respondentes consideram que o tempo destinado a formação teórica era insuficiente para que os multiplicadores assegurassem desdobramentos reflexivos em suas ações como sujeitos cidadãos capazes de ser tornar responsáveis por seus atos na prevenção à exploração sexual de menores. O que denominamos nessa investigação como saberes procedimentais.

Nesse sentido, o que está em jogo não são apenas as demandas que se referem a metodologias participativas, mas uma quantidade de fatores que envolvem tempo necessário ao desenvolvimento dos saberes procedimentais e as próprias necessidades de cada localidade que enfrenta a violência sexual.

Quanto à temática da cidadania para os SR, não há nas análises uma discussão que mostre a visão destes sobre esta categoria de modo aprofundado, apenas o SP traz sua visão sobre a categoria no manual. Para o sujeito produtor

“Ser cidadão significa ser um membro ativo e livre de uma comunidade, imbuído de direitos e deveres, e protegido por uma lei comum” (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013, p.72).

Visto que, o conceito de cidadania está intimamente relacionado com o de direitos humanos e trazendo a ideia de participação integral do cidadão na sua comunidade e na sociedade para que houvesse diálogos, era necessário pensar e agir como cidadãos, tendo a percepção de colaboração perante a realidade de cada localidade. Pensando ainda na categoria de cidadania em cursos de formações de multiplicadores, compreende-se, a importância do engajamento cívico como importante para que os multiplicadores visualizem a multiculturalidade e o reconhecimento da interdependência entre os sujeitos dos diferentes segmentos da sociedade à questão de gênero em relação à problemática da violência sexual entre menores.

Fica evidente pelo silêncio na fala dos SR à pouca relevância dada ao tema , nos cursos de formação dos multiplicadores quanto à cidadania, tema referenciado apenas no manual de multiplicadores. Parece-nos uma falha formativa e conceitual do curso, não ter tratado mais profundamente a temática, pois cidadania implica em desenvolver uma boa capacidade de decisão, perceber e compreender as diferentes alternativas para agir diante do problema a ser enfrentado. Atitude cognitiva e habilidade comportamental também necessária “exigida” desses multiplicadores quando os mesmos deveriam ser planejadores de ações de prevenção da violência sexual em suas localidades.

O engajamento cívico é essencial em processos participativos que visam gerar transformações. Porém, para que isso ocorra de forma eficaz, demanda que os cidadãos envolvidos se unam, através de iniciativas reunindo pessoas e recursos em causas de interesses públicos. Adotando como categoria analítica a conceituação de cidadania global que segundo Moraes (2000, p. 225) é “ensinar a viver na mudança não querer controlá-la, buscando a compreensão em ter atitudes internas de abertura e não fechamento, uma atitude de questionamento crítico e, ao mesmo tempo, de aceitação do que julgar relevante”.

Deve-se pensar na cidadania e no engajamento cívico destes, para refletir sobre metodologias que abranja conceitos mais humanizados e humanizadores em

projetos que tem como objetivo a formação de atores sociais, voltando-se a uma educação que possibilite a construção de uma convivência harmônica entre indivíduos, apesar de sua existência ser em permanente conflito social, racial, econômico, cultural e de gênero. Saber educar nas diferenças, no sentido de compreender que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser único, o que exige um aprofundamento no respeito pelo outro faz parte da formação dos educadores de cursos que se propõem a serem realmente transformadores. Cabe indagar se estas reflexões fizeram parte do escopo teórico-metodológico dos cursos de formação do Programa TSI.

Os conteúdos apresentados nos módulos e reproduzidos pelos SR gerou uma fragmentação nos conceitos trabalhados em razão da heterogeneidade dos participantes nos cursos, além do distanciamento dos mesmos em averiguar a efetividade desses conteúdos em sua adequação ao perfil dos alunos que por sua vez foram escolhidos pelos SR. Se havia essa dinâmica de escolha do perfil dos alunos, havia possibilidade de alterações nos conteúdos e didáticas conforme cada estado e realidade ali encontrada. Fica o questionamento do porque isso não ocorreu?

Os temas trabalhavam a violência sexual ainda como algo oculto, simbólico e machista. Não permitindo uma compreensão dos multiplicadores sobre a relação com as atividades/ações que estes exerciam no campo do turismo (mundo do trabalho) não refletindo nos cenários futuros da disseminação desta violência sexual. Lembrando que suas ações na prática representavam romper/superar com seu arcabouço sobre questões de gênero e patriarcado que o desafiavam nos seus diferentes modos de organização, e no caso específico do turismo.

Identificou-se que esses temas foram “silenciados” não somente nas discussões dos conteúdos pelos SR, como também nas análises conceituais dos sujeitos consumidores (SC) no momento da construção dos planos de ação de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Na etapa articulação e mobilização que previa mobilizar a população sobre a importância de prevenir esta violência no turismo. Para o SR 6 “*precisava primeiro reconhecer que o objetivo central para garantir a efetividade das ações, era uma boa mobilização*”. Mas qual objetivo central, se os sujeitos produtores e reprodutores

nem mesmo entendia ou repassavam o sentido de “multiplicar” aos participantes do curso.

Já o SR 1 diz que a *“metodologia já não era mesmo capaz de garantir a continuidade dos “pactos firmados” a partir dos planos”*.

Segundo Brose (2010, p. 16), a moderação deve:

Seguir caminhos de como melhorar a comunicação humana, que deve ser capaz de exercer e fomentar entre os participantes um confronto claro, atento e comprometido com os conteúdos da discussão, devendo contribuir para a organização e clarificação das ideias do grupo, sem valorá-las.

Por outro lado, os SR 3 e 5 *“entenderam que deveria ser observado no processo de mobilização uma série de questões para atrair os representantes do turismo. Desde a ligação adotada, a sistemática de material e a própria noção da prática”*.

Apesar de observarem a ineficiência no processo de mobilização e seu papel no quesito monitoramento nada fizeram para qualificar o processo. Conclui-se que a ligação utilizada para mobilização não comunicava aos receptores de forma desejada. Constata-se a desarticulação, e vontade política de realmente dar continuidade quanto ao fato de que a elaboração do manual (etapa prevista no planejamento do Programa) teria sido impressa três anos após o término dos cursos, e até o momento dessa análise ainda não foi destruídos a todos os multiplicadores formados.

O SR 2 diz que *“o envolvimento dos representantes do turismo eram quase inexistentes pois, esses representantes visualizam a teoria quando trabalhada de forma mais prática. Visto que o turismo apresenta dificuldade em desenvolver e multiplicar temas transversais e complexos para a comunidade”*.

Os achados demonstra que os SR não sabiam dimensionar a complexidade do tema que estavam tratando apresentando até certa ingenuidade. Colocando sob-responsabilidade única dos multiplicadores o agir, no sentido de multiplicar,

enquanto deveria ser uma ação de todos os envolvidos no processo.

Nesse contexto, percebemos as limitações e ausência da consistência teórica por parte do SP que deveria ter no mínimo discutido a concepção de cidadania ao encomendar ao SR a organização dos conteúdos, que abrangesse o sentido da percepção do outro para com o outro, da responsabilidade civil ao abordar temáticas complexas que didaticamente foram trabalhadas de forma isoladas pela "fala de cada palestrante". Fato que prejudicou a visão sistêmica dos participantes no momento de transpor os conhecimentos aos planos de ação, e conseqüentemente nos processos de aprendizagem.

Percebemos que ainda, a discussão sobre a violência sexual fica aquém, pois há uma grande quantidade de informações a cerca do marco conceitual e da legislação. Porém, a interdisciplinaridade não acontece nem mesmo com os SR, não existindo a aproximação teórico-metodológica do conhecimento sobre turismo com o grande tema da violência sexual em que este é seu reprodutor.

O sujeito produtor e os sujeitos reprodutores não avançam na percepção sob a responsabilidade que compete a cada um durante todo processo, e parte destes, se esquivaram diante das adversidades que o próprio Programa TSI apresentou na sua implementação.

A pergunta que traz questionamentos a cerca da qualificação dos multiplicadores, eixo 1 - nos revela o distanciamento da teoria sobre a prática, em virtude da maioria das respostas dos SR ser insuficiente. Vejamos:

Para os SR 2, 3 e 5 *“os planos foram diversos e seria necessário debruçar em cada um para poder testar a consistência, onde o primeiro passo seria esses participantes entenderem seu papel enquanto cidadãos”*, conforme citado pelo SR 2, *“alegando que os multiplicadores primeiramente deveriam se reconhecer como agentes de transformação”*. Interessante que somente neste momento é retomada a discussão sobre a cidadania por parte do SR 2.

Contrariamente o SR 1 *“acredita ter sido suficiente, pois pressupunha ações de multiplicação das informações”*. Cabe analisar a confusão epistemológica expressa pelo SR 1 quanto a construção de um conhecimento necessário como motor de uma ação-reflexão-ação, e não uma mera informação de uma tema da complexidade do

TSI. Levando-nos a refletir nessa resposta a uma visão fragmentada sobre multiplicação, atrelada à pretensão do poder de transformação que o Programa TSI tinha sobre a formação desses SC.

Em relação ao tema do eixo II, que tratava da Responsabilidade Social e Inclusão, as respostas foram diversas.

O SR 1 “ *diz que o conteúdo multiplicado, bem como os casos de sucesso, podem ser considerados como elementos iniciais para esse fim*”. Ou seja para ele basta a descrição de um exemplo a seguir como modelo de boas práticas para que a realidade se transforme como se fosse um receituário.

Novamente um modelo abstrato-formal se apresenta como referência. Sendo outro equívoco, pois, em nenhum material repassado nos cursos foram encontrados “casos de sucesso”, estes eram exemplos citados de forma superficial pelos professores nos momentos das palestras durante os cursos. O que não garante conhecimento e aprendizagem do processo de como estes “*casos de sucesso*” ocorreram em sua realidade para serem reproduzidos, mesmo que de forma linear se assim pudéssemos para garantir a segurança aos SC para multiplicar o conhecimento sobre o tema, e nem tampouco atribuir-lhes igual responsabilidade social.

Entendemos por responsabilidade social ter consciência pelos atos praticados e ações praticados. O curso, ao designar um eixo sob-responsabilidade, deveria pelo menos sensibilizar os participantes sobre a temática o que não ocorreu.

No entanto, o SR 2 é enfático ao dizer que a responsabilidade social “ *não é formatada e compreendida, só os organismos internacionais, como exemplo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) consegue por em prática esse tema*”. Informa ainda que neste eixo II quase inexistem ações no Brasil, cita o caso do SESI (Serviço Social da Indústria) que trabalha resgatando crianças e adolescentes em vulnerabilidade, mas reforça que é muito pouco para ser considerado sucesso. Para os demais SR 3, 4, 5 e 6 houve apenas uma tentativa de explorar esse tema nos cursos. Não é apenas por não abordarem a responsabilidade social que não se deve discutir a temática e buscar caminhos de soluções ao problema.

Compreende-se a categoria da responsabilidade social como algo possível de

ser trabalhada, todavia em longo prazo, em virtude de ter que incluir a liberdade da escolha desta ação. É preciso entender ainda que o termo responsabilidade social e seu conteúdo são recentes, sendo seu primeiro significado de cunho político, tendo como expressões “governos responsáveis” que agem em controle dos cidadãos e em função desse controle.

Todavia em filosofia, é a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão, usando nas controvérsias sobre liberdade o que acabou sendo útil principalmente aos empiristas ingleses, que quiseram mostrar a incompatibilidade do juízo moral com a liberdade e necessidades absolutas. (HUME, 1869, p.325). Baseando na noção de escolha e, a noção de escolha, em conceito de liberdade limitada.

Atos responsáveis devem pelo menos levar em consideração a liberdade e individualidade de cada cidadão no sentido de compreender as diversas formas de violência existentes, antes mesmo de definir conteúdos e aplicá-los em sua totalidade.

Faltando nos cursos autonomia para criticar seu contexto histórico, independente da vontade do SP, a teoria deveria ter sido explorada a partir da criticidade, onde cada sujeito consumidor iria transformar sua realidade, a partir de conceitos apreendidos no processo de formação. Assim também a reflexão sobre a inexistência das “boas práticas” de responsabilidade social no âmbito do turismo teria sido objeto de reflexão e aprendizado.

Entende-se a noção de prática a aplicação efetiva dos conhecimentos numa “*praxis*” (prática refletida) a qual seria instigadora de novas ações mobilizadoras. Contrariamente os achados nos remetem o tratamento de multiplicadores como “sujeitos alienados”, limitados a um sistema político a partir da visão posta pelo do Programa TSI. Sua ação deveria estar baseada no modelo abstrato-formal dos planos de ação.

A grande questão é que os “multiplicadores” foram chamados à responsabilidade social, na prática pelos SR, antes mesmo de entender como o problema se colocava teoricamente, antes mesmo de se questionar como esse conhecimento era percebido em sua existência, enquanto cidadãos e cidadãs, que é

anterior a função de se intitularem multiplicadores de uma temática complexa, obscura e com um processo histórico tão renegado pela sociedade brasileira.

O processo de repensar as práticas sobre a exploração sexual infanto juvenil se torna importante, tornando-as reflexivas, pois a substância de existir é a prática e o conhecimento nesse caso surge dessa prática refletida, o que é percebido mediante uma ação, baseada no querer mútuo.

Essa transformação jamais se daria pela exigência de posturas e práticas individuais, mas de um esforço coletivo, no entendimento do outro, sendo um processo permanente, dentro de um tecido social “coberto” de tabus e carregado de visões e crenças, baseados no patriarcado durante toda uma trajetória histórica de relações socioculturais.

Por fim, em relação ao eixo III que tratava da mobilização e articulação nas ações cooperadas para a prevenção à temática, apontam-se os desafios pela não continuidade do monitoramento. “Para os SR 2, 3, 4, 5 e 6 “faltou aporte político e financeiro”, além da falta de animação do sistema que foi criado”.

Para o SR 1 *“essa ação bem como as demais dos planos dependeriam da capacidade de articulação dos formadores das bases locais”*. *E ainda diz que o “curso junto com o manual, é um bom fundamento para iniciar esse processo”*. A capacidade de ações e a complexidade do tema dos planos de ação ficam sob a responsabilidade do multiplicador local, sem nenhuma base institucional, como se bastasse o monitoramento *on line* para que a ação acontecesse. Ou é uma postura ingênua do SR, ou, de desresponsabilização cidadã, apenas cumpra-se as atribuições de um contrato de prestação de serviço do contratado (CET/UnB) para a contratante (Ministério do Turismo).

Todos os SR arguidos acima participaram em algum momento da construção da metodologia e/ou concepção nos destinos que os cursos ocorreram. A partir das colocações dos sujeitos, a pesquisa reflete a importância de trabalhar as práticas reflexivas nos processos, "ditos", participativos, onde os saberes apareçam como um instrumento para o fazer-técnico-produtivo, sendo mediador do poder, e como ferramenta da própria criação simbólica de temas obscuros como os vinculados ao TSI.

O processo participativo, voltando sobre si mesmo, na ação de ir e vir constroem nos educandos um processo de intencionalização, fazendo com que nossas atividades de aprendizagem deixem de ser mecanizadas por teorias empíricas, passando a serem atividades refletidas e dotadas de sentidos teóricos.

Nesse prisma, a formação tornar-se-ia mais humanizada, na medida em que se investe na mediação de um conhecimento voltado as condições objetivas reais. Não sendo possível por meio de processos verticalizados como foi no caso dos cursos de formação de multiplicadores do Programa do TSI.

Para Moraes (2000, p.227) a educação humanizada “é um movimento rumo ao desenvolvimento da compreensão, da autoridade interior, da integração da humanidade, da responsabilidade social e planetária, que traduz também o reconhecimento do próprio espírito”. Sabemos que abordar temas como o da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes para profissionais do turismo é no mínimo um grande desafio a ser construído.

A compreensão de temas complexos como exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é fundamental para a percepção dos limites e possibilidades, pois ao entendermos a nossa própria condição de existência e identidade humana compreenderemos os processos de transformação social.

3.3 Visão dos Sujeitos Consumidores: os multiplicadores

Para compreender a concepção dos sujeitos consumidores (SC) chamados de multiplicadores no Programa TSI, e entender as relações entre seu perfil e conteúdos adotados nos cursos para a sua formação como sujeito cidadão resolveu-se indagar, no terceiro momento do método da triangulação dos dados, com os consumidores da metodologia participativa proposta pelo curso.

Os dados do questionário exploratório foram levantados a partir dos 80 multiplicadores formados entre 2009-2011, obteve-se 68 questionários respondidos, levando-nos a refletir que a temática no mínimo sensibiliza os formados.

Quanto à quantidade de vagas destinadas à participação de multiplicadores²¹ que atuam na área do turismo os respondentes analisaram como insuficiente, pois se o alvo era disseminar o tema para os profissionais do turismo, os esforços deveriam ter sido para os representantes do turismo.

Sobre a questão dos perfis de quem deveria ser os futuros multiplicadores, a maioria das respostas traz os seguintes perfis: taxistas, empresários do setor do Turismo e guias turísticos, remetendo aos participantes com ligações diretas no recebimento de visitantes nos Estados brasileiros. Para os respondentes estes perfis apontados são essenciais, por se tratar de representantes ligados diretamente aos “agressores” e praticantes desta violência sexual cruel.

Na pergunta que questionava sobre os saberes procedimentais dos cursos, do universo de 68 questionários, 45 responderam ser insuficiente os conteúdos e saberes procedimentais para disseminar conhecimento em suas cidades, visto as peculiaridades e disparidades de cada Estado, além do tempo insuficiente.

Quanto aos saberes procedimentais para os SC eram muito técnicos e verticalizados, e os conteúdos eram extensos em razão da maioria dos participantes serem oriundos da área do turismo e desconhecerem as informações a cerca da temática da violência sexual como “marco legal, leis que regem a violência” e suas implicações no descumprimento da mesma.

Os demais respondentes não souberam opinar quanto à questão, revelando-nos que os saberes procedimentais não foram suficientemente aprofundados, apresentando falhas na aprendizagem, mostrando que as ideias não foram desconstruídas, e reconstruídas, em razão da complexidade do tema, do formato abstrato-formal da estrutura dos conteúdos dos módulos, desde o momento da explanação até a construção frágil do próprio plano de ação.

Os SR deveriam ter aproveitado melhor do conhecimento dos participantes no desafio da reflexão crítica que o Programa TSI almejava.

Quanto a pergunta referente ao "entendimento conceitual" sobre como os multiplicadores compreendiam o Turismo "enquanto fenômeno humano ou como

²¹ Os cursos destinavam seis vagas por Estado, sendo três destas para o Turismo e três para a rede de proteção a violência sexual contra menores.

indústria do consumo/ produto", apenas 25 responderam que entendiam o Turismo como fenômeno humano; enquanto a maioria entende o Turismo como indústria. Os respondentes ao compreenderem o turismo como indústria limita sua visão não apenas sobre a vertente econômica, como também, desconhecem as relações sistêmicas do fenômeno. Ao, não perceberem que trabalham em uma prática social recheada de contradições desconhece a faceta reprodutora mercantil com forte valor comercial do turismo. O "produto" comercializado por meio de agências e operadoras de turismo no mundo são as próprias pessoas da localidade, no caso desse estudo, as crianças e adolescentes vulneráveis, sendo elas o "valor agregado", deste comércio cruel que nega o direito à cidadania plena e ao crescimento saudável dos violados".

Os SC ao entenderem o turismo como indústria afastam as possibilidades de refletir sobre os impactos socioculturais que o turismo acarreta na sociedade. Para Burns (2002, p. 55) "se o turismo é a materialização dos sonhos, então devemos questionar que tipos de sonhos são esses e se poderão ou não aliviar ou aumentar as tensões sociais".

Uma das questões mais contundentes, conforme mencionado, refere-se ao exercício do direito ao desenvolvimento de uma sexualidade segura, protegida e saudável. A diversidade dos padrões socioculturais, associada a uma grave situação econômica, são fatores propiciadores de práticas nocivas ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Torna-se imprescindível disseminar o conhecimento a toda sociedade, por meio das ferramentas metodológicas disponíveis, à desconstrução do termo "*turismo sexual*", pois essa é uma prática criminosa. A definição de turismo nesses cursos de formação é fundamental para o embasamento da teoria e mudança de práticas no turismo. Nas figuras 8, 9 e 10 pode-se observar esta dura realidade que afeta diretamente a sociedade brasileira:



Figura 8: Imagem que representa o termo “*turismo sexual*”
Fonte: Revista Carta Capital (2013)

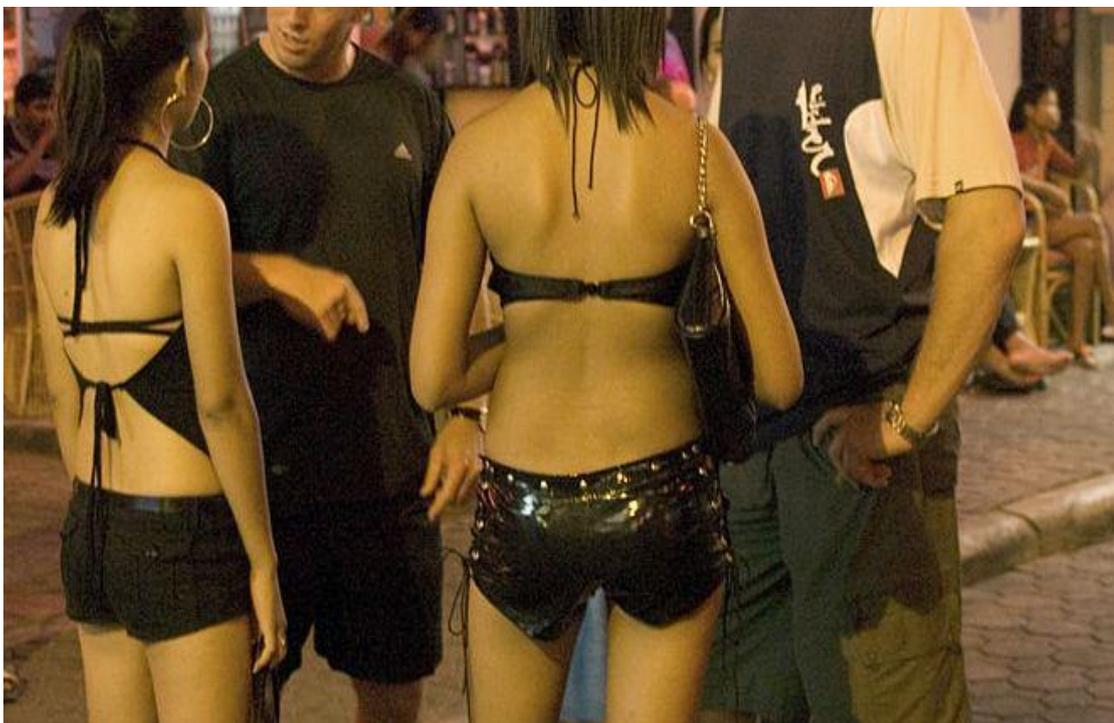


Figura 9: Imagem que representa o termo “*turismo sexual*”
Fonte: Revista Carta Capital (2013)



Figura 10: Imagem que representa o termo “*turismo sexual*”

Fonte: Revista Carta Capital (2013)

Ao serem questionados se participariam novamente de cursos de multiplicação, os SC foram unânimes em responder que sim, desde que a moderação desses cursos reconheça as individualidades presentes nos grupos. Essa resposta foi subsidiada por uma questão que tratava da metodologia determinada pelo programa, sendo igual a todas as regiões. Todos os SC reconheceram a fase de formação de multiplicadores como importante, pois valoriza a formação de novos atores sociais.

Para Freire “ensinar exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural” (2011, p. 42), entendendo que o respeito e o comprometimento exigem a convicção que mudanças são necessárias.

Reconhecer as diferenças regionais somente como importante, não garante efetivação das ações propostas em sua totalidade, também não gera reflexão na prática e, conseqüentemente, não dá autonomia aos participantes, no sentido de

segurança para ampliar estes conhecimentos nas suas regiões como capacitá-los para projetos viáveis de aplicação os quais requerem mobilização social e ações intersetoriais.

Os conteúdos devem ser repensados quanto aos saberes procedimentais com uma abordagem mais direta e focando no fenômeno turístico e nos profissionais que atuam diretamente com os turistas. Repensar conteúdos sem envolvimento profundo da teoria-prática não faz com que os SC permaneçam ativos, envolvidos e participantes, mesmo após formação.

Caso não ocorra teorização suficiente de forma interdisciplinar à formação proposta pode gerar mais conflitos e insegurança, pois a prática ficará comprometida na medida em que a formação será superficial não tendo como preocupação a transformação social, nem o sentido de despertar a responsabilidade ao envolver cidadãos, e desmitificar a violência sexual, sinalizando que é preciso rever o que está por trás dos tabus, do não dito.

A importância de discutir conteúdos de gênero e patriarcado se torna essencial para a compreensão da violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar, estas devem ser abordadas de forma desnaturalizadas nos cursos de formação, quebrando pré-conceitos, que muitas vezes estão arraigados no engendramento social e cultural. Ao trabalharmos estes conteúdos, melhoramos a compreensão sobre o tema e a qualidade das discussões nos espaços de transposição dos saberes procedimentais.

A pesquisa apontou outro conteúdo como relevante para novos cursos - a compreensão do que é turismo – por meio de boas práticas, utilizando como exemplos instituições que atuam de forma responsável. Usando em suas falas os conceitos do turismo como prática social, com princípios da hospitalidade, trabalhando os impactos sociais e culturais como temas significativos a construção da cidadania.

A análise dos tais conteúdos indicados pelos respondentes, reconhecemos de sua parte um avanço na compreensão do fenômeno turístico, e a complexidade do tema exploração sexual de crianças e adolescentes, apontando, a necessidade de

acabar com a visão fragmentada atrelada a concepção de “indústria” turística incompatível com a sustentabilidade pretendida pelo Programa TSI.

Ao refletir ainda sobre os dados compilados das falas dos SC, atenta-se para o fato da descontinuidade de ações, a saber, do Programa Turismo Sustentável e Infância. A necessidade de retomada desse programa é um aspecto a ser observado entre os gestores, visto que a pesquisa abordada evidenciou seu interesse em continuar a apreender sobre a temática e sua complexidade.

É fundamental a compreensão dos aspectos epistemológicos mencionados e suas relações para além do Programa TSI, uma vez que as relações sociais se estabelecem com o estreitamento entre as pessoas. O ato de reunir e mobilizar tem sido, usado nos dias de hoje, sendo de fato essencial para práticas comunitárias. Porém, de tanto usar o verbo mobilizar, não se analisa o sentido real ao empregá-lo. Em seu uso trivial, mobilizar, tem sentido de ação e movimento.

Nesse sentido, os saberes procedimentais devem ser trabalhados conforme cada localidade, não sendo uma técnica verticalizada, pois em cada realidade os sujeitos participantes sentem e observam o mundo sobre várias óticas, apontando um cenário que permita mudanças mais humanizadas, respeitando a individualidade dos envolvidos no processo.

Participar vai muito além de estar presente, significa tomar parte no processo envolvendo as ideias de todos, de maneira individual e permanente, considerando que a participação é indivisível, devendo ocorrer em todo o processo.

É nessa perspectiva que a formação dos cursos caminhará, preparando o indivíduo para reconhecer a interdependência dos processos individuais e coletivos do qual é parte integrante. Uma educação cidadã para além dos programas intitulados pelo governo, verticalizado pelos processos “ditos participativos”.

O foco dos cursos deverá ser para uma educação que preserve um mundo em constante transformação. Segundo Moraes (2000) que trabalhe os espaços internos, na intenção de melhorar os espaços externos, criando uma nova ecologia social, uma nova ordem mundial baseada em formas de relacionamento, de harmonia, fraternidade e solidariedade.

Tal perspectiva impõe em pensar nos aspectos subjetivos e objetivos presente no conceito de cidadania, imbuindo categorias como reponsabilidade social no sentido de consigo mesmo, buscando uma ética em suas práticas reflexivas, apoiada numa nova consciência da categoria de violência sexual, centrada no equilíbrio por uma compaixão universal.

Portanto, cidadania sob essa ótica, baseada na capacidade de reflexão sobre as práticas de prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, evolui como um despertar da dignidade humana, como formas de um novo relacionamento de gênero e geracional.

Dignidade que para Toynbbee (1976 p. 25) “não pode ser obtida no campo da tecnologia, onde os homens são tão hábeis, mas, sim, conquistada no campo da ética, e o progresso ético que é medido pelo grau, em que nossos atos são pautados pela compaixão e pelo amor”, princípios norteadores da categoria de cidadania.

A distinção da cidadania quando se refere à teoria e à prática corresponde a esses princípios citados de dignidade humana, mas na prática percebe-se que uma grande parte da sociedade não tem acesso a elas, apesar da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e da própria Constituição Brasileira de 1988, sendo perceptível a fraca participação brasileira em busca de uma cidadania plena.

Ressignificar a categoria de cidadania nos cursos de formação nos faz refletir sua epistemologia, baseando na liberdade e na igualdade de pensamentos em torno das práticas de responsabilidade destes multiplicadores.

Investigar as ações dos sujeitos participantes nos fez desvelar aspectos fundamentais nas concepções que os mesmos tinham, ou não sobre a formação recebida e no despertar da consciência em prol do outro.

Para Freire (1997, p.28) “Ser cultural ou ser consciente é a forma radical de ser dos humanos, enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e neste fazer e refazer se refazem a si mesmos”.

Nesse sentido, os cursos de formação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo deveriam ter proporcionado transformação

social, à medida que os SC, imbuídos de autonomia, e sendo protagonistas de sua cidadania seriam também em seus estados. Entendendo a complexidade do tema: violência sexual ao menor desprotegido, e as contradições por trás de cada discurso bem como as diferentes práticas no universo do turismo o que dificulta sua aprendizagem.

Portanto, não tem como dissociar este olhar do exercício da cidadania, buscar transformação de temas complexos, polêmicos e ainda obscuros na sociedade contemporânea brasileira como a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes é aprender a comunicar-se, a cuidar de si, a cuidar do outro, entendendo que propostas de metodologias participativas são eficazes quando a transposição é realizada para o outro e com esse outro.

Os resultados obtidos por meio da análise da triangulação dos dados contribuem na investigação-ação e inquietação da pesquisadora-multiplicadora que buscava respostas dos SC dos cursos de formação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Reconhecemos que o ser humano aprende muito com suas experiências, e mais quando o processo de aprendizagem valoriza “aprender mutualmente”, valorizando a aprendizagem do saber-fazer que são significativos no alcance da ação-reflexão-ação.

Nesse contexto, os cursos de formação de multiplicadores possibilitou indagar, questionar e buscar respostas que compreendessem o processo chamado pelo Programa TSI “participativo”. Possibilitando, por meio das análises desconstruir e reconstruir os conteúdos dos cursos, os perfis escolhidos e os conhecimentos que perpassaram os cenários objetivados pelo Programa TSI.

No entanto, percebemos que as transformações sociais na busca da problemática da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo foram comprometidas pela visão limitada dos sujeitos envolvidos e pelo distanciamento em discutir questões fundamentais da violência sexual, como conteúdos que tratassem as questões de gênero e do patriarcado que resiste na sociedade contemporânea e do próprio turismo enquanto fenômeno social. Era

exigido uma mudança e o senso de colaboração acima da “superficialidade” que foi a formação recebida por estes. Que segundo Tiollent (1994, p. 43):

Só pode ser assim qualificada quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo uma investigação para ser elaborada e conduzida.

A pesquisa-ação exige mais que uma “solução pontual” necessita de uma prática continuada, sistemática e um exercício de apropriação do objeto que almeja mudanças. Pois, a maioria dos sujeitos pesquisados conforme observamos neste capítulo, responderam que participariam novamente de cursos que abordem o tema da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Algo a ser considerado para futuras propostas na temática.

Consideramos ainda que a inquietação da pesquisadora-multiplicadora foi um avanço ao desconstruir e reconstruir este cenário atual na tentativa de refletir a metodologia utilizada nos cursos, e assim resignificar conceitos importantes como cidadania, responsabilidade social, violência sexual e práticas reflexivas que favoreçam aprimorar novos estudos.



Enquanto as vozes se calarem a mudança não acontecerá.
Pois, a realidade é dinâmica, e a cada dia surgem novos problemas e novos
atores, se esta continuidade não for possível o processo de transposição não
acontece.

A autora (2014)

4 EVIDÊNCIAS FINAIS

A dissertação tinha como principal objetivo avaliar a metodologia dos cursos de formação de multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância quanto às suas possibilidades na construção da cidadania e na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade, a partir do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, bem como investigar qual metodologia deveria ser empregada na formação dos participantes que permitisse a construção de sujeitos cidadãos.

Percebemos que os cursos de formação de multiplicadores, como qualquer outra iniciativa que abrange modelos participativos alcançou parte dos objetivos propostos, em razão da fragilidade dos conteúdos e do contexto sociocultural dos diferentes perfis de alunos escolhidos pelo Programa TSI. No entanto, as limitações metodológicas incorreram em consequências do processo que dificultou a compreensão e a efetivação das práticas na prevenção à violência sexual comercial pelo turismo. Destacando, as limitações do sujeito reprodutor, responsável pela transposição dos conteúdos e monitoramento das ações propostas em cada plano de intervenção nos diferentes Estados.

Diante dos desafios decorrentes da estrutura do próprio Programa TSI quanto à reflexão crítica a cerca da realidade da produção do conhecimento do saber-fazer, houve incompletudes no processo da teoria-prática, e na formação pretendida que era a de multiplicar esses conteúdos de forma a gerar mudanças e transformação social.

Como objetivos específicos, por sua vez, alinhados às questões de pesquisa, foi possível observar que:

a) Na questão que desvelou os métodos e conteúdos no processo de formação dos multiplicadores a pesquisa apontou que os multiplicadores perceberam os conteúdos como reducionistas na forma de transpor as abordagens por meio dos módulos, apontando ausência de interdisciplinaridade. Consenso que os sujeitos reprodutores responsáveis pela gestão não tiveram a devida preocupação em dialogar sobre as questões conceituais e assim, trazer a tona

reflexões que permitissem um debate sólido sobre as questões mais complexas e veladas da temática TSI. No entanto, a demora por parte dos SR em perceber a fragilidade metodológica do processo distanciou os multiplicadores da proposta inicial do Programa em vistas a transposição de um fazer-saber para um saber-fazer que exigiam práticas de reflexão na área do turismo. Revelando o distanciamento do entendimento teórico a cerca do turismo e, sobretudo do termo “*turismo sexual*” no sentido do não reconhecimento de sua existência, como segmentação e da inconsistência do uso da tipologia por parte da sociedade.

b) Na questão que desvelou a proposição abstrato-formal da metodologia aplicada observa-se que a teoria utilizada no Programa TSI divergiu da prática dos multiplicadores à medida que o arcabouço apresentado para a construção dos planos de ação foi generalista verticalizada imposto pelos moderadores como modelo único. O que não perpassou as possibilidades de construção por parte de cada participante que poderia por suas vivências e práticas contribuir com os saberes procedimentais para o entendimento da violência sexual que cada Estado representado pelos seus participantes, contribuindo como realidade local.

c) E por fim, na questão que analisou os sujeitos cidadãos foi apresentada a inexistência metodológica que garantisse a segurança necessária aos educandos no intuito de torná-los responsáveis pela ação da multiplicação. A investigação desvelou um desejo dos multiplicadores em continuar com ações dessa relevância nos setores do turismo, apontando sujeitos que se referenciaram não pelos conteúdos aplicados, mas, sobretudo, pelo despertar da consciência no sentido de sujeitos cidadãos que percebem a importância do tema e o desejo de se aproximar do objeto na retomada por novos cursos de formação.

Sendo um despertar para novas posturas e práticas reflexivas no anseio de espaços mais coletivos que envolvam os participantes e gerem contribuição abordando a violência sexual para além dos *tabus* que a sociedade se esquiva em enfrentar. Assim, mesmo com discussões limitadas, levando em consideração a dimensão dos conteúdos dos cursos, e o tempo estimado para a aprendizagem dos mesmos sem ignorar a complexidade do entendimento do tema no turismo, de forma dialética, dentro de suas próprias contradições se fortifica no entendimento por parte dos participantes a importância da temática.

A análise da triangulação dos sujeitos identificados na pesquisa nos permite compreender que o “modo de ver” nos processos de formação de temas que trazem em seu arcabouço a violência sexual deve ser levado em consideração, visto que favorecem a reflexão crítica sem desconsiderar as realidades e percepções intrínsecas em cada sujeito. A desconsideração desse fator cultural, fundamental, ocasionou o desperdício de potencial dos sujeitos analisados que apresentaram, de um modo geral, condições para o pleno desenvolvimento de engajamento cívico, autonomia, responsabilidade social e indícios de transposição do fazer-saber para um saber-fazer nos setores do turismo.

Construir uma percepção social nos desvelamento de temas complexos e obscuros torna o processo mais transparente na busca de um caminho possível de valores éticos e atitudes refletidas nas práticas. A pesquisa nos mostra que esse desvelar significa estar longe nas discussões superficiais, e nas negativas individuais de não reconhecer o aprofundamento na construção de questões fundamentais que auxiliem em novas propostas.

O tempo de transposição desses conhecimentos deve ser revistos, um ano de projeto é pouco para que estes multiplicadores se tornem efetivamente responsáveis e envolvidos para romper estas percepções sobre a violência sexual no trato a complexidade do fenômeno do turismo estabelecendo caminhos possíveis e autonomia sem a dependência de um Programa para além da institucionalidade.

Portanto, a importância de um processo participativo também pode ser dada pela razão instrumental de sermos mais eficazes, realizando as coisas em conjunto. Pois, ao participar novamente se pratica e aprende, sendo um rumo para o fortalecimento da cidadania, em suas diversas possibilidades que independem da forma utilizada, mas, não desconsidera a metodologia. Sendo preciso delinear um sistema de formação e fortalecimento dos participantes, incluindo a escolha dos perfis, o equilíbrio dos prazos dos objetivos dos cursos que não devem ser estabelecidos por metas com fins econômicos, mas, compreendendo que o entendimento de temas que abordam questões sociais exige um olhar apurado e um tempo de transposição de conhecimentos que variam conforme cada localidade.

O método participativo é um caminho de duas mãos, para o fortalecimento dos atores pelo processo de apropriação do conhecimento construído no processo

educativo. Mas, como em todo o processo educativo, as práticas reflexivas necessitam de um tempo maior, de visão conjunta que somente será construída via objetivo comum. Nesse sentido, o objetivo do Programa TSI não favorecia essas práticas, ou seja, a falta de ligação do sujeito produtor fragilizou o sujeito reprodutor, e, conseqüentemente desmotivou o sujeito consumidor. Tal desconexão acentuou-se frente ao desconhecimento sobre as metodologias participativas por parte dos sujeitos reprodutores, que não conseguiram assimilar os impactos de uma descontinuidade em relação à participação dos multiplicadores acabando por não obter o devido resultado nas atividades propostas conforme o almejado pelo Programa TSI.

A participação não é somente um instrumento para a solução dos problemas, mas uma necessidade dos sujeitos auto se afirmarem como cidadãos ao interagir em seu grupo social, criar cultura, realizar ações políticas, contribuir na ampliação da cidadania coletiva, assim sentindo-se útil. Sendo um instrumento muito eficaz para ampliar a motivação e o entusiasmo dos sujeitos, pois implica em aprendizagem mútua envolvendo os que possam colaborar, seja conceitualmente ou pela experiência frente às propostas geradas.

É fato que os diversos setores dessas dimensões sociais hoje são mobilizados, de alguma forma promovem ações coletivas em prol das mais variadas causas, e há uma grande expectativa de que nossa ação política se dê a partir de processos de mobilização. Porém, os sujeitos não se sentiram com autonomia suficiente para mobilizar novos atores, a partir dos conhecimentos provenientes do Programa TSI e, assim, reproduzir os conteúdos, apresentando fragilidade nas práticas ao falar das ações de prevenção, percebidas nos achados e na baixa mobilização após a formação nos cursos.

Metodologicamente, a elaboração de um plano de ação em meio ao processo de participação foi prejudicada pela “ansiedade” do agir sem o conhecimento prévio a cerca da complexidade dos conteúdos, por isso, a não execução de todas as ações consideradas prioritárias por parte do Programa TSI, citadas nos planos de ação elaborados, comprometeu a continuidade do processo, o que motivou a pesquisadora-multiplicadora a revisitar o processo de formação quanto aos seus avanços e desafios.

A realidade só será transformada se o “saberes procedimentais” forem coletivos e continuados. As representações sociais dos multiplicadores deverão ser mediadores de conhecimento e ação que somados formarão grupos de articuladores civis. Todos unidos na questão social, pois a realidade é dinâmica, e a cada dia surgem novos problemas e novos atores, se esta continuidade não for possível o processo de transposição não acontece.

Diante do exposto, neste trabalho de dissertação, os cursos de formação de multiplicadores do Programa TSI, caso haja continuidade por parte do Ministério do Turismo deverão ser revistos por meio de novos conteúdos e didáticas, e os sujeitos participantes vistos não apenas como número de alunos, mas como protagonistas da mudança almejada na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, e assim transformados e reinventados pelo processo de transposição dos saberes procedimentais a cada novo cenário onde a formação ocorrer.

REFERÊNCIAS

ABBAGNADO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6.ed, São Paulo: WMV Martins Fontes, 2012.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARIM, Soares do Bem. **A dialética do turismo sexual**. Campina: Papyrus, 2005.

BARRETO, Margarida. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manual de Multiplicadores**. Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo - Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo Brasília, 2003.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa nas ciências sociais: os polos das práticas metodológicas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGO, V. M. C. **A prática pedagógica num paradigma inovador no programa de aprendizagem: metodologia de radioisótopos**. São Paulo: Tomo Editora, 2003.

CECRIA. Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. In.: **Relatório de Estudo**, Brasília, 1996.

COSTA, A.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 2001.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa: abuso e violência sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. (Coleção Clínica Psicanalítica)

DELPHY, Christine. **Le Patriarcat, le Féminisme et leurs Intellectuelles in Nouvelles Questions Féministes**, nº 2, Paris, 1981. p.59-74.

DEMO, Pedro. **Educação hoje**. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de Conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

FALEIROS, Vicente. de P. **Formação de educadores(as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. In.: BRASIL, Ministério da Educação, 2006.

FIALHO, Francisco. **Ciências da Cognição**. Florianópolis: Insular. 2001.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: ALEPH, 2007.

GOELDNER, Charles; RICHIE, J. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo – princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Marcos Affonso. **A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994. (suplemento 1).

GOODWIN, H. *Responsible tourism and the market*. In: **Occasional Paper**, nº 4. November, ICTR, 2005.

GOODWIN, H. *Ten years of responsible Tourism: an assessment*. In: FONT, X.; GOODWIN, H. (Orgs.) **Progress in responsible tourism**. v.2, Oxford, 2009.

GOODWIN, H. **Advances in responsible tourism**. ICRT, 2011.

GOODWIN, H. **Progress in sustainable tourism**. Issue. 2011.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? In: **Psicologia: teoria e pesquisa**, Mai-Ago, vol. 22 nº 2, 2006. p. 201-210.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HENRIQUE, Márcio Simeone. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

IVANI, C. A. Fazenda. **Didática e interdisciplinaridade**. São Paulo: Papirus, 1998.

JAFARI, J. *La cientifización del turismo*. In: **Estudios y perspectivas en turismo**, Buenos Aires, v. 3, n. 1, 1994.

KATN, Immanuel. **Fundamentação metafísica dos costumes**. Porto: Editora Porto, 1995.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Editora Civilização S.A, 1989.

LANDINI, Tatiana Savoia. *Horrore Direitos – Violência Sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. In: **Tese de Doutorado em Sociologia** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LANDINI, Tatiana Savoia. *Pornografia infantil: proliferação e visibilidade*. In: **Dissertação de Mestrado em Sociologia** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEAL, Maria Lúcia P.; LEAL, Maria de Fátima. P. *A mobilização das ONGs no enfrentamento a exploração sexualcomercial de crianças e adolescentes no Brasil*. In.: **Tese de Doutorado em Serviço Social** - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

LEAL, Maria Lúcia P.; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Brasília: CECRIA, 2001.

LEVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. O rigor fecundo: a etnopesquisa crítica como analítica sensível e rigorosa do processo educativo. In: **Revista FAGED**, nº 4, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre nomadismo: vagabundagem pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MINAYO, Cecília de Souza Maria. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Cecília de Souza Maria (Org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Cecília de Souza Maria. **O desafio do conhecimento**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MINAYO, Cecília de Souza Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Proposta estratégica para a organização turística da Copa do Mundo de 2014 no Brasil**. Brasília: 2009.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORAES, Marutschka Martini. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Portugal: Europa-América, 1995.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-América, 1996.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

REBOUÇAS, M. Heranças e conflitos: o legado da prostituição e a violência familiar na constituição da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade de Santos. In.: **Dissertação Mestrado em Serviço Social**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2004.

ROSENO, Renato. Breves reflexões sobre as relações entre turismo, infância e juventude no Brasil. In.: **Turismo social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: Ministério do Turismo/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2006.

SAFFIOTI, Heleyeth I. B. **Gênero, classe, raça**. São Paulo: Athas, 1995.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS FILHO, João. dos. **Políticas públicas em turismo no estado brasileiro**. Maringá-PR: Abril, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, n.16, jul./dez. 2006. p. 20-45

TOYNBEE, Augusto; IKEDA, D. **Escolha a vida: Um diálogo sobre o futuro**. Rio de Janeiro: Record, 1976.

TIDOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**, 6 ed, São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Athas, 2012.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIEIRA, Willian. Turismo sexual. In.: **Carta Capital**, Ano XVIII, nº 731, 2013.

VILLASSANTE, R. Tomás. **Redes alternativas-estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WEBER, Max. **Economía y sociedade** - esbozo de sociología comprensiva. 2ª ed. México: Fónodo de Cultura Económica, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTA: MULTIPLICADORES DO CURSO DE FORMAÇÃO NA
PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
TURISMO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Esta entrevista é parte integrante de dissertação de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília intitulada “Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, que busca compreender o desdobramento dos Cursos de Formação de Multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância do MTur em parceria com o CET/UnB.

Multiplicador:

Área Formação do Curso:

1. Em sua opinião, qual ou quais perfis devem participar dos próximos Cursos de Formação de Multiplicadores?
2. Os conteúdos e saberes procedimentais dos cursos favoreceram a disseminação da temática nos estados brasileiros do qual você atua?
3. Após abordagem trabalhada a cerca da epistemologia do turismo nos Cursos de Formação de Multiplicadores. No seu entendimento o Turismo é compreendido enquanto um fenômeno humano ou como indústria do consumo?
4. Você multiplicador participaria de novos cursos? Quais temas devem ser trabalhados nos próximos Cursos de Formação de Multiplicadores para a construção da cidadania?

Agradecemos vossa participação.

Elissélia Paes

APÊNDICE B

ENTREVISTA: COORDENADORES TÉCNICOS DO PROJETO DE PREVENÇÃO À
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO TURISMO DO
PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Esta entrevista é parte integrante de dissertação de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília intitulada “Saberes Procedimentais do Curso de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, que busca compreender o desdobramento dos Cursos de Formação de Multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância do MTur em parceria com o CET/UnB.

Nome: _____

Instituição: _____

1. Para você Coordenador (a), no seu entendimento houve articulação entre a teoria trabalhada nos dois primeiros dias de Curso de Formação Teórico o qual tratou dos temas “*Desafios e Avanços do Setor Turístico; Marco Histórico e Conceitual Nacional e Internacional da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; Boas Práticas na Proteção de Crianças e Adolescentes – cases; Marco legal nacional e internacional; Pressupostos Básicos para a Prevenção da Exploração Sexual no Turismo, com ênfase no Código de Conduta e seus desafios*” com os demais dias que se propôs ao planejamento de uma ação refletida na prática da prevenção?
2. No estudo exploratório realizado nos meses de março a abril de 2013 com os multiplicadores foi identificado que a metodologia proposta no Curso de Formação foi insatisfatória para mobilizar representantes dos setores do turismo. Qual sua opinião a respeito deste resultado diante da sua experiência no decorrer dos cursos?
3. No seu entendimento o Eixo I abordado nos Planos de Ação dos cursos que tratava da Qualificação foi suficiente para formar multiplicadores capazes de identificar, prevenir e denunciar a exploração sexual?

4. O Eixo II abordado nos Planos de Ação dos cursos propunha Responsabilidade Social e Inclusão como tema para promover e realizar projetos de responsabilidade social com foco na inclusão socioeconômica das comunidades turísticas os multiplicadores formados tiveram capacitação suficiente para esta ação?
5. No Eixo III abordado nos Planos de Ação dos cursos o tema tratado era Mobilização e Articulação o qual os multiplicadores deveriam sensibilizar e mobilizar empresários e trabalhadores do setor de turismo, do setor público e ONGs na promoção de ações cooperadas para a prevenção a exploração, qual sua opinião da capacidade construída pelas metodologias junto a estes agentes pelo curso?

Agradecemos vossa participação.

Mestranda: Elissélia Paes